

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS DA SEGUNDA EMISSÃO DO

## TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ nº 11.249.598/0001-73

Distribuição de até 767 (setecentas e sessenta e sete) quotas do Fundo ("Quotas"), com valor unitário inicial fixado em R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos) para cada Quota ("Segunda Emissão" ou "Oferta"), perfazendo o montante de:

# R\$ 74.990.418,36

ADMINISTRAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

GESTÃO



AUDITORIA

ASSESSORIA LEGAL

CUSTÓDIA E TESOURARIA



CEPEDA  
IGLESIAS  
AVINO  
BANDEIRA DE MELLO  
ADVOGADOS



# PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS DA SEGUNDA EMISSÃO DO

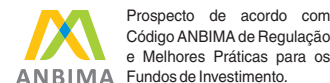


## TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ nº 11.249.598/0001-73

CÓDIGO ISIN Nº: BRTRCPCTF006

REGISTRADO NA CVM SOB O Nº 274-7



Registro de distribuição na CVM: CVM/SRE/RFP/2010/009, em 03 de setembro de 2010

O **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de outubro de 2009, com regulamento devidamente registrado perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 1148347, em 16 de outubro de 2009, sob o nº 1164866 em 25 de março de 2010 e sob o nº 1171077 em 21 de maio de 2010, é administrado pela **NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, nº 440, 6º andar, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 10.274.584/0001-47 ("Administrador").

A Segunda Emissão foi aprovada por assembleia geral datada de 18 de maio de 2010, devidamente registrada no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 1171077.

Distribuição de até 767 (setecentas e sessenta e sete) quotas do Fundo ("Quotas"), com valor unitário inicial fixado em R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos) para cada Quota ("Segunda Emissão" ou "Oferta"), perfazendo o montante de:

# R\$ 74.990.418,36

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o regulamento do Fundo ("Regulamento"), porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto desse Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo do Fundo e sua política de investimento, bem como para a Seção "Fatores de Risco" desse Prospecto.

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, e serão destinadas à aquisição exclusiva por investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), conforme definição prevista no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"). A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03").

De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos potenciais investidores, para aquisição das Quotas à época da realização da Oferta, o valor inicial da oferta de R\$ 74.990.418,36 (setenta e quatro milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos) poderá ser aumentado por lote suplementar, em montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor inicial da Oferta.

**Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador nem do Gestor (conforme abaixo definido) de que o objetivo do Fundo será atingido.**

**As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua Política de Investimento, conforme abaixo definido, e à composição de sua carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito. Neste sentido, os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, nas páginas 25 a 32.**

**Ainda que o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Quotista.**

**O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Quotistas.**

**O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.**

**O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.**

**A qualquer momento durante a existência do Fundo, a rentabilidade obtida no passado não representará garantia de rentabilidade futura.**

**O Registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas a serem distribuídas.**

### ADMINISTRAÇÃO



### DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS



### GESTÃO



### AUDITORIA



### ASSESSORIA LEGAL



### CUSTÓDIA E TESOURARIA



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **AVISOS DA ANBIMA**

*“O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS”.*

*“O INVESTIMENTO NO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR”.*

*“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.*

*“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO”.*

*“ESTE FUNDO MANTÉM UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA A DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR”.*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES .....</b>	<b>7</b>
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA .....</b>	<b>15</b>
Características da Oferta.....	17
Negociação das Quotas .....	20
Demonstrativo do Custo da Distribuição .....	21
Remuneração do Distribuidor .....	21
Destinação dos Recursos .....	21
Outras Informações .....	22
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes .....	23
Modificação da Oferta .....	24
<b>3. FATORES DE RISCO .....</b>	<b>25</b>
Riscos Macroeconômicos Relevantes.....	27
Riscos sistêmicos ou de regulação .....	27
Riscos relacionados ao setor da atuação das Companhias Investidas .....	27
Restrições ao resgate de Quotas e liquidez reduzida.....	28
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários.....	28
Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários e dos Ativos Imobiliários.....	28
Pagamento condicionado ao retorno das Companhias Investidas.....	29
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.....	29
Não existência de garantia de rentabilidade e de recuperação do capital investido .....	29
Não recuperação dos recursos aplicados.....	29
Riscos Provenientes do uso de derivativos.....	30
Premissas adotadas quando da avaliação dos investimentos .....	30
Dificuldade de acesso a informações das Companhias Investidas .....	30
Descontinuidade.....	30
Risco da ausência de classificação de risco das Quotas .....	30
Conflito de Interesses e diluição patrimonial da participação do Fundo em Companhias Investidas, decorrente do exercício dos Certificados de	
Bônus de Subscrição pelo Gestor .....	31
Risco Fundiário .....	31
Risco de resgate das Quotas do Fundo em ações das Companhias Investidas .....	32
<b>4. DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR.....</b>	<b>33</b>
Declaração do Administrador e do Distribuidor.....	35

## **5. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO .....37**

---

Forma, base legal e Prazo do Fundo .....	39
Público alvo e valor mínimo de investimento .....	39
Administração e gestão do Fundo .....	39
Demais Prestadores de serviço do Fundo .....	43
Objetivo do Fundo.....	43
Política de Investimentos.....	44
Período de Investimentos e Período de Desinvestimentos.....	48
Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Quotas .....	48
Demonstrações Financeiras e avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo .....	53
Assembleia Geral .....	54
Comitê de Investimentos .....	55
Consultores do Fundo.....	56
Situações de conflitos de interesses .....	56
Política de divulgação de informações relativas ao Fundo .....	57
Remuneração do Administrador e do Gestor e Encargos do Fundo .....	57
Regras de tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo.....	59
Atendimento aos Quotistas .....	61

## **6. ANEXOS .....63**

---

Anexo I - Cópia da Deliberação de Constituição do Fundo .....	65
Anexo II – Cópia da Ata que elegeu os membros do Comitê de Investimentos .....	69
Anexo III – Cópia do documento que aprovou a Segunda Emissão .....	75
Anexo IV - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto.....	83
Anexo V - Declaração do Administrador.....	139
Anexo VI - Declaração do Distribuidor .....	143
Anexo VII – Situação das Terras do Projeto da Companhia Investida .....	147
Anexo VIII – Relatório Preliminar de Auditoria Legal Propriedades Rurais .....	153

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nas Seções “Fatores de Risco”.

As palavras "continua", "entende", "estima", "pode", "poderá", "pretende" e palavras similares têm por objetivo identificar declarações prospectivas. As estimativas e declarações futuras foram baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderão afetar os negócios objetivados pelo Fundo. Muitos fatores importantes, além daqueles já discutidos em outras seções do Prospecto, poderiam fazer com que os resultados do Fundo fossem substancialmente afetados, incluindo, entre outros:

- a condução dos negócios exercidos pelas Companhias Alvo;
- taxas de inflação e flutuações nas taxas de juros;
- a regulamentação existente, bem como a futura;
- a habilidade do Gestor de implementar com sucesso a Política de Investimento do Fundo;
- alterações em políticas fiscais e na legislação tributária relacionadas aos ativos integrantes da Carteira, bem como aos fundos de investimento em participações;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil; e
- os fatores de risco apresentados na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que o Administrador não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas informações prospectivas em razão da ocorrência de novas informações ou eventos futuros. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, as informações prospectivas constantes neste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros do Fundo podem diferir substancialmente daqueles previstos em tais estimativas em razão de inúmeros fatores.

**Nenhuma dessas estimativas e declarações futuras consiste em garantia de um desempenho futuro e cada uma dessas informações prospectivas envolve riscos e incertezas. Face a estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste Prospecto.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **1. DEFINIÇÕES**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES DESTE PROSPECTO

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o significado descrito abaixo.

Grande parte dos termos e expressões ora informados também constam do Regulamento do Fundo, com as mesmas definições utilizadas neste Prospecto.

<b>Administrador</b>	NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 10.203, de 02 de janeiro de 2009, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.274.584/0001-47.
<b>AEP</b>	A Agro Energia do Piauí S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 08.350.851/0001-76, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 254, 4º andar, sala 422, Centro, CEP 01014-907.
<b>Agente de Avaliação</b>	Empresa especializada na avaliação de ativos florestais escolhida pelo Comitê de Investimento, dentre uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes no mercado, a qual será responsável pela elaboração do Estudo de Avaliação.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas do Fundo no âmbito desta Oferta.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>Boletim de Subscrição</b>	No ato de subscrição das Quotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador.
<b>Carteira</b>	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
<b>Certificados de Bônus de Subscrição</b>	São certificados de bônus de subscrição emitidos por Companhias Investidas, nos termos do artigo 75 e seguintes da Lei 6.404/76, conforme alterada.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

<b>Chamadas de Capital</b>	Cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com orientação do Gestor, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
<b>Companhias Alvo</b>	As Companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.
<b>Companhias Investidas</b>	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo.
<b>Compromisso de Investimento</b>	Cada “Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização”, que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas.
<b>Conflito de Interesses</b>	Qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, pelo Fundo.
<b>Contrato de Gestão</b>	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários celebrado entre o Administrador e o Gestor.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
<b>Data de Encerramento</b>	Último dia útil do Prazo de Colocação das Quotas em cada emissão.
<b>Estudo de Avaliação</b>	Relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pelo Agente de Avaliação em conformidade com métodos de avaliação adequados e apropriados sugeridos pelo próprio Agente de Avaliação e previamente aprovados pelo Gestor, nos termos da Cláusula 7.4. do Regulamento, para a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez.

<b>Fundadores</b>	Renata Ferraz Ziegert, David Jeffrey Dewind, Roberto Paulo Ziegert Junior, Pedro Paulo Wendel Gasparini, Ricardo Soares Ramos, Pedro William Blyth e Riverside Worldwide LLC.
<b>Fundo</b>	Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações.
<b>Gestor</b>	Triscorp Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 760, de 10 de Fevereiro de 2004, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, n.º 250, sala 201, Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.876.786/0001-66.
<b>Hencorp</b>	Hencorp Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada para o exercício profissional de distribuição de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, n.º 37, 11º andar, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.788.147/0001-50.
<b>Justa Causa</b>	Para fins de que trata este Prospecto, será considerada justa causa a comprovação de que o Gestor (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas funções e responsabilidades como Gestor, conforme o caso, ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Gestor, conforme o caso; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro nacional, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. A ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Gestor também será considerada justa causa.
<b>Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável</b>	Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela Bovespa.
<b>Outros Ativos</b>	Quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundo de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário.



<b>Partes Interessadas</b>	Serão consideradas partes interessadas: (i) Quotistas; (ii) Administrador; (iii) Gestor; e (iv) membros dos comitês e conselheiros do Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador ou pelo Gestor.
<b>Partes Relacionadas</b>	Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador e/ou pelo Gestor.
<b>Período de Desinvestimento</b>	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, durante o qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas, exceto nas hipóteses previstas no Regulamento, e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, observado que toda e qualquer proposta do Gestor de desinvestimento de recursos do Fundo alocados em Valores Mobiliários dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.
<b>Período de Investimento</b>	Período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na data de registro do Fundo na CVM e se estenderá por até 12 (doze) anos ou até a data em que o Gestor entender não ser mais necessária à realização de qualquer investimento pelo Fundo.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço unitário de emissão das Quotas correspondente a R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos).
<b>Preço de Integralização</b>	O valor de integralização de cada Quota com base no valor da última Quota divulgada. A informação completa será divulgada pelo Administrador na Chamada de Capital.

<b>Política de Investimento</b>	A política de investimento do Fundo, conforme descrita no item 5.6 deste Prospecto.
<b>Quotistas</b>	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
<b>Quotista Inadimplente</b>	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento.
<b>Quotas</b>	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, representativas do patrimônio do Fundo.
<b>Regulamento</b>	O regulamento do Fundo.
<b>Relatório Fundiário</b>	O Relatório de Auditoria Legal elaborado por Fleury Malheiros, Gasparini, De Cresci, Nogueira de Lima Advogados - FGCN, em março de 2010, que teve por objeto a análise de 11 (onze) propriedades rurais, localizadas no Estado do Piauí, nos Municípios de Canto do Buriti e Alvorada do Gurguéia, assim denominadas: (i) Fazenda Califórnia; (ii) Fazenda Canto do Buriti; (iii) Fazenda Canaã; (iv) Fazenda Monte Belo; (v) Fazenda Sertão Verde; (vi) Fazenda Toscana; (vii) Fazenda Campo Alegre; (viii) Fazenda Nova Alvorada; (ix) Fazenda Olho D'Água; (x) Fazenda Lagoa Negra, e; (xi) Fazenda Novo Horizonte (em conjunto, "Imóveis"). Este relatório de auditoria teve por escopo a avaliação da regularidade dos títulos de propriedade, levando em consideração suas características fundiárias, inclusive em relação à existência de eventuais ônus e gravames relativos especificamente aos Imóveis, bem como analisar a situação cadastral dos Imóveis perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e perante a Secretaria da Receita Federal.
<b>Remuneração do Administrador</b>	A remuneração devida ao Administrador em contraprestação ao serviço de administração do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.
<b>Remuneração do Gestor</b>	A remuneração devida ao Gestor em contraprestação ao serviço de gestão da Carteira, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.

<b>SF</b>	Sistema de Fundos - SF, mantido e operacionalizado pela CETIP.
<b>Taxa de Administração</b>	Taxa devida pela administração do Fundo e gestão da Carteira, equivalente a 2,0% a.a. (dois por cento) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.
<b>Termo de Adesão</b>	No ato de subscrição das Quotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor receberá exemplar atualizado do Regulamento, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento e no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Valores Mobiliários</b>	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que poderão ser adquiridos pelo Fundo.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

### **2.1. Características da Oferta**

#### *2.1.1. A Oferta*

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador, na qualidade de instituição administradora e distribuidora líder das Quotas do Fundo, e pela Hencorp, na qualidade de distribuidora das Quotas do Fundo, em condições que assegurem tratamento eqüitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta. A Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas a serem colocados no âmbito da Oferta.

Não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse aos investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta.

Um breve resumo sobre o Administrador do Fundo encontra-se descrito no item 5.3 deste Prospecto.

A Hencorp iniciou suas atividades em 1997, quando foi fundada a Commcor Corretora de Mercadorias por profissionais com larga experiência no mercado de derivativos agrícolas e financeiros, cuja sede já se fazia presente na cidade de São Paulo, no maior centro financeiro do País e próxima das Bolsas Bovespa e BM&F. Com a visão de crescimento contínuo e com aumento do seu portfólio para oferta de serviços mais especializados para o atendimento às oportunidades para os clientes nacionais e internacionais a Commcor associa-se a Hencorp Becstone & Company, uma das mais importantes corretoras de café do mundo, sediada em Miami – USA. Dessa união nasceu a atual Hencorp Commcor DTVM Ltda.

A Hencorp obtém o título de Corretora Plena da BM&F, passando assim a operar diretamente nos mercados financeiros, o que no decorrer do tempo propiciou a conquista, principalmente, de contas de clientes institucionais, como bancos e fundos de investimento que demandam grandes volumes de ordens.

A Hencorp recebe os Selos BM&F de nível triple A – Qualidade de padrão Internacional - reconhecidamente uma das principais corretoras que recebeu a certificação de qualidade, padrão internacional, pela BM&F para os posicionamentos de negócios Agro Broker e Retail Broker. É homologada, pelo Banco Central do Brasil, como sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários – DTVM, permitindo assim ampliar o seu portfólio de serviços para os mercados Bovespa e criar produtos como Fundos de Investimentos, Tesouro Direto e Compra e Venda de Títulos Públicos.

#### *2.1.2. Público alvo da Oferta*

As Quotas serão colocadas perante os seguintes investidores qualificados, que se enquadrem no conceito descrito no Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, observado o quanto segue:

- I. Dentre investidores residentes no Brasil, poderão adquirir as Quotas: pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais; e
- II. Dentre investidores não residentes no Brasil: quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas, por meio de mecanismos de investimentos regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

### *2.1.3. Registro da Oferta*

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

### *2.1.4. Quantidade de Quotas*

A Segunda Emissão é composta por 767 (setecentas e sessenta e sete) Quotas, com Preço de Emissão de R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos) por Quota, em montante total de até R\$ 74.990.418,36 (setenta e quatro milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos).

De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos potenciais investidores, para aquisição das Quotas à época da realização da Oferta, o valor inicial da oferta de R\$ 74.990.418,36 (setenta e quatro milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos) poderá ser aumentado por lote suplementar, em montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor inicial da Oferta.

### *2.1.5. Preço de Emissão*

O Preço de Emissão das Quotas foi fixado em R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos) por Quota.

### *2.1.6. Procedimento de subscrição e integralização das Quotas, Prazo de Colocação e Regime de distribuição*

No ato de subscrição das Quotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento e no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas serão distribuídas pelo Administrador e pela Hencorp em regime de melhores esforços e deverão ser totalmente subscritas dentro do Prazo de Colocação, ou seja, dentro do prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, sendo certo que tal prazo poderá ser prorrogado mediante deliberação da Assembleia Geral. As Quotas que não forem subscritas até o final do Prazo de Colocação serão canceladas pelo Administrador.

De acordo com os respectivos Contratos de Distribuição firmados com o Administrador e com a Hencorp, não há limite máximo para colocação das quotas do Fundo no âmbito desta Oferta entre as instituições distribuidoras, devendo apenas ser observado o montante máximo da Oferta.

Exceto pelo fato de ambas as instituições terem sido contratadas pelo Fundo para a distribuição das Quotas desta Oferta, não há entre o Administrador e a Hencorp qualquer vínculo societário e/ou comercial.

A integralização das Quotas ocorrerá de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

As Quotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador.

A integralização das Quotas poderá ser realizada através de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), mediante depósito em conta corrente em nome do Fundo ou, ainda, mediante a utilização de bens e direitos, inclusive títulos ou valores mobiliários, avaliados a preço de mercado, baseado em cotação de bolsa de valores ou mercado de balcão, ou respaldo em balanço ou laudo de avaliação de empresa especializada, conforme o caso, observados os procedimentos previstos na regulamentação.

#### 2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta (1)

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após publicação do Anúncio de Início. Início: 15 de Agosto de 2010
Prazo de Colocação	As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, prorrogável por mais 360 dias nos termos do Regulamento a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do 1º (primeiro) dia útil do Prazo de Colocação, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Quotas. Previsão: até 15 de Fevereiro de 2011
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04. Previsão: até 15 de Fevereiro de 2011
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento e no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.  Previsão: até 15 de Fevereiro de 2011  A integralização das Quotas ocorrerá de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

	O pagamento do Preço de Integralização poderá ser realizado através de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), mediante depósito em conta corrente em nome do Fundo ou, ainda, mediante a utilização de bens e direitos, inclusive títulos ou valores mobiliários, avaliados a preço de mercado, baseado em cotação de bolsa de valores ou mercado de balcão, ou respaldo em balanço ou laudo de avaliação de empresa especializada, conforme o caso, observados os procedimentos previstos na regulamentação.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação do anúncio de encerramento da distribuição das Quotas no âmbito desta Oferta. Previsão: até 19 de Fevereiro de 2011

- (1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Administrador.

#### *2.1.8. Valor Mínimo de Investimento*

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Não haverá limite máximo para subscrição de Quotas.

#### *2.1.9 Ausência de classificação de risco das Quotas*

As Quotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de *rating*).

#### *2.1.10 Inadequação da Oferta a certos investidores*

A Oferta não é destinada a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em participações e/ou aos ativos que compõem sua Carteira.

### **2.2. Negociação das Quotas**

As Quotas serão registradas para negociação no SF. Sem prejuízo, o Administrador poderá, mediante autorização do Gestor, registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente de Quotas.

## 2.3. Demonstrativo do Custo da Distribuição

### 2.3.1. Custo da Distribuição

<b>Custo</b>	<b>% em Relação ao Valor da Distribuição</b>	<b>Montante (R\$)</b>
Taxa de Registro na CVM	0,11%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)	0,04%	30.000,00
Distribuição / Colocação (**)	3,00%	2.250.000,00
Coordenação	0%	0
Empresa de Auditoria	0,03%	20.000,00
Assessoria Legal (*)	0,20%	150.000,00
Despesas Gerais (cartório, fotocópias, fax, alugueis de equipamentos e outras taxas (CETIP) etc.)	0,01%	10.000,00
<b>Total</b>	<b>3,39%</b>	<b>2.542.870,00</b>

(\*) Valor estimado

(\*\*) Valor Máximo Excluindo Lote Suplementar

### 2.3.2. Custo Unitário de Distribuição

<b>Valor Unitário Quota</b>	<b>% do custo unitário de distribuição em relação ao valor unitário da Quota</b>	<b>Custo Unitário de Distribuição (R\$)</b>
R\$ 97.771,08	3,39%	R\$ 3.315,35

## 2.4. Remuneração dos Distribuidores

O Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e a Hencorp, serão os únicos responsáveis pela distribuição pública das Quotas junto ao público investidor, figurando o Administrador como líder da presente distribuição, e perceberão uma comissão que será calculada com base no volume de Quotas subscritas durante o Prazo de Colocação, utilizando-se a regra constante nos respectivos contratos de distribuição, podendo subcontratar, sob sua responsabilidade, outros distribuidores, ao seu critério, para auxiliá-lo na colocação das Quotas. No caso da subcontratação mencionada anteriormente, a comissão eventualmente devida aos distribuidores subcontratados será deduzida da comissão devida ao Administrador e/ou à Hencorp, conforme o caso.

## 2.5. Destinação dos Recursos

Em 18 de maio de 2010 a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo aprovou a Segunda Emissão de Quotas. Os recursos captados na presente Oferta serão destinados conforme descrito a seguir:

(i) R\$ 12.347.159,47 (doze milhões trezentos e quarenta e sete mil cento e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos) serão utilizados obrigatoriamente para capitalizar a AEP. Os recursos desta capitalização serão utilizados para quitar os compromissos da AEP com a aquisição de 7.823 (sete mil oitocentos e vinte e três) hectares de terras;

(ii) R\$ 13.011.430,04 (treze milhões onze mil quatrocentos e trinta reais e quatro centavos) serão obrigatoriamente utilizados pelo Fundo para aquisição de 1.329.916 (um milhão trezentos e vinte e nove mil novecentos e dezesseis) ações da AEP, situação em que o Fundo deterá 100% (cem por cento) das ações de emissão da AEP; e

(iii) Os recursos remanescentes serão utilizados para financiamento do capital de giro da AEP, quitação parcial de suas dívidas, compromissos assumidos pelo Fundo e despesas de estruturação do Fundo.

## **2.6. Outras informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Administrador e/ou à sede da Hencorp, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador e Distribuidor Líder:

### **NSG Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu e Sra. Andréa Moreira Lopes

Tel.: (21) 3797-1000

Fax.: (21) 2113-0725

Correio Eletrônico: [luiz.abreu@nsgcapital.com.br](mailto:luiz.abreu@nsgcapital.com.br) / [andrea.lopes@nsgcapital.com.br](mailto:andrea.lopes@nsgcapital.com.br)

Website: [www.nsgcapital.com.br](http://www.nsgcapital.com.br)

Distribuidor:

### **Hencorp Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Av. Paulista, n.º 37, 11º andar, Bela Vista

São Paulo – SP

At.: Sra. Rose Duarte

Tel.: (11) 2127-2752

Fax.: (11) 3253-6995

Correio Eletrônico: [rose@commcor.com.br](mailto:rose@commcor.com.br)

Website: [www.commcor.com.br](http://www.commcor.com.br)

Gestor:

### **Triscorp Investimentos Ltda.**

Rua Visconde de Pirajá, 250, sala 201

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Roland Gerbauld

Tel.: (21) 3202-5000

Fax.: (21) 3202-5005

Correio Eletrônico: [rgerbauld@triscorpinvest.com](mailto:rgerbauld@triscorpinvest.com)

Website: [www.triscorpinvest.com](http://www.triscorpinvest.com)

### **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo – SP

Website: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

**2.7. Identificação dos Assessores Legais, Fundiários e Auditores Independentes**

*2.7.1. Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**Cepeda, Iglesias, Avino e Bandeira de Mello Advogados**

Rua Joaquim Floriano, 100, 10º andar

São Paulo - SP

At.: Dr. Fabricio Fortuna Avino e Dr. André Wakimoto

Tel.: (11) 2823-2850

Fax: (11) 2823-2851

Correio eletrônico:

[fabricio.avino@ciadvogados.com.br](mailto:fabricio.avino@ciadvogados.com.br) / [andre.wakimoto@ciadvogados.com.br](mailto:andre.wakimoto@ciadvogados.com.br)

**Fleury Malheiros, Gasparini, de Cresci e Nogueira de Lima Advogados**

Avenida Paulista, 1842, 2º andar

São Paulo - SP

At.: Dr. Francisco Nogueira de Lima Neto e Dr. Felipe Di Marzo Trezza

Tel.: (11) 2171-1300

Fax: (11) 2171-1399

Correio eletrônico: [fra@fleurymalheiros.com.br](mailto:fra@fleurymalheiros.com.br) / [tre@fleurymalheiros.com.br](mailto:tre@fleurymalheiros.com.br)

*2.7.2. Assessores Fundiários*

Os assessores fundiários do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**Fleury Malheiros, Gasparini, de Cresci e Nogueira de Lima Advogados**

Avenida Paulista, 1842, 2º andar

São Paulo - SP

At.: Dr. José Davi Los Reis Fidalgo

Tel.: (11) 2171-1300

Fax: (11) 2171-1399

Correio eletrônico: [jdf@fleurymalheiros.com.br](mailto:jdf@fleurymalheiros.com.br)

*2.7.3. Auditores Independentes*

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

Rua Alexandre Dumas, 1981

São Paulo - SP

At: Sr. Paulo Marques Garrucho

Tel.: (11) 3981-0500 – Ramal 4461

Fax: (11) 3981-0500

Correio Eletrônico: [pgarrucho@deloitte.com](mailto:pgarrucho@deloitte.com)

## **2.8. Modificação ou Revogação da Oferta.**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº. 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado, conjuntamente, pelo Administrador e pelo Gestor, de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fatos existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta.

É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de distribuição das Quotas. O Administrador e o Gestor certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

O Administrador comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência ao Administrador ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão integralmente, sem qualquer desconto, os valores aos investidores eventualmente adiantados em até 30 (trinta) dias contados da manifestação respectiva.

A revogação da Oferta torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, sem qualquer desconto aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às quotas ofertadas em até 30 (trinta) dias contados da revogação da Oferta.



### **3. FATORES DE RISCO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, Política de Investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas. Nessa hipótese, os Quotistas poderão ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais de forma a cobrir os prejuízos sofridos pelo Fundo.

### 3.1. Riscos Macroeconômicos Relevantes

Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, o setor econômico objeto de investimentos por parte do Fundo, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro das pessoas emissoras/devedores dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda ou de commodities e mudanças legislativas ou políticas, poderão afetar adversamente o desempenho econômico-financeiro e a solvência das pessoas acima referidas, ou mesmo ser causa determinante do término de suas operações. Qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações.

### 3.2. Riscos sistêmicos ou de regulação

O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Gestor, do Administrador e dos demais prestadores de serviços do Fundo, tais como moratória, alteração na política monetária, alterações na regulamentação e/ou legislação, inclusive tributária, aplicáveis a fundos de investimento em participações e às Companhias Investidas, bem como mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira, notadamente os Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Tais riscos, caso materializados podem ter impacto nos resultados das posições assumidas pelo Fundo e nas condições de operação deste, afetando, portanto, adversamente a rentabilidade do Fundo e o valor das Quotas.

### 3.3. Riscos relacionados ao setor da atuação das Companhias Investidas

O investimento no setor florestal envolve riscos relativos à exploração econômica de projetos de reflorestamento, manejo florestal, industrialização, processamento e comercialização de produtos florestais, prestação de serviços relacionados a atividades florestais, e outras atividades relacionadas ao setor florestal e madeireiro. Não existe garantia quanto ao desempenho do setor e nem certeza de que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe ou supere o desempenho médio do setor florestal. Dentre os riscos de natureza operacional do negócio podemos citar os riscos de ocorrência de anomalias climáticas, ataques de pragas e ocorrência de doenças nas florestas, além do risco de ocorrer, ainda que mitigado, incêndio florestal, principalmente se causado por terceiros. Caso a implementação da floresta seja terceirizada através da contratação de terceiros, existe ainda o risco de *performance* e idoneidade dos prestadores contratados.

As Companhias Investidas também poderão enfrentar os riscos de natureza regulatória, através de alterações na regulamentação do setor, tais como potenciais alterações na legislação ambiental, mudança nas regras para emissão de licenças ambientais e de desmate e alteração da legislação que permite emissão de créditos de reposição florestal, ou através do surgimento de novas exigências ambientais, como imposição de regras novas e/ou mais rigorosas para áreas com vegetação de Cerrado e Caatinga.

O investimento no setor florestal enfrenta também risco de mercado. Uma vez que a floresta se encontre madura e preparada para colheita, existe a possibilidade de o mercado não estar vivenciando um momento competitivo em preço. A alternativa neste caso seria a postergação da colheita e venda da madeira de reflorestamento para um momento de mercado considerado mais adequado. A logística do transporte da madeira pode representar um risco caso o comprador do produto florestal esteja localizado em região consideravelmente distante da região produtora, e não exista alternativa de escoamento da produção que seja eficiente e de baixo custo.

Dessa forma, o Fundo estará sujeito aos riscos inerentes ao setor florestal, de forma que, qualquer ato ou fato que impacte negativamente, no todo ou em parte, tais mercados ou tais Companhias Investidas poderá causar efeitos adversos no patrimônio líquido do Fundo e, por conseguinte, em suas Quotas.

#### **3.4. Restrições ao resgate de Quotas e liquidez reduzida**

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com o esquema de amortização das Quotas proposto pelo Gestor e aprovado pela Assembleia Geral nos termos do item 4.2.3.1., inciso (xi) do Regulamento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. O Quotista interessado em alienar suas Quotas deverá encontrar, sob sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para a sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Qualificado. Os Quotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Quotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Quotas. Os Quotistas devem estar cientes da inexistência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e que, portanto, a liquidez das quotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

#### **3.5. Propriedade de Quotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários**

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

#### **3.6. Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários e dos Ativos Imobiliários**

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da Carteira, especialmente no caso de Valores Mobiliários de emissão de companhias fechadas, ou de companhias abertas sem ou com pouca negociação, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Além disso, como os investimentos do Fundo deverão propiciar-lhe a sua efetiva participação no processo decisório das Companhias Investidas, o Fundo estará sujeito às normas sobre vedação à negociação de valores mobiliários impostas às pessoas que têm acesso a informações sobre as Companhias Investidas. Assim, caso o Fundo tenha acesso a informações sobre as Companhias Investidas, não poderá negociar os valores mobiliários de emissão das respectivas companhias até que tais informações sejam divulgadas.

O mercado imobiliário rural apresenta baixa liquidez e, portanto, falta transparência na formação de preços. Dessa forma, o Fundo estará sujeito aos riscos inerentes ao mercado imobiliário rural, de forma que, qualquer ato ou fato que impacte negativamente, no todo ou em parte, tais mercados ou tais Companhias Investidas poderá causar efeitos adversos no patrimônio líquido do Fundo e, por conseguinte, em suas Quotas.

### **3.7. Pagamento condicionado ao retorno das Companhias Investidas**

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

### **3.8. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos**

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto no item 5.6.1 deste Prospecto, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, e poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, ou de um único setor econômico de atuação de tais Companhias Investidas.

### **3.9. Não existência de garantia de rentabilidade e de recuperação do capital investido**

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

### **3.10. Não recuperação dos recursos aplicados**

O não cumprimento, nas datas previstas, das obrigações referentes aos Valores Mobiliários ou/e aos Outros Ativos poderá prejudicar a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo e dos Quotistas, podendo, ainda, o Fundo incorrer em custos adicionais, na tentativa de recuperação dos créditos inadimplentes.

Além disso, caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, seja por procedimento judicial ou extrajudicial, dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos integrantes da Carteira cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não há quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados total ou parcialmente e em prazo compatível com o prazo do Fundo. Nessa hipótese, os rendimentos do Fundo e, conseqüentemente, dos Quotistas, poderão ser adversamente afetados, havendo, inclusive, possibilidade de liquidação do Fundo mediante distribuição dos Valores Mobiliários aos Quotistas, proporcionalmente às suas respectivas participações.

### **3.11. Riscos provenientes do uso de derivativos**

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá limitar as possibilidades de retorno da Carteira.

### **3.12. Premissas adotadas quando da avaliação dos investimentos**

Os critérios, os valores e as premissas utilizados na avaliação econômica das Companhias Investidas poderão não se confirmar, sendo que o desempenho econômico-financeiro e a solvência das Companhias Investidas poderão encontrar-se abaixo das expectativas. O Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam por quaisquer danos ou perdas patrimoniais incorridos pelo Fundo em razão de quaisquer diferenças negativas eventualmente verificadas entre o resultado de tal avaliação econômico-financeira à época em que a mesma tenha sido efetuada e o desempenho econômico financeiro e a solvência efetiva das Companhias Investidas.

### **3.13. Dificuldade de acesso a informações das Companhias Investidas**

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar determinadas práticas de governança corporativa, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas, relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados das Companhias Investidas, e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da Carteira e das Quotas.

### **3.14. Descontinuidade**

O Regulamento estabelece a possibilidade da Assembleia Geral aprovar, por quorum qualificado (85% das Quotas em circulação), a liquidação do Fundo. Nessas situações, os Quotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelos demais prestadores de serviços do Fundo, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

### **3.15. Risco da ausência de classificação de risco das Quotas**

As Quotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de *rating*). Caberá aos potenciais investidores, antes de subscrever e integralizar as Quotas, analisar todos os riscos envolvidos na aquisição de Quotas, inclusive, mas não somente, aqueles aqui descritos.

### **3.16. Conflito de Interesses e diluição patrimonial da participação do Fundo em Companhias Investidas, decorrente do exercício dos Certificados de Bônus de Subscrição pelo Gestor**

Apesar do Fundo não cobrar taxa de performance, o Gestor poderá ser remunerado pelas Companhias Investidas por meio da aquisição de Certificados de Bônus de Subscrição, desde que obedecidos os requisitos previstos no Regulamento e neste Prospecto. Tal situação pode caracterizar conflito de interesse entre a atividade desenvolvida pelo Gestor no Fundo e sua condição de titular de Certificados de Bônus de Subscrição emitidos por Companhias Investidas. Caso o Gestor venha a adquirir Certificados de Bônus de Subscrição de Companhias Investidas, se e quando o Gestor exercer o direito de subscrever ações das Companhias Investidas, garantido pelos Certificados de Bônus de Subscrição, o Fundo sofrerá diluição em sua participação acionária na respectiva Companhia Investida, que poderá ser expressiva. A diluição patrimonial do Fundo na respectiva Companhia Investida em decorrência do exercício dos Certificados de Bônus de Subscrição pelo Gestor poderá ser verificada caso o preço de exercício de tais Certificados de Bônus de Subscrição seja inferior ao valor patrimonial da ação da respectiva Companhia Investida no momento do exercício, sendo que o percentual de tal diluição dependerá substancialmente da diferença entre o preço de exercício e o valor patrimonial da ação.

### **3.17. Risco Fundiário**

Os imóveis cujos direitos aquisitivos irão compor o patrimônio das Companhias Investidas deverão encontrar-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou hipotecas. Não obstante, existe a possibilidade da aquisição de imóveis pelas Companhias Investidas com eventuais pendências registrares e/ou fundiárias para posterior regularização.

A aquisição de imóveis em geral contém riscos intrínsecos à sua natureza, dentre eles, a possibilidade de serem onerados para satisfação de dívidas contraídas pelos antigos proprietários em eventual execução proposta por seus eventuais credores, caso os mesmos não possuam outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, o que eventualmente comprometeria o investimento feito pelo Fundo em tais Companhias Investidas.

Da mesma forma, há ainda a possibilidade de que a origem aquisitiva dos imóveis seja contestada judicialmente por eventuais interessados ou mesmo pelo Poder Público Estadual, este último, no caso de os imóveis serem considerados terras devolutas.

Vale ressaltar ainda, que o registro, perante os Cartórios de Registro de Imóveis, de qualquer ato que implique em desmembramento, parcelamento, remembramento ou transferência de propriedade de imóveis rurais está condicionado à obtenção da certificação de georreferenciamento dos imóveis perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos da Lei nº 10.267/01. Atualmente, tal procedimento é obrigatório para todo e qualquer imóvel rural com extensão acima de 500 (quinhentos) hectares não havendo, até o momento, prazo definido para que este processo de certificação se conclua. Dessa forma, até a transferência definitiva da propriedade, os compromissos de venda e compra dos imóveis assinados pelas Companhias Investidas poderão ser desfeitos em caso de descumprimento das obrigações contratuais por qualquer das partes, tais como, a não obtenção da certificação de georreferenciamento.

Finalmente, cabe ressaltar que alguns imóveis foram negociados pelas Companhias Investidas através de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Aquisitivos e que em alguns destes casos os cedentes não figuram como proprietários no Cartório de Registro de Imóveis e a efetiva transferência de sua propriedade dependerá não só da obtenção da certificação de georreferenciamento, mas também da formalização da(s) transferência(s) anterior(es) realizada(s) através de contrato(s) particular(es) entre terceiros.

Desta forma, apesar de qualquer aquisição de propriedade imobiliária pelas Companhias Investidas ser precedida de auditoria, com o intuito de verificar a existência, em cada caso concreto, de todos os possíveis riscos e passivos ora relacionados, existe o risco da transferência da propriedade não se concretizar, o que afetará o patrimônio da respectiva Companhia Investida e, conseqüentemente, do Fundo.

### **3.18 Risco de resgate das Quotas do Fundo em ações das Companhias Investidas**

Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Quotas poderão ser resgatadas em ativos de emissão das Companhias Investidas. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os ativos recebidos do Fundo.



#### **4. DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR**

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador e a Hencorp, na qualidade de instituições responsáveis pela colocação pública das Quotas da Segunda Emissão, declaram, isoladamente, que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o Prazo de Colocação; (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e de sua Política de Investimento, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e (iii) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, conforme declarações anexas a este Prospecto, assinadas pelo Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu e Sr. Luiz Eduardo de Paula, na qualidade de diretores do Administrador e da Hencorp, respectivamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **5. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

### **5.1. Forma, base legal e Prazo do Fundo**

O Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 14 (quatorze) anos, contados da data de registro do Fundo na CVM, podendo ser prorrogado por igual período a ser proposto pelo Gestor para deliberação da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

O Fundo foi constituído em 16 de outubro de 2009, sendo que seu regulamento encontra-se registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartório”), sob n.º 1148347 (“Regulamento”).

Nos termos do Regulamento do Fundo, as emissões de cotas do Fundo deverão ser aprovadas por Quotistas reunidos em assembléia geral. Neste sentido, a Segunda Emissão foi aprovada por assembléia geral datada de 18 de maio de 2010, devidamente registrada no Cartório sob n.º 1171077.

### **5.2. Público alvo e valor mínimo de investimento**

As Quotas serão colocadas perante os seguintes investidores qualificados, que se enquadrem no conceito descrito no Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, observado o quanto segue:

- I. Dentre investidores residentes no Brasil, poderão adquirir as Quotas: pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais; e
- II. Dentre investidores não residentes no Brasil: quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas, por meio de mecanismos de investimentos regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

### **5.3. Administração e gestão do Fundo**

#### *5.3.1. Administrador*

O Fundo é administrado pela NSG Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 10.203, de 02 de janeiro de 2009, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.274.584/0001-47.

O Administrador foi constituído por profissionais com experiência em investimentos no Brasil e se dedica a estruturar fundos de investimento em participações, regulamentados pela CVM através da Instrução CVM n.º 391/03. Até a data deste Prospecto, o Administrador está participando das seguintes ofertas de cotas de fundos de investimento: FIP Brazil Infraestrutura (oferta pública em andamento), Corcovado FIP (registro de distribuição de oferta pública dispensado, com base no artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM n.º 400/03 – em andamento), Itapuã FIP (registro de distribuição de oferta pública dispensado, com base no artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM n.º 400/03 – em andamento) e FICFIDC PLR (oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09 - em andamento).

Os profissionais que compõem a equipe do Administrador possuem Doutorado e Mestrado, além de registros na CVM de gestor e analista de valores mobiliários. Em termos de mercado financeiro, a experiência profissional inclui presidência e diretoria de Bancos de grande porte e participação em conselhos das maiores empresas brasileiras, além da participação em conselho e diretoria de entidades de classe. Em termos acadêmicos a experiência profissional inclui docência e pesquisa nas mais conceituadas escolas de economia e negócios do Brasil.

Dentre os principais integrantes da equipe técnica do Administrador, destacam-se:

*Luiz Eduardo Franco de Abreu* – Administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM. Administrador de Empresas. Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Administração pela *Duke University*. É professor de finanças na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Em seus quase 30 anos de experiência profissional, exerceu atividades no Banco do Brasil S.A., Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA, dentre outras. Atualmente é Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Aliança do Brasil – Companhia de Seguros e sócio administrador da empresa NSG Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

*Andréa Lopes* – Participa do sistema de previdência complementar fechado desde 1991, onde trabalhou nos fundos de pensão FUNCEF (CEF), CENTRUS (BCB) e PREVINORTE (ELETRONORTE), foi Coordenadora de Investimentos na Secretaria de Previdência Complementar (SPC), fez parte das consultorias Mercer Investment Consulting e Lopes Filho & Associados e na Mercatto Investimentos, onde atuou tanto no mercado de previdência como financeiro. Formada em Administração de Empresas, pós-graduada em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas, MBA em Previdência Complementar pela COPPE/UFRJ.

*Marcos Carneiro da Silva* – Ao longo de seus 35 anos de experiência profissional, trabalhou nos Bancos Unibanco e Rural, nas Distribuidoras de Valores Divisa, Konta e Positiva, nas Corretoras de Valores City e Atlântica, e na Mercatto Investimentos, onde ocupou cargos de Gerência e Diretoria, nas áreas de Mercado de Capitais, Tesouraria e Gestão de ativos de Renda Fixa. Graduado em Administração de Empresas, com diversos cursos de extensão em finanças nacionais e internacionais.

*José Carlos Franco de Abreu Neto* – Analista de valores mobiliários registrado na CVM. Engenheiro Civil. Formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2004, com MBA com ênfase em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Cursa, atualmente, mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em finanças e análise de investimentos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerceu atividades profissionais na Construtora Azevedo & Cotrik e na Mercatto Investimentos.



O diretor do Administrador responsável pela representação do Fundo perante a CVM, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu, inscrito no CPF/MF sob n.º 667.153.347-49, credenciado na CVM para exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório n.º 8881, de 26 de Junho de 2006.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo.

### *5.3.2. Gestor*

A gestão do Fundo será feita pela Triscorp Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 760, de 10 de fevereiro de 2004, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, n.º 250, sala 201, Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.876.786/0001-66, contratado pelo Administrador na forma do Artigo 9º, § 2º da Instrução CVM n.º 391. Os serviços prestados pelo Gestor ao Fundo constituem encargos do Fundo.

O Gestor é integrante do Grupo Triscorp, fundado por Ronaldo Tristão em 2003.

A origem do Gestor remete ao Grupo Tristão. Fundada no Brasil em 1935, o Grupo Tristão é um dos grupos líderes na exportação e comercialização mundial de café.

O Grupo Tristão é uma empresa privada controlada unicamente pela família Tristão. O grupo comercializa, embarca e processa aproximadamente 4 milhões de sacas de café por ano, o que representa cerca de 9,5% do total da produção média brasileira.

Dentre os principais integrantes da equipe técnica do Gestor, destacam-se:

*Eliane Lustosa* – PhD em finanças e mestre em economia, ambos pela PUC/RJ. É sócia da Triscorp desde setembro de 2009. Foi CFO da LLX Logística SA, Vice-Presidente de Finanças e Controle do Grupo Abril SA, Diretora Executiva Administrativa e Financeira da Globex Utilidades SA; e Diretora Financeira e de Investimentos da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros. No setor público, foi Diretora e Secretária-Adjunta da Secretaria de Direito Econômico/MJ, além de cargos na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e no BNDES. Atuou em diversos conselhos, tais como: IBGC; Banco Privado Português; Banco Investcred SA (Joint Venture Globex/Unibanco); Coteminas; Parque Temático Playcenter S.A.; Telet S.A.; Tele Norte Celular Participações S.A.; Americel S.A.; CPFL; ICSS; e Perdigão S.A.

*Fernando Carvalho* - sócio da Triscorp desde 2007, responsável pela área de agribusiness e membro do Comitê de investimentos. Fernando tem mais de 28 anos de experiência em finanças. Entre 1999 e 2007, Fernando se dedicou as atividades de agribusiness, comprando, operando e vendendo propriedades rurais em Mato Grosso (MT). Implementando sua estratégia através de diversas empresas: Kamai Agropecuaria (trading de soja e financiamento à produção); Arca Agropecuaria (agricultura e pecuária em áreas próprias no MT); Ciaterra (parceria em uma planta de etanol à ser implantada no MT). Entre 1992 e 1999, Fernando foi sócio do Banco Fonte Cindam e seu predecessor (Banco Fonte). Entre 1985 e 1992, Fernando foi Diretor e sócio da Fonte CTVM S.A.

*Maurício Bicalho* – Sócio da Triscorp, membro do Comitê Executivo, responsável pelos programas de gestores externos. Tem mais de 16 anos de experiência em investimentos. Entre 2001 e 2003 atuou como Diretor de *Private Wealth Services* na Merrill Lynch (Brasil), consultoria de investimentos para clientes mais sofisticados do *private banking*. Também atuou como Vice-Líder de Mercado para Brasil. Entre 1998 e 2001 foi Diretor Executivo e Presidente da UBS Asset Management (Brasil), sendo responsável por todas as atividades no Brasil, incluindo relacionamento institucional. Entre 1995 e 1998 foi executivo no Banco Omega S.A., atuando na mesa proprietária e posteriormente da gestão de recursos de terceiros.

*Roland Gerbault* – Integrou-se à Triscorp em 2007 como sócio responsável pela área de gestão multi-estratégia, é membro do Comitê Executivo. Roland tem mais de 24 anos de experiência em investimentos. Entre 2004 e 2007, foi sócio da Opus Investimentos (Brasil), sendo responsável pela gestão de recursos de terceiros e área internacional. Entre 2003 e 2004, foi responsável pelo *Investment Advisory Group* – IAG do Banco Pactual. Entre 2002 e 2003 Roland atuou na área de *private banking* da Merrill Lynch. Entre 2001 e 2002, Roland foi sócio-gestor dos Fundos Concórdia Sadia *Aggressive/Conservative*. Anteriormente trabalhou na *Security DTVM - Asset Management*, onde foi responsável pela gestão de recursos e foi sócio da Angra DTVM sendo responsável pela mesa proprietária e foi nomeado Assistente Especial e Coordenador no Departamento do Tesouro do Município do Rio de Janeiro. Entre 1992 e 1993 Roland foi gerente de operações do Banco Bozano Simonsen. Ato Declaratório CVM n.º 3255 de 10.01.1995.

*Ronaldo Tristão* – Sócio fundador da Triscorp, chefiando seu Comitê Executivo, responsável pelos programas de investimento de longo prazo. Ronaldo tem mais de 33 anos de experiência em *commodities*. Entre 2000 e 2003 Ronaldo foi Diretor da *Gold Asset Management* uma boutique de investimentos em Londres gerindo o *family office* da família Tristão. Entre 1987 e 2000, Ronaldo foi Presidente da Tristão Internacional, uma empresa líder em operações de café, verticalmente integrada e com escritórios no Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. Entre 1984 e 1987, Ronaldo foi Presidente da Triplik CVC & da Triplik Sociedade de Crédito Imobiliário. Ronaldo também foi fundador e Presidente da Tristão New York entre 1982 e 1984. Durante este período, foi também membro da *New York Coffee, Sugar and Cocoa Exchange* (hoje *New York Board of Trade* - NYBOT).

O Gestor tem poderes necessários para gerir a carteira do Fundo, o que compreende, respeitado o disposto no Regulamento, no Contrato de Gestão e na Instrução CVM n.º 391/03, o conjunto das decisões e medidas relativas ao investimento, condução e desinvestimento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, incluindo as negociações e operacionalizações das ordens de compra e venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo, que, executadas de forma alinhada com os termos da Política de Investimentos, determina a performance observada pelo Fundo. Dentre as obrigações delegadas pelo Administrador ao Gestor, por meio do Contrato de Gestão, inclui-se o exercício de todos os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

#### 5.3.3. Renúncia do Administrador e/ou Gestor

O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração do Fundo e gestão da Carteira, conforme o caso, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6.1. do Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse parágrafo.

Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo o Administrador e/ou o Gestor receber respectivamente a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor correspondente ao período em que permanecerem no cargo, conforme o caso, calculadas e pagas nos termos da Seção XVI do Regulamento.

Caso a Assembleia Geral (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador ou o Gestor; ou (ii) não obtenha quorum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou do Gestor, ou, ainda, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral.

Além da hipótese de renúncia descrita na cláusula acima, o Administrador e/ou o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação necessário e, exclusivamente no que diz respeito à destituição do Gestor, desde que configurada Justa Causa.

#### **5.4. Demais Prestadores de Serviço do Fundo**

##### *5.4.1. Custodiante*

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, bem como a escrituração das Quotas serão realizadas pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem Encargos do Fundo.

##### *5.4.2. Auditor Independente*

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador e do Gestor.

#### **5.5. Objetivo do Fundo**

O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em Valores Mobiliários.

Para a aquisição dos Valores Mobiliários de Companhias Alvo, estas deverão possuir exclusivamente como objeto social, na data da respectiva aquisição, uma ou mais das seguintes atividades:

- (a) desenvolvimento de projetos de reflorestamento;
- (b) manejo florestal;
- (c) industrialização, processamento e comercialização de produtos florestais;
- (d) prestação de serviços relacionados a atividades florestais;

(e) outras atividades claramente relacionadas ao setor florestal ou a setores que impactem positivamente a demanda por bens produzidos pelas empresas investidas do Fundo, inclusive empresas relacionadas à atividade de crédito de carbono; e

(f) participação em sociedades que tenham por objeto social o descrito nas alíneas ‘a’ a ‘e’ anteriores.

## **5.6. Política de Investimentos**

I. Na avaliação de potenciais investimentos em Valores Mobiliários, o Fundo levará em consideração, inclusive, mas não limitadamente, aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas e sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade sócio-ambiental, incluindo, mas não se limitando, a companhias que se encontrem em “situações especiais”, tais como reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras. Para tanto, as Companhias Alvo deverão cumprir, cumulativamente, com os seguintes requisitos:

(i) assegurar que os projetos desenvolvidos, conforme critério estabelecido em 5.5. deste Prospecto, contarão ou venham a contar com estudo de viabilidade econômica e de impacto ambiental (EIARIMA) e não serão desenvolvidos em áreas que contemplem uso indevido da terra;

(ii) possuir, ou se comprometer a implantar, o Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001, como base para implantação de um Sistema Integrado de Gestão;

(iii) quando possível, sujeito a análise técnica específica, buscar a certificação de suas operações junto ao *Forest Stewardship Council* (FSC), solicitação esta que deverá ocorrer em prazo não superior a 05 (cinco) anos contados da data de realização do investimento pelo Fundo na Companhia Alvo;

(iv) atender plenamente ou implantar às regras trabalhistas previstas para o setor de atuação, especialmente no que diz respeito à remuneração, às práticas disciplinares, à jornada de trabalho e à saúde e segurança do trabalho, sendo vedada a utilização de trabalho escravo e/ou infantil;

(v) comprometer-se com a implementação de um “Código de Conduta Ética” e um “Código de Conduta Ambiental”; e

(vi) não se encontrar em processo falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou evento análogo e/ou não ter passado por tais processos nos últimos 5 (cinco) anos.

II. Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá realizar investimentos em Companhias Alvo que observem e mantenham as seguintes regras e práticas de governança corporativa:

(i) o estatuto social da Companhia Alvo deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo na Companhia Alvo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;

(ii) os membros do conselho de administração da Companhia Alvo deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;

(iii) a Companhia Alvo deverá sempre manter disponíveis informações sobre contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de compra de ações e outros valores mobiliários de sua emissão, se houver;

(iv) a Companhia Alvo deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

(v) na hipótese de abertura de capital da Companhia Alvo, mediante registro de companhia aberta na CVM, a Companhia Alvo deverá obrigar-se perante o Fundo a: (a) aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e (b) adotar os padrões de governança corporativa definidos conforme anexos da Resolução CMN n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009;

(vi) o Conselho Fiscal, se não tiver funcionamento permanente, poderá ser instalado a pedido dos acionistas que, isolada ou conjuntamente, possuírem, no mínimo, 10% (dez por cento) do Fundo, sendo conferida ao Gestor a faculdade de nomear, pelo menos, 1 (um) dos membros do referido Conselho Fiscal; e

(vii) as demonstrações financeiras da Companhia Alvo deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

III. Sem prejuízo do disposto no item 5.5. e neste item 5.6. deste Prospecto, o investimento do Fundo em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, notadamente, por meio da indicação de membros do conselho de administração e/ou da diretoria das Companhias Investidas. A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida também poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

IV. Nas situações em que o Fundo detenha a totalidade das ações das Companhias Investidas, o Fundo buscará que o conselho de administração de tais Companhias Investidas seja composto por até 07 (sete) membros eleitos pelo Fundo em assembleia geral da respectiva Companhia Investida. Quando obtida a condição acima, o Fundo indicará os membros com base em Assembleia Geral, da seguinte forma:

(i) 01 (um) a 05 (cinco) membros poderão ser indicados pelo Quotista ou grupo de Quotista que detiver, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Quotas do Fundo;

(ii) 01 (um) membro poderá ser indicado pelo grupo de Quotistas Fundadores, desde que possuam, no mínimo, 5% (cinco por cento) das quotas do Fundo; e

(iii) 01 (um) membro será indicado pelo Gestor que deverá ter o voto de desempate, caso seja necessário.

V. O Fundo buscará conformidade com os Princípios para Investimento Responsável (“Princípios” ou “PRI – *Principles for Responsible Investment*”). A conformidade com os Princípios considera que temas como meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa (“ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance*”) podem afetar o desempenho das carteiras de investimento, em diferentes níveis de acordo com as

Companhias Alvo, os setores, as regiões, a classe de ativos e o tempo de maturidade do investimento. O Fundo buscará conformidade com o PRI mediante as seguintes condições:

- (i) a política de investimento do Fundo, bem como os processos de análise e decisão de investimento devem incluir questões relativas ao meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- (ii) o Fundo deve desenvolver e divulgar uma política de acompanhamento de participação ativa de acordo com o PRI, buscando engajamento das Companhias Alvo nas questões relacionadas com o meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- (iii) o Fundo deve buscar o nível de transparência adequado nas Companhias Alvo quanto às questões relacionadas com o meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa.

VI. O Fundo é acionista da AEP, possuindo 11.631.360 (onze milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e sessenta) ações, segundo os livros de Registro de Transferência de Ações e de Registro de Ações da AEP de um total de 12.961.276 (doze milhões, novecentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta e seis) ações emitidas pela AEP. O Anexo VII – Situação das Terras do Projeto da Companhia Investida, descreve os principais ativos da AEP.

A Assembléia Geral de Quotistas de 18 de maio de 2010, que aprovou a Segunda Emissão de Quotas do Fundo, registrada perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 1171077, em 21 de maio de 2010, contém como anexo duas avaliações dos ativos da AEP elaboradas pelo escritório Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações em maio de 2010, e assinadas pelos engenheiros Claudio Moraes Figueira (CREA nº 9.272/D) e João Freire D'Avila Neto (CREA nº 90.899/D).

A auditoria legal dos ativos da AEP foi contratada pelo Gestor ao escritório Fleury Malheiros, Gasparini, De Cresci e Nogueira de Lima Advogados em março de 2010, emitiu o Relatório Preliminar de Auditoria Legal Propriedades Rurais situadas no Estado do Piauí Municípios de Canto do Buriti e Alvorada do Gurgueia, cuja cópia segue como Anexo VIII deste Prospecto.

Os documentos relevantes do processo de compra e venda da AEP, no âmbito do Fundo, estão disponíveis na sede do Administrador e os documentos relevantes, da própria AEP, estão disponíveis, por meio de cópia autenticada, na sede do Gestor, e os originais na sede da AEP. Adicionalmente, o investidor interessado poderá visitar os ativos da AEP, mediante solicitação ao Gestor, sendo o deslocamento e a estadia por conta da AEP.

VII. As Quotas não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

#### *5.6.1. Formação e composição da Carteira*

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados, como regra geral e exceto se de outra forma previsto no Regulamento, durante o Período de Investimento, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados durante o funcionamento do Fundo por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

A Carteira do Fundo será composta por: (i) preponderantemente, Valores Mobiliários; e (ii) Outros Ativos.

O Gestor não poderá manter parcela superior a 10% (dez por cento) do patrimônio do Fundo aplicado em Outros Ativos, a não ser que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos do Regulamento, observada as exceções previstas abaixo.

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto neste item 5.6.1., não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira.

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

(i) os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;

(ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, observado o prazo acima, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e

(iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização de Quotas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas.

Caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador deverá propor ao Comitê de Investimentos para que decida sobre (a) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (b) a restituição aos Quotistas dos valores já aportados no Fundo e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Gestor e aprovados pela Assembleia Geral e não concretizados por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de despesas e encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

## **5.7. Período de Investimentos e Período de Desinvestimentos**

O Fundo terá um Período de Investimento, que se iniciará na data de registro do Fundo na CVM e se estenderá por até 05 (cinco) anos, o qual pode ser prorrogado mediante deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta apresentada pelo Gestor, por um prazo máximo de mais 03 (três) anos, ou até a data em que o Gestor entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo. Como regra geral, a liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Gestor entenda ser no melhor interesse dos Quotistas, o Gestor poderá submeter à aprovação da Assembleia Geral, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, proposta para proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo, em observância ao disposto na Seção V do Regulamento.

Os recursos eventualmente obtidos mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento poderão ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, e/ou reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos deste Prospecto e do Regulamento, de acordo com proposta do Gestor e aprovação da Assembleia Geral.

O Gestor poderá, a seu único e exclusivo critério, antecipar o término do Período de Investimento, conforme disposto na Cláusula 4.2.3.1., inciso (x), do Regulamento, ao passo que a prorrogação do término do Período de Investimento dependerá de proposta apresentada pelo Gestor e que tenha sido aprovada pela Assembleia Geral, nos termos da Seção Cláusula 5.1., inciso (ix), do Regulamento.

Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão da Assembleia Geral, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

A partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Gestor não realizará novos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto acima, e envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, toda e qualquer proposta do Gestor de desinvestimento de recursos do Fundo alocados em Valores Mobiliários dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

## **5.8. Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Quotas**

O patrimônio do Fundo será representado pelas Quotas, que serão de uma única classe. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos neste item 5.8. do Prospecto.



Esta Segunda Emissão será formada por até 767 (setecentas e sessenta e sete) Quotas com Preço de Emissão de R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos) e o total de recursos captados pelo Fundo não poderá exceder a 74.990.418,36 (setenta e quatro milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos).

De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos potenciais investidores, para aquisição das Quotas à época da realização da Oferta, o valor inicial da oferta de R\$ 74.990.418,36 (setenta e quatro milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos) poderá ser aumentado por lote suplementar, em montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor inicial da Oferta.

As Quotas representativas desta Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento da emissão respectiva. A integralização das Quotas representativas desta Segunda Emissão deverá ser realizada no prazo máximo de 1 (um) ano, renovável por igual período, contados da data de registro do Fundo na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas de cada emissão de Quotas do Fundo que não forem subscritas até a Data de Encerramento da respectiva distribuição serão canceladas pelo Administrador.

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar novas Quotas na exata proporção da participação de cada um na composição do patrimônio líquido do Fundo.

#### *5.8.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais*

As Quotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são de uma única classe.

Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

#### *5.8.2. – Valor das Quotas*

As Quotas terão seu valor calculado mensalmente ou em menor periodicidade na hipótese de emissão de novas Quotas, e tal valor corresponderá à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

#### *5.8.3. – Direitos de Voto*

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada Quota a um voto.

#### *5.8.4. – Emissão e Subscrição de Quotas*

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento da emissão respectiva e serão integralizadas em ativos e/ou em moeda corrente nacional, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 5.8.5. abaixo.

No ato de subscrição das Quotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento e no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.

#### *5.8.5. – Integralização das Quotas*

As Quotas representativas do patrimônio do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com orientação do Gestor, em observância aos procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Gestor identifique necessidades de (i) investimento em Valores Mobiliários, desde que o respectivo investimento em Valores Mobiliários tenha sido previamente aprovado pela Assembleia Geral, e/ou (ii) recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que realize Chamadas de Capital. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Gestor e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em ativos e/ou em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nas cláusulas acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos das cláusulas acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 5.8.6. abaixo.

#### *5.8.6. – Inadimplência dos Quotistas*

O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo e terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de novas Quotas de emissão do Fundo e para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de novas Quotas de emissão do Fundo e para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto.

Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas em período em que um Quotista seja considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

#### *5.8.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas*

As Quotas serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Gestor para cada Companhia Investida e previamente aprovados pela Assembleia Geral. Os cronogramas de amortização de Quotas serão disponibilizados pelo Administrador aos Quotistas, conforme orientação do Gestor, com antecedência prévia de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis. Inicialmente, o Fundo não pretende realizar amortizações de Quotas antes do término do Período de Investimento, mas amortizações antecipadas poderão ocorrer se o Gestor entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas, observado o disposto no Regulamento.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização corresponderá ao valor do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembleia Geral referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção

de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista (que não seja um Quotista Inadimplente) que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação.

#### *5.8.8. – Resgate das Quotas*

Salvo no caso do resgate compulsório de que trata o item 5.8.9 abaixo, as Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

#### *5.8.9. – Negociação das Quotas*

As Quotas serão registradas para negociação no SF. Sem prejuízo, o Administrador poderá, mediante autorização do Gestor, registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente de Quotas.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com todos os requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

Caso um dos Quotistas venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento e neste Prospecto e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Caberá ao Administrador, direta ou indiretamente, a verificação de eventuais restrições regulatórias existentes quanto à negociabilidade das Quotas do Fundo pelo Quotista, especialmente restrições regulatórias decorrentes da oferta pública em que o Quotista tenha subscrito tais Quotas.

### **5.9. Demonstrações financeiras e avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo**

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, do Gestor, bem como do custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 30 de setembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O patrimônio do Fundo será formado pela soma da Carteira, das disponibilidades e dos haveres, abatido das exigibilidades e será avaliado conforme critérios estabelecidos na Seção VII do Regulamento.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira serão avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Anexo II do Regulamento.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez no mercado serão objeto de reavaliação na ocorrência das seguintes situações e observado o disposto no parágrafo abaixo:

- (i) sempre que o Gestor entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias;
- (ii) no prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de liquidação do Fundo; e
- (iii) sempre que houver emissão de novas Quotas.

Em qualquer das situações previstas no parágrafo acima, a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez será de responsabilidade do Gestor, considerando o Estudo de Avaliação. O Estudo de Avaliação deverá ser preparado pelo Agente de Avaliação.

O Agente de Avaliação escolhido pelo Comitê de Investimentos para esta Oferta é a Amaral d'Ávila Engenharia de Avaliações. O Agente de Avaliação contratado para esta Oferta é empresa reconhecida no setor de avaliação de imóveis rurais no Brasil. Conforme previsto no Regulamento, a escolha do Agente de Avaliação em futuras avaliações serão realizadas pelo Comitê de Investimentos.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo naquela data, como sem nenhum valor.

## **5.10. Assembleia Geral**

Competirá exclusivamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força da regulamentação em vigor, do Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- (iv) deliberar sobre a destituição ou substituição do Gestor e escolha de seu substituto;
- (v) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (vi) deliberar sobre o aumento da Taxa de Administração e/ou a aprovação das características dos Certificados de Bônus de Subscrição para fins de aquisição pelo Gestor, nos termos deste Prospecto;
- (vii) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de outros comitês e consultores do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (ix) deliberar sobre a proposta do Gestor de prorrogação do Período de Investimento, nos termos do item 4.2.3.1., inciso (xi), do Regulamento;
- (x) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 6.3.1. do Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (xii) aprovar o esquema de remuneração, amortização e resgate das Quotas proposto pelo Gestor, observado o disposto no item 13.8. do Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam o item 6.6. e a Seção XIV do Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas aos Quotistas na forma do item 13.7.5.;
- (xv) orientar e instruir o Gestor, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos, nos termos do item 4.2.3. do Regulamento; e
- (xvi) aprovar despesas extraordinárias do Fundo não expressamente previstas no Regulamento.

Observado o disposto no parágrafo abaixo, as deliberações das Assembleias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas dos Quotistas presentes à respectiva Assembleia Geral.

A deliberação sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iii), (iv), (v), (vi) e (viii) acima dependerá de aprovação de Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

#### **5.11. Comitê de Investimentos**

O Fundo possui um Comitê de Investimentos, formado por 05 (cinco) membros, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Administrador, do Gestor e dos Quotistas, sendo que 4 membros serão indicados pelos Quotistas em Assembleia Geral, cabendo a cada Quotista, ou bloco de Quotistas, detentor de 25% (vinte e cinco por cento) das Quotas a eleição de um membro, e ao Gestor a indicação do último membro (“Comitê de Investimentos”).

Os membros do Comitê de Investimentos exercerão seus mandatos pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Os membros do Comitê de Investimentos somente poderão ser substituídos por aqueles que os tiverem elegido, observado o percentual do respectivo Quotista, ou bloco de Quotistas.

A forma de convocação, quorum e demais características do Comitê de Investimentos encontram-se definidas nos itens 4.3 a 4.7 do Regulamento.

O Comitê de Investimentos terá como funções, observados os demais termos e condições do Regulamento:

- (i) discutir e propor ao Gestor metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo, observadas as condições estabelecidas neste Regulamento;
- (ii) deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo, submetidos pelo Gestor;
- (iii) discutir e deliberar sobre as formas de participação do Fundo na administração das Companhias Alvo, que propiciem efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, conforme recomendações elaboradas pelo Gestor;
- (iv) deliberar, de tempos em tempos, sobre o plano de negócios do Fundo;
- (v) deliberar sobre as propostas submetidas pelo Administrador e/ou pelo Gestor, conforme o caso, acerca (a) das datas em que os subscritores de Quotas deverão aportar recursos no Fundo mediante integralização das Quotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento; e (b) da restituição do capital, no caso de não concretização do investimento no prazo estabelecido;
- (vi) acompanhar o desempenho do Administrador e demais prestadores de serviços contratados nos termos deste Regulamento;
- (vii) deliberar sobre a contratação de serviços de consultoria ou assessoria, quando julgar necessários;
- (viii) deliberar e aprovar as demais questões e assuntos indicados no Regulamento, desde que tais prerrogativas não conflitem com a competência da Assembleia Geral; e
- (ix) deliberar sobre o ressarcimento, pelo Fundo, de despesas incorridas pelo Administrador e/ou Gestor não previstas na Cláusula 5.15.3. abaixo.

Em contraprestação ao exercício das atividades descritas neste Prospecto, cada membro do Comitê de Investimentos terá remuneração equivalente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por reunião, valor este corrigido pelo IPCA todo o último dia útil de cada ano. Os membros do Comitê de Investimentos terão suas despesas de traslado e estadia em viagens de interesse do Fundo, ressarcidas pelo Fundo.

### **5.12 Consultores do Fundo**

O Administrador contratará, por solicitação do Gestor e em nome do Fundo, mediante prévia e expressa concordância da Assembleia Geral a respeito do nome indicado e da remuneração pelos serviços, consultores especializados nas atividades das Companhias Alvo, de modo a acompanhar os compromissos firmados pelas Companhias Alvo e para a análise da evolução dos investimentos realizados nas Companhias Alvo, com os seguintes prestadores de serviço:

- (i) um consultor de sustentabilidade (“Consultor de Sustentabilidade”); e
- (ii) um consultor florestal (“Consultor Florestal”).

As instituições e/ou pessoas contratadas para os serviços previstos acima, inclusive o Consultor Florestal, terão suas respectivas remunerações pagas diretamente pelo Fundo e responderão pelos prejuízos que causarem aos Quotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

O Consultor Florestal deverá, necessariamente, ser pessoa de notório saber no setor de florestas industriais plantadas, de reputação ilibada, que será escolhido pelos Quotistas em Assembleia Geral e desempenhará as atividades relacionadas no item 4.8.2 do Regulamento.

O Fundo contará, ainda, com um Consultor de Sustentabilidade, que deverá, necessariamente, ser especialista, com notório saber na área de sustentabilidade, de reputação ilibada, que será escolhido pelos Quotistas em Assembleia Geral e que terá as funções definidas no item 4.8.4 do Regulamento.

### **5.13. Situações de conflitos de interesses**

Conforme previsto na Instrução CVM n.º 391/03, salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, membros dos comitês ou consultores do Fundo e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) com qualquer percentual do capital social da Companhia Alvo e/ou da Companhia Investida, quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que: (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia; ou (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto acima, a Assembleia Geral deverá analisar e aprovar todo e qualquer Conflito de Interesses.



#### **5.14. Política de divulgação de informações relativas ao Fundo**

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal “Monitor Mercantil”, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, a ser definido pelo Gestor, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador do Fundo deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas, mediante o envio de correspondência aos Quotistas:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que se refere ao inciso (v) do item 4.2.2.1. do Regulamento;
- (c) os encargos debitados ao Fundo em conformidade com o disposto no item 18.1. do Regulamento, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia qualificada dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

#### **5.15. Remuneração do Administrador e do Gestor e Encargos do Fundo**

##### *5.15.1. Taxa de Administração*

Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, será devida a Taxa de Administração equivalente a 2,0% a.a. (dois por cento) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor serão calculadas de acordo com o Contrato de Gestão.

O Fundo não cobrará taxa de performance.

#### *5.15.2. Certificados de Bônus de Subscrição*

Apesar do Fundo não cobrar taxa de performance, conforme descrito acima, o Gestor poderá ser remunerado pelas Companhias Investidas, por meio da aquisição de Certificados de Bônus de Subscrição.

Observado parágrafo abaixo, tendo em vista a existência de situação que caracteriza Conflito de Interesse, a aquisição de Certificados de Bônus de Subscrição pelo Gestor está condicionada à prévia aprovação pela Assembleia Geral, nos termos do item 5.10. acima, das características gerais dos Certificados de Bônus de Subscrição, especialmente quanto ao valor unitário e condições gerais para a subscrição dos Certificados de Bônus de Subscrição (“Características”).

Não obstante o disposto no parágrafo acima, o Gestor poderá adquirir Certificados de Bônus de Subscrição, independente da aprovação prévia da Assembleia Geral, caso as Características de tais Certificados de Bônus de Subscrição reproduzam o disposto no Anexo III do Regulamento.

O pagamento da remuneração ao Gestor será efetuado diretamente pelo Fundo.

#### *5.15.3. Outros Encargos*

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da remuneração do Comitê de Investimentos, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;

(viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;

(ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, estruturação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral;

(x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e escrituração das Quotas;

(xi) despesas, sem limitação de valor, com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive o Consultor de Sustentabilidade e o Consultor Florestal e outros, como de estruturação do Fundo e suas emissões; e

(xii) reembolso de despesas dos membros do Comitê de Investimentos referente ao traslado e estadia em viagens de interesse do Fundo.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação necessário.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido por ele sub-contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

## **5.16. Regras de tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo**

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem vir a incidir sobre determinadas operações a serem realizadas pelos Quotistas, motivo pelo qual sugere-se que estes consultem seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

### *5.16.1. Tributação aplicável aos Quotistas do Fundo*

#### **IOF/Títulos**

As operações com as Quotas do Fundo estão sujeitas à incidência do IOF/Títulos, à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias que, em função das regras acima, não são tributadas pelo IOF/Títulos. Desta forma, em operações feitas com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias, não haverá cobrança do IOF/Títulos.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

#### IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, geradas no investimento em Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde outubro de 2009 (em decorrência da edição do Decreto n.º 6.983, de 19 de outubro de 2009), os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689), estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de dois por cento (2%), ao passo que ao retorno deste investimento seria aplicada a alíquota zero (0%) – Artigo 15, incisos XXI e XXII do Decreto 6.306/07.

#### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

##### I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos na alienação, no resgate ou na amortização das Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

##### II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 (“Quotistas Qualificados”) é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade (“Paraíso Fiscal”).

##### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

## II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se à aplicação da alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) do Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos de capital, e à alíquota descrita em 4.16.1. no que se refere aos rendimentos auferidos na alienação, no resgate ou na amortização das Quotas do Fundo.

### *4.16.2. Tributação Aplicável ao Fundo*

#### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

#### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

## **5.17. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar mais informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador e a Hencorp nos seguintes endereços:

### **NSG Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu e Sra. Andréa Moreira Lopes

Tel.: (21) 3797-1000

Fax.: (21) 2113-0725

Correio Eletrônico: [luiz.abreu@nsgcapital.com.br](mailto:luiz.abreu@nsgcapital.com.br) / [andrea.lopes@nsgcapital.com.br](mailto:andrea.lopes@nsgcapital.com.br)

Website: [www.nsgcapital.com.br](http://www.nsgcapital.com.br)

### **Hencorp Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Av. Paulista, n.º 37, 11º andar, Bela Vista

São Paulo – SP

At.: Sra. Rose Duarte

Tel.: (11) 2127-2752

Fax.: (11) 3253-6995

Correio Eletrônico: [rose@commcor.com.br](mailto:rose@commcor.com.br)

Website: [www.commcors.com.br](http://www.commcors.com.br)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## 6. ANEXOS

---

- Anexo I** - Cópia da Deliberação de Constituição do Fundo
- Anexo II** - Cópia da Ata da Assembléia Geral que Elegeram os Membros do Comitê de Investimentos
- Anexo III** - Cópia do Documento que Aprovou a Segunda Emissão
- Anexo IV** - Cópia do Regulamento do Fundo em Vigor na Data deste Prospecto
- Anexo V** - Declaração do Administrador
- Anexo VI** - Declaração do Distribuidor
- Anexo VII** - Situação das Terras do Projeto da Companhia Investida
- Anexo VIII** - Relatório Preliminar de Auditoria Legal Propriedades Rurais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Anexo I**

---

Cópia da Deliberação de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



1148347 16-10-09

6ºRTD-RJ - 1148347  
Emol: 207,05/Contrib: 11,41/Lei: 111/06 10,92  
Módulo: ACOTERJ 8,72 / FETJ 43,69  
Lei: 4.664/05 10,92 / Tot. Emol.: 292,71  
PARÂM. Vias: 3 / Nome(s): 1 / Págs: 48  
Proc. Estr.: N / Verbo: N / Dilog.:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Pelo presente instrumento particular, a **NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 10.203, de 02 de janeiro de 2009, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.274.584/0001-47, neste ato representada por seus representantes legais ("NSG"), vem, por meio do presente, constituir um fundo de investimento em participações, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada ("Instrução CVM 391/03"), com as seguintes características:

- (i) o fundo terá a denominação de Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações ("Fundo");
- (ii) a administração, controladoria e distribuição do Fundo serão efetuadas pela NSG;
- (iii) a custódia do Fundo será efetuada pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12;
- (iv) o diretor da NSG, responsável pelas operações do Fundo, designado para responder, civil e criminalmente, pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu, inscrito no CPF/MF sob n.º 667.153.347-49, devidamente autorizado pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários;
- (v) os serviços de gestão da carteira de investimentos do Fundo serão prestados pela Triscorp Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 760, de 10 de fevereiro de 2004, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, n.º 250, sala 201 - Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.876.786/0001-66;
- (vi) os serviços de auditoria independente do Fundo serão prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, nos termos do Artigo 4º da Instrução CVM 391/03;





- (vii) fica aprovada a redação do regulamento do Fundo ("Regulamento") na forma do Anexo I ao presente;
- (viii) fica aprovada a primeira emissão de quotas do Fundo, que será realizada por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº. 476/09 ("Oferta Restrita");
- (ix) a Oferta Restrita compreenderá a colocação de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), representados por 100 (cem) quotas e, no máximo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), representados por 5.000 (cinco mil) quotas, tendo cada quota o valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- (x) as quotas do Fundo serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado; e
- (xi) para a obtenção do registro automático do Fundo com a conseqüente colocação de suas quotas por meio da Oferta Restrita, será submetido à CVM o presente Instrumento Particular de Constituição do Fundo, que contém o Regulamento respectivo.

O presente Instrumento Particular de Constituição do Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações é assinado em 4 (quatro) vias.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2009.

  
NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

114834716-10-09

VIA EXCEDENTE

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ  
Tels.: (21) 2233-7878 / www.rtd-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB Nº E DATA DECLARADOS  
A MARCEN. O QUE CERTIFICADO

☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficiala  
☒ Paulo Cesar Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS nº 26.1227024 - RJ  
☐ Marco André de A. Santos - 2º Substituto  
CTPS nº 25276/015 - RJ  
☐ Cleia de Araújo Barreto - 3º Substituta  
CTPS nº 7324128-001 - RJ



## **Anexo II**

---

Cópia da Ata da Assembléia Geral que Elegeu os Membros do Comitê de Investimentos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

116486625-03-10

**TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
**CNPJ/MF n.º 11.249.598/0001-73**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2.010**

**DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 17 dezoito dias do mês de março de 2.010, às 10:00 horas, na sede da administradora, **NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Administradora"), na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária do **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo").

**MESA:**

Presidente - Roberto Paulo Ziegert Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.647.194 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 702.941.948-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, n.º 1.334, apartamento 81, Itaim Bibi, CEP 04542-0001; e

Secretário - Pedro Paulo Wendel Gasparini, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.777.461 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 100.534.918-58, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardoso de Melo Junior, n.º 259, CEP 05462-020.

**PRESENÇA:**

Quotistas representando 100% (cem por cento) das quotas do Fundo, conforme lista de presença, e dos representantes legais da Administradora e da Triscorp Investimentos Ltda., na qualidade de gestor do Fundo ("Gestor").

**CONVOCAÇÃO:**

Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência da presença da totalidade dos quotistas do Fundo, nos termos do artigo 16, parágrafo primeiro da Instrução CVM 391/03, conforme alterada ("ICVM 391/03").

**ORDEM DO DIA:**

*[Handwritten signatures and initials are present in this section, including a large signature that appears to be 'Roberto Paulo Ziegert Junior' and several other initials.]*



Deliberar sobre a proposta de: **(i)** nomeação dos membros do Comitê de Investimentos do Fundo; **(ii)** alteração do regulamento do Fundo ("Regulamento"), especialmente no que se refere à forma de remuneração da Gestor; **(iii)** investimento pelo Fundo em determinada Companhia Alvo (conforme definido no Regulamento); **(iv)** aprovação do Plano de Emissão de Certificados de Bônus de Subscrição da Companhia Alvo de que trata o item (iii) acima; e **(v)** consolidação do novo Regulamento.

#### DELIBERAÇÕES:

A totalidade dos quotistas do Fundo aprovou, sem ressalvas, as seguintes matérias:

- (i) A nomeação das seguintes pessoas para compor o Comitê de Investimentos do Fundo, nos termos da Cláusula 4.3 do Regulamento respectivo:

Nº.	Nome	Indicação:
01	Roberto Paulo Ziegert Júnior	Quotistas
02	Pedro Paulo Wendel Gasparini	Quotistas
03	David Jeffrey De Wind	Quotistas
04	Fernando César Oliveira de Carvalho	Quotistas
05	Eliane Aleixo Lustosa de Andrade	Gestora

Nos termos da Cláusula 4.3.1 do Regulamento, os membros do Comitê de Investimentos, ora nomeados, exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração do Fundo (conforme definido no Regulamento), podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo.

- (ii) A modificação da Seção XVI do Regulamento, de modo a excluir a cobrança de taxa de performance pelo Fundo, com a conseqüente adequação de Cláusulas do Regulamento, bem como incluir a possibilidade do Gestor ser remunerado pelas Companhias Investidas (conforme definido no Regulamento), por meio da aquisição de certificados de bônus de subscrição emitidos por tais Companhias Investidas, desde que atendidos determinados requisitos. Desta forma, a referida Seção XVI do Regulamento passará a vigorar com a seguinte nova redação:

#### **"Seção XVI – Da remuneração do Administrador e do Gestor**

16.1. – Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, será devida a Taxa de Administração equivalente a 2,0% a.a. (dois por cento) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

16.1.1. – A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor serão calculadas de acordo com o Contrato de Gestão.

449280v1 449280v1





16.2. – O Fundo não cobrará taxa de performance.

16.3. – Apesar do Fundo não cobrar taxa de performance, conforme descrito em 16.2. acima, o Gestor poderá ser remunerado pelas Companhias Investidas, por meio da aquisição de certificados de bônus de subscrição emitidos por tais Companhias Investidas, nos termos do artigo 75 e seguintes da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Certificados de Bônus de Subscrição").

16.4. – Observada Cláusula 16.4.1. abaixo, tendo em vista a existência de situação que caracteriza Conflito de Interesse, a aquisição de Certificados de Bônus de Subscrição pelo Gestor está condicionada à prévia aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 5.1., das características gerais dos Certificados de Bônus de Subscrição, especialmente quanto ao valor unitário e condições gerais para a subscrição dos Certificados de Bônus de Subscrição ("Características").

16.4.1. – Não obstante o disposto na Cláusula 16.4. acima, o Gestor poderá adquirir Certificados de Bônus de Subscrição, independente da aprovação prévia da Assembleia Geral, caso as Características de tais Certificados de Bônus de Subscrição reproduzam o disposto no Anexo III deste Regulamento.

16.5. – O pagamento da remuneração ao Gestor será efetuado diretamente pelo Fundo."

- (iii) O investimento de recursos financeiros do Fundo, nos termos da Cláusula 6.6 do Regulamento, tendo em vista a existência de situação de Conflito de Interesses (conforme definido no Regulamento), na **Agro Energia Piauí Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 08.350.851/0001-76, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 254, 4º andar, sala 422, Centro, CEP 01014-907 ("AEP"), condicionado ao cumprimento prévio dos seguintes requisitos: (a) transformação da AEP em sociedade por ações, nos termos da Lei n°. 6.404/76, conforme alterada; (b) atendimento dos requisitos previstos na ICVM 391/03; e (c) aprovação deste investimento pelo Comitê de Investimentos do Fundo.
- (iv) A minuta do Plano de Emissão de Bônus de Subscrição da AEP que figura como Anexo I à presente ata, nos termos da nova Cláusula 16.4. do Regulamento, ora aprovada no item (i) desta assembleia.
- (v) a consolidação do novo Regulamento do Fundo, considerando as deliberações acima, cuja versão final segue como Anexo II à presente ata e entrará em vigor na data do protocolo na CVM da presente ata e seus anexos.

**ENCERRAMENTO:**

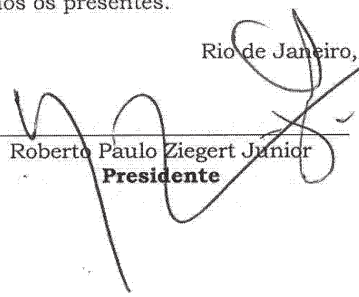
449280v1 449280v1

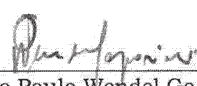


116486625-03-10

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, que, depois de lida, foi integralmente aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2.010.

  
Roberto Paulo Ziegert Junior  
**Presidente**

  
Pedro Paulo Wendel Gasparini  
**Secretário**



**Anexo III**

---

Cópia do Documento que Aprovou a Segunda Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

117107721-05-10

**TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
**CNPJ/MF n.º 11.249.598/0001-73**

6ºRTD-RJ - 1171077  
Emol 333,96/Distrib 11,88/Lex 111/06 17,28  
Vulgo/ACOTERJ 9,07/FETJ 69,17  
Lei 4.664/05 17,28 / Tot Empr. 458,69  
PARAM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 123  
Proc Estr. N / Averb S / Dilig



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL**  
**REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2.010**

**DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 18 dezoito dias do mês de maio de 2.010, às 15:00 horas, na sede da administradora, **NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Administradora"), na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi realizada a Assembleia Geral do **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo").

**MESA:**

Presidente – Roberto Paulo Ziegert Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.647.194 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 702.941.948-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, n.º 1.334, apartamento 81, Itaim Bibi, CEP 04542-0001; e

Secretário – Pedro Paulo Wendel Gasparini, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.777.461 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 100.534.918-58, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardoso de Melo Junior, n.º 259, CEP 05462-020.

**PRESENÇA:**

Quotistas representando 100% (cem por cento) das quotas do Fundo, conforme lista de presença, e dos representantes legais da Administradora e da Triscorp Investimentos Ltda., na qualidade de gestor do Fundo ("Gestor").

**CONVOCAÇÃO:**

Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência da presença da totalidade dos quotistas do Fundo, nos termos do artigo 16, parágrafo primeiro da Instrução CVM 391/03, conforme alterada ("ICVM 391/03").

**ORDEM DO DIA:**

Deliberar sobre as propostas aprovadas pelo Comitê de Investimento, sendo: **(i)** reavaliação dos ativos que compõem a carteira de investimentos do Fundo com a conseqüente atualização do valor de sua quota; **(ii)** novo investimento pelo Fundo em determinada Companhia Alvo (conforme definido no Regulamento); e propostas sugeridas pelo Gestor, sendo: **(iii)** alteração de diversos dispositivos do Regulamento do Fundo; **(iv)** consolidação do novo Regulamento; e **(v)** aprovação da 2ª Emissão de Quotas do Fundo.



117107721-05-10

#### DELIBERAÇÕES:

A totalidade dos quotistas do Fundo aprovou, sem ressalvas, as seguintes matérias:

- (i) Com base em laudo de avaliação emitido do Amaral D'Avila, o valor médio por hectare das terras pertencentes à AEP é de R\$ 1.658,99427475 (hum mil seiscentos e cinquenta e oito vírgula nove nove quatro dois sete quatro sete cinco) / hectare em 30 de Abril de 2010. A memória de cálculo deste valor consta no Anexo deste documento.

A AEP possui atualmente 80.815,6139 (oitenta mil oitocentos e quinze vírgula seis um três nove) hectares de terras na região, totalizando valor dos ativos de R\$ 134.072.640,77 (cento e trinta e quatro milhões setenta e dois mil seiscentos e quarenta reais e setenta e sete centavos). O valor deduzido das dívidas, incluindo juros capitalizados, da AEP na data de emissão do laudo de avaliação perfaz R\$ 7.264.078,50 (sete milhões duzentos e sessenta e quatro mil e setenta e oito reais e cinquenta centavos) conforme consta no Balancete da empresa de 30.04.2010. Desta forma, o valor da empresa, líquido de dívidas, totaliza R\$ 126.808.562,26 (cento e vinte e seis milhões oitocentos e oito mil quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos).

Atualmente, o Fundo detém 11.631.360 (onze milhões seiscentos e trinta e um mil trezentos e sessenta) ações de emissão da AEP, de um total de 12.961.276 (doze milhões novecentos e sessenta e um mil duzentos e setenta e seis) de ações emitidas, representando assim 89,74% do seu capital total. O valor do investimento realizado foi de R\$ 11.631.360,00 (onze milhões seiscentos e trinta e um mil trezentos e sessenta reais).

O Gestor propõe, conforme proposta em anexo, aprovada pelo Comitê de Investimento, que seja reavaliado o valor do investimento efetuado na AEP para R\$ 113.797.132,22 (cento e treze milhões setecentos e noventa e sete mil cento e trinta e dois reais e vinte e dois centavos), correspondente a 89,74% do valor da empresa líquido de dívidas, com base na seguinte metodologia:

Valor total de ativos da AEP = R\$ 134.072.640,77  
(-) Saldo da dívida atualizado em 30.04.2010 = R\$ 7.264.078,51  
(=) Valor total da AEP, líquido de dívidas = R\$ 126.808.562,26  
(/) N° total de ações = 12.961.276  
(=) Valor por ação = R\$ 9,78364802  
(x) N° de ações detidas pelo Fundo na AEP = 11.631.360  
(=) Valor reavaliado do investimento do Fundo = R\$ 113.797.132,22

Atualmente, os quotistas do Fundo detêm o total de 1.164 (hum mil centos e sessenta e quatro) quotas, sendo cada quota avaliada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Sugerimos que o valor da quota seja reavaliado com base na seguinte metodologia:

Valor do investimento na AEP => R\$ 113.797.132,22

117107721-05-10

(+) Caixa disponível no Fundo => R\$ 8.400,00  
(=) Valor do Fundo => R\$ 113.805.532,22  
( / ) N° de quotas => 1.164  
(=) Valor reavaliado da quota => R\$ 97.771,08

- (ii) O investimento de recursos financeiros do Fundo, nos termos da Cláusula 6.6 do Regulamento, tendo em vista a existência de situação de Conflito de Interesses, na **Agro Energia Piauí S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 08.350.851/0001-76, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 254, 4º andar, sala 422, Centro, CEP 01014-907, nos termos da Proposta apresentada pelo Gestor e aprovada pelo Comitê de Investimentos do Fundo. O investimento consiste na aquisição de 1.329.916 (um milhão trezentos e vinte e nove mil novecentos e dezesseis) ações, correspondendo a 10,26% (dez vírgula vinte e seis por cento) do total das ações emitidas pela empresa, ao preço por ação de R\$ 9,78364802 (nove vírgula sete oito três seis quatro oito zero dois), perfazendo um total R\$ R\$ 13.011.430,04 (treze milhões onze mil quatrocentos e trinta reais e quatro centavos), conforme proposta do Gestor aprovada pelo Comitê de Investimento que segue em anexo.
- (iii) Alteração dos Artigos 2.1, 4.2.3.1, 4.3.1, 4.3.2, 6.3, 7.3, 7.4.1, 8.1 e 18.1. do Regulamento do Fundo, que tratam, dentre outros, do público alvo, das atribuições do Gestor, do mandato e das atribuições do Comitê de Investimentos, da nomeação do Agente de Avaliação e do Período de Investimentos (conforme definidos no Regulamento), e inclusão do Artigo 4.3.3. que trata da remuneração do Comitê de Investimentos, conforme recomendação do Gestor que segue anexa à esta ata.
- (iv) A consolidação do novo Regulamento do Fundo, considerando as deliberações acima, cuja versão final segue como Anexo à presente ata e entrará em vigor na data do protocolo na CVM da presente ata e seu anexo.
- (v) A segunda emissão de quotas do Fundo, que será realizada por meio de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº. 400/03 ("Oferta Pública"), conforme proposta do Gestor que segue em anexo.

A Oferta Pública compreenderá a colocação de, no mínimo, R\$ 977.710,80 (novecentos e setenta e sete mil setecentos e dez reais e oitenta centavos), representados por 10 (dez) quotas com valor unitário de R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos), e, no máximo, R\$ 74.990.418,36 (setenta e quatro milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos), representados por 767 quotas, tendo cada quota o valor unitário de R\$ 97.771,08 (noventa e sete mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos) ("Segunda Emissão").

De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos potenciais investidores, para aquisição das quotas à época da realização da Oferta Pública, o valor inicial da oferta de 74.990.418,36 (setenta e quatro



117107721-05-10

milhões novecentos e noventa mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos) poderá ser aumentado por lote suplementar, em montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor inicial da Oferta Pública.

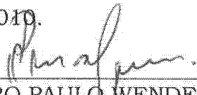
As quotas serão objeto de colocação pública, pela Administradora e pela Hencorp Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de distribuidores da Segunda Emissão, devendo ser subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições do Regulamento e do "Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização", que será assinado por cada subscritor na data de subscrição de suas quotas.

**ENCERRAMENTO:**

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, que, depois de lida, foi integralmente aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

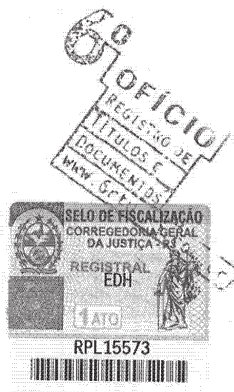
Rio de Janeiro, 18 de Maio de 2010.

  
ROBERTO PAULO ZIEGERT  
JUNIOR  
**Presidente**

  
PEDRO PAULO WENDEL  
GASPARINI  
**Secretário**







117107721-05-10

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ  
Tels : (21) 2233-7878 www.6rtd-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.  
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala  
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS nº 26.122/024-RJ  
☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto  
CTPS nº 25275/015-RN  
☐ Cleia de Araújo Barreto - 3º Substituta  
CTPS nº 7324129-001-RJ

AVERBADO ao registro nº JJ98347 do  
livro protocolo feito neste 6º Ofício de Registro  
de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.  
RJ, 21/05/2010  
Oficial \_\_\_\_\_

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Anexo IV**

---

Cópia do Regulamento do Fundo em Vigor na Data Deste Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

117107721-05-10

---

**REGULAMENTO DO  
TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
PARTICIPAÇÕES**

---

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2010



117107721-25-10

**Seção I – Da denominação, forma e prazo de duração e composição do patrimônio do Fundo**

1.1. – O **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido por este Regulamento, seu Anexo I, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Anexo I a este Regulamento atribui significado às expressões em letra maiúscula utilizadas abaixo.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 14 (quatorze) anos, contados da data de registro do Fundo na CVM, podendo ser prorrogado por igual período a ser proposto pelo Gestor para deliberação da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido na Cláusula 5.6. deste Regulamento.

1.3. – O patrimônio do Fundo será formado pela soma da Carteira, das disponibilidades e dos haveres, abatido das exigibilidades.

**Seção II – Do público alvo do Fundo e regras de aplicação inicial e manutenção de investimentos no Fundo**





2.1. – As Quotas serão colocadas perante os seguintes investidores qualificados, que se enquadrem no conceito descrito no Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, observado o quanto segue:

- I. Dentre investidores residentes no Brasil, poderão adquirir as Quotas: pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais; e
- II. Dentre investidores não residentes no Brasil: quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas, por meio de mecanismos de investimentos regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

**Seção III – Do objetivo, da estratégia de investimento e do parâmetro de rentabilidade do Fundo**

2



117107721-05-10

3.1. - O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em Valores Mobiliários.

3.1.1. - Para a aquisição dos Valores Mobiliários de Companhias Alvo, estas deverão possuir exclusivamente como objeto social, na data da respectiva aquisição, uma ou mais das seguintes descrições:

- (a) desenvolvimento de projetos de reflorestamento;
- (b) manejo florestal;
- (c) industrialização, processamento e comercialização de produtos florestais;
- (d) prestação de serviços relacionados a atividades florestais;
- (e) outras atividades claramente relacionadas ao setor florestal ou a setores que impactem positivamente a demanda por bens produzidos pelas empresas investidas do Fundo, inclusive empresas relacionadas à atividade de crédito de carbono; e
- (f) participação em sociedades que tenham por objeto social o descrito nas alíneas 'a' a 'e' anteriores.

3.2. - Na avaliação de potenciais investimentos em Valores Mobiliários, o Fundo levará em consideração, inclusive, mas não limitadamente, aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas e sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade sócio-ambiental, incluindo, mas não se limitando, a companhias que se encontrem em "situações especiais", tais como reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras. Para tanto, as Companhias Alvo deverão cumprir, cumulativamente, com os seguintes requisitos:

- (i) assegurar que os projetos desenvolvidos, conforme critério estabelecido na cláusula 3.1.1 deste regulamento, contarão ou venham a contar com estudo de viabilidade econômica e de impacto ambiental (ELARIMA) e não serão desenvolvidos em áreas que contemplem uso indevido da terra;

117107721-05-13

- (ii) possuir, ou se comprometer a implantar, o Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001, como base para implantação de um Sistema Integrado de Gestão;
- (iii) quando possível, sujeito a análise técnica específica, buscar a certificação de suas operações junto ao *Forest Stewardship Council* (FSC), solicitação esta que deverá ocorrer em prazo não superior a 05 (cinco) anos contados da data de realização do investimento pelo Fundo na Companhia Alvo;
- (iv) atender plenamente, ou implantar, às regras trabalhistas previstas para o setor de atuação, especialmente no que diz respeito à remuneração, às práticas disciplinares, à jornada de trabalho e à saúde e segurança do trabalho, sendo vedada a utilização de trabalho escravo e/ou infantil;
- (v) comprometer-se com a implementação de um "Código de Conduta Ética" e um "Código de Conduta Ambiental"; e
- (vi) não se encontrar em processo falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou evento análogo e/ou não ter passado por tais processos nos últimos 5 (cinco) anos.

3.3. - Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá realizar investimentos em Companhias Alvo que observem e mantenham as seguintes regras e práticas de governança corporativa:

- (i) o estatuto social da Companhia Alvo deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo na Companhia Alvo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Alvo deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;



- (iii) a Companhia Alvo deverá sempre manter disponíveis informações sobre contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de compra de ações e outros valores mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) a Companhia Alvo deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital da Companhia Alvo, mediante registro de companhia aberta na CVM, a Companhia Alvo deverá obrigar-se perante o Fundo a: (a) aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e (b) adotar os padrões de governança corporativa definidos conforme anexos da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009;
- (vi) o Conselho Fiscal, se não tiver funcionamento permanente, poderá ser instalado a pedido dos acionistas que, isolada ou conjuntamente, possuírem, no mínimo, 10% (dez por cento) do Fundo, sendo conferida ao Gestor a faculdade de nomear, pelo menos, 1 (um) dos membros do referido Conselho Fiscal; e
- (vii) as demonstrações financeiras da Companhia Alvo deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

3.4. - Sem prejuízo do disposto nesta Seção III, o investimento do Fundo em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, notadamente, por meio da indicação de membros do conselho de administração e/ou da diretoria das Companhias Investidas. A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida também poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

1171077 21-05-19

3.5. - Nas situações em que o Fundo detenha a totalidade das ações das Companhias Investidas, o Fundo buscará que o conselho de administração de tais Companhias Investidas seja composto por até 07 (sete) membros eleitos pelo Fundo em assembleia geral da respectiva Companhia Investida.

3.5.1. - Quando obtida a condição acima, o Fundo indicará os membros com base em Assembleia Geral, da seguinte forma:

- (i) 01 (um) a 05 (cinco) membros poderão ser indicados pelo Quotista ou grupo de Quotista que detiver, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Quotas do Fundo;
- (ii) 01 (um) membro poderá ser indicado pelo grupo de Quotistas Fundadores, desde que possuam, no mínimo, 5% (cinco por cento) das quotas do Fundo; e
- (iii) 01 (um) membro será indicado pelo Gestor que deverá ter o voto de desempate, caso seja necessário.

3.6. - O Fundo buscará conformidade com os Princípios para Investimento Responsável ("Princípios" ou "PRI - *Principles for Responsible Investment*"). A conformidade com os Princípios considera que temas como meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa ("ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*") podem afetar o desempenho das carteiras de investimento, em diferentes níveis de acordo com as Companhias Alvo, os setores, as regiões, a classe de ativos e o tempo de maturidade do investimento. O Fundo buscará conformidade com o PRI mediante as seguintes condições:

- (i) a política de investimento do Fundo, bem como os processos de análise e decisão de investimento devem incluir questões relativas ao meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- (ii) o Fundo deve desenvolver e divulgar uma política de acompanhamento de participação ativa de acordo com o PRI, buscando engajamento das Companhias Alvo nas questões relacionadas com o meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;

117107127-05-10

- (iii) o Fundo deve buscar o nível de transparência adequado nas Companhias Alvo quanto às questões relacionadas com o meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa.

3.7. - As Quotas não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

#### **Seção IV – Da administração do Fundo**

4.1. - O Fundo será administrado pelo Administrador, ao passo que a Carteira será gerida pelo Gestor. As funções e responsabilidades do Administrador e do Gestor seguem descritas nesta Seção IV.

##### Do Administrador e do Gestor

4.2. - O Fundo será administrado pelo Administrador e gerido, exclusivamente, pelo Gestor.

4.2.1. - O diretor do Administrador responsável perante a CVM pela administração do Fundo, na forma da regulamentação em vigor, é o Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 20.18590-1, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 667.153.347-49, domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 440, 6.º andar.

4.2.2. - Respeitados os limites estabelecidos na regulamentação em vigor e neste Regulamento, o Administrador terá poderes para realizar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo.

4.2.2.1. - Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Administrador:

(i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:

- (a) o registro de Quotistas e de transferência de Quotas;
- (b) o livro de atas das Assembleias Gerais;
- (c) o livro de presença de Quotistas;

1171077 21-05-10

- (d) o arquivo dos pareceres do auditor independente;
- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
- (f) a documentação relativa às operações do Fundo.

(ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;

(iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;

(iv) pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso do cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM n.º 391/03;

(v) elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer à respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as exposições da Instrução CVM n.º 391/03 e deste Regulamento;

(vi) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, detenham pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, estudos e análise de investimento realizado pelo Fundo, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas em Assembleia Geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

(vii) se houver, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análise de investimento, elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

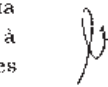


(viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

(ix) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;

117107721-05-10

- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- (xi) manter Títulos e Valores Mobiliários fungíveis integrantes da Carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (x) empregar, na defesa dos direitos do Quotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;
- (xi) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as informações previstas na Seção XVII deste Regulamento;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas da sociedade que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- (xv) solicitar a admissão das Quotas à negociação no SF (Sistema de Fundos) e, eventualmente, observado o disposto no inciso (xiii) da Cláusula 4.2.3.1. abaixo, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável;
- (xvi) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento; e
- (xvii) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) deste artigo, o Administrador poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação à conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Quotistas que requereram a informação.

4.2.3. - O Gestor terá poderes, conforme outorgados pelo Administrador, por meio deste Regulamento e do Contrato de Gestão, para realizar todos os atos relacionados à gestão da Carteira, bem como, de acordo com orientação e instruções da Assembleia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membro do conselho de administração, do comitê de investimento e/ou da diretoria das Companhias Investidas, observadas as restrições legais e deste Regulamento, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contratos sociais e/ou estatutos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, negociar acordos de acionistas das Companhias Investidas, e firmar acordos de investimento, instrumentos de garantia e/ou contratos de empréstimo, conforme o caso, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação em vigor.

4.2.3.1. - Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Gestor, em nome do Administrador e do Fundo:

- (i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio, da Carteira e das atividades do Fundo;
- (ii) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições de negócio para o Fundo;
- (iii) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em virtude de sua condição de Gestor e decorrente do investimento nas Companhias Investidas;
- (iv) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (v) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;

117107721-05-10

- (vi) cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- (vii) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento;
- (viii) propor ao Comitê de Investimentos projetos de investimento e desinvestimento do Fundo;
- (ix) propor ao Comitê de Investimentos as datas em que os subscritores de Quotas deverão aportar recursos no Fundo, mediante integralização das Quotas por eles subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (x) deliberar acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembleia Geral proposta acerca da prorrogação do término do Período de Investimento;
- (xi) submeter à aprovação da Assembleia Geral o esquema de amortização das Quotas;
- (xii) acompanhar o desempenho das Companhias Investidas;
- (xiii) autorizar o registro das Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável; e
- (xiv) recomenda o Agente de Avaliação e propõe a metodologia de avaliação de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas a ser adotada pelo Agente de Avaliação na elaboração do Estudo de Avaliação, nos termos da Cláusula 7.4. abaixo.

#### Do Comitê de Investimentos do Fundo

4.3. O Fundo possui um Comitê de Investimentos, formado por 05 (cinco) membros, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Administrador, do Gestor e dos Quotistas, sendo que 4 membros serão indicados pelos Quotistas em Assembleia Geral, cabendo a cada Quotista, ou bloco de Quotistas, detentor de

117107721-05-10

25% (vinte e cinco por cento) das Quotas a eleição de um membro, e ao Gestor a indicação do último membro ("Comitê de Investimentos").


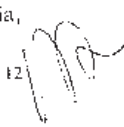

4.3.1. Os membros do Comitê de Investimentos exercerão seus mandatos pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Os membros do Comitê de Investimentos somente poderão ser substituídos por aqueles que os tiverem eleito na forma do disposto em 4.3., observado o percentual do respectivo Quotista, ou bloco de Quotistas.

4.3.2. O Comitê de Investimentos terá como funções, observados os demais termos e condições deste Regulamento:

- (i) discutir e propor ao Gestor metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo, observadas as condições estabelecidas neste Regulamento;
- (ii) deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo, submetidos pelo Gestor;
- (iii) discutir e deliberar sobre as formas de participação do Fundo na administração das Companhias Alvo, que propiciem efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, conforme recomendações elaboradas pelo Gestor;
- (iv) deliberar, de tempos em tempos, sobre o plano de negócios do Fundo;
- (v) deliberar sobre as propostas submetidas pelo Administrador e/ou pelo Gestor, conforme o caso, acerca (a) das datas em que os subscritores de Quotas deverão aportar recursos no Fundo mediante integralização das Quotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento; e (b) da restituição do capital, no caso de não concretização do investimento no prazo estabelecido;
- (vi) acompanhar o desempenho do Administrador e demais prestadores de serviços contratados nos termos deste Regulamento;
- (vii) deliberar sobre a contratação de serviços de consultoria ou assessoria, quando julgar necessários;

12

12





117107721-05-10

- (viii) deliberar e aprovar as demais questões e assuntos indicados neste Regulamento, desde que tais prerrogativas não conflitem com a competência da Assembleia Geral; e
- (ix) deliberar sobre o ressarcimento, pelo Fundo, de despesas incorridas pelo Administrador e/ou Gestor não previstas na Cláusula 18.1. abaixo; e
- (x) nomear o agente de avaliação nos termos da Cláusula 4.9 acima.

4.3.3. - Em contraprestação ao exercício das atividades descritas neste Regulamento, cada membro do Comitê de Investimentos terá remuneração equivalente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por reunião, valor este corrigido pelo IPCA todo o último dia útil de cada ano. Os membros do Comitê de Investimentos terão suas despesas de traslado e estadia em viagens de interesse do Fundo, ressarcidas pelo Fundo.

4.4. - Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, inclusive por e-mail, desde que com sistema certificado de comprovação de recebimento, feita com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, a pedido do Administrador, do Gestor ou de qualquer de seus membros ou Quotistas. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos.

4.4.1. O Administrador e o Gestor poderão participar das reuniões do Comitê de Investimentos sempre que julgarem necessário, mas somente terão direito a voto os membros do Comitê de Investimentos.

4.4.2. As reuniões do Comitê de Investimentos somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

4.4.3. O Comitê de Investimentos poderá reunir-se através de conferência telefônica, video conferência ou outros meios semelhantes, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios, desde que tal discussão seja posteriormente lavrada em ata e assinada.

4.4.4. As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião. As decisões do Comitê de Investimentos serão necessariamente executadas pelo Administrador e/ou pelo Gestor, exceto se a sua execução, nas condições decididas pelo Comitê de Investimentos se tornar impossível e/ou infringirem leis e/ou a regulamentação

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Circular stamp]*

217107721-05-10

aplicável, hipótese na qual o Comitê de Investimentos deverá reunir-se novamente para rever sua decisão, a pedido do Administrador e/ou do Gestor.

4.4.5. - Em caso de necessidade, o membro indicado pelo Gestor ao Comitê de Investimentos deverá ter o voto de desempate.

4.5. - Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos, o Administrador, o Gestor ou o membro que convocar a reunião enviará aos demais participantes as seguintes informações e documentos para a deliberação, em português, conforme aplicável:

(i) quando se tratar de avaliação e realização de novos investimentos em Companhias Alvo, inclusive investimentos iniciais:

- a) o plano de negócios elaborado pelo Gestor;
- b) proposta com as datas em que deverão ser realizadas as integralizações das Quotas que tenham sido subscritas pelos Quotistas, no todo ou em parte;
- c) propostas acerca da forma pela qual deve se dar a participação e influência do Fundo na definição das políticas estratégicas e na gestão da Companhia Alvo em questão; e
- d) demais documentos que julgar necessário.

(ii) quando se tratar de monitoramento dos investimentos realizados:

- a) avaliação de investimentos realizados na Companhia Alvo em questão;
- b) análises econômico-financeiras, projeções de fluxo de caixa, retorno esperado e demonstrativos financeiros da Companhia Alvo em questão;
- c) análises mercadológicas;
- d) avaliação dos investimentos e adequação aos requisitos previstos neste Regulamento;

14



117107:21-05-10

- c) análise do cenário estratégico do mercado da Companhia Alvo e estratégias para desinvestimento e eventuais ajustes propostos;
- f) avaliação da participação e influência do Fundo na definição das políticas estratégicas e na gestão da Companhia Alvo; e
- g) aspectos societários e fiscais envolvendo a Companhia Alvo.

4.5.1. Todos os documentos e informações relacionados em 4.5. (i) e (ii) acima, sempre que aplicáveis, deverão ser encaminhados pelo Gestor e recebidos por cada um dos membros do Comitê de Investimentos com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da realização de reunião em que devam ser apreciados, sob pena de suspensão e adiamento da respectiva reunião até o atendimento de tal prazo, desde que assim solicitado por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos.

4.5.2. A partir das propostas elaboradas pelo Gestor, as decisões adotadas pelo Comitê de Investimentos quanto à realização de investimentos e aquisição de ativos de Companhias Alvo deverão conter todos os elementos necessários à realização do investimento pelo Gestor, determinando o cronograma de investimento e chamadas de capital, a forma de participação na Companhia Alvo, as principais regras de acompanhamento e monitoramento dos investimentos e os procedimentos a serem adotados para o desinvestimento futuro, atualizadas e modificadas sempre que se fizer necessário.

4.5.3. Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros nelas presentes e pelo Administrador e pelo Gestor, quando estes estiverem presentes.

4.6. - Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar ao Administrador, devendo esse informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

4.7. - As deliberações do Comitê de Investimentos não eximirão, restringirão ou liberarão o Administrador e o Gestor das obrigações, deveres e responsabilidades que lhe são atribuídos por este Regulamento ou pela regulamentação em vigor.

15



#### Dos Consultores do Fundo

4.8. - O Administrador contratará, por solicitação do Gestor e em nome do Fundo, mediante prévia e expressa concordância da Assembleia Geral a respeito do nome indicado e da remuneração pelos serviços, consultores especializados nas atividades das Companhias Alvo, de modo a acompanhar os compromissos firmados pelas Companhias Alvo e para a análise da evolução dos investimentos realizados nas Companhias Alvo, com os seguintes prestadores de serviço:

- (i) um consultor de sustentabilidade ("Consultor de Sustentabilidade"); e
- (ii) um consultor florestal ("Consultor Florestal").

4.8.1. As instituições e/ou pessoas contratadas para os serviços previstos acima, inclusive o Consultor Florestal, terão suas respectivas remunerações pagas diretamente pelo Fundo e responderão pelos prejuízos que causarem aos Quotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

4.8.2. O Consultor Florestal deverá, necessariamente, ser pessoa de notório saber no setor de florestas industriais plantadas, de reputação ilibada, que será escolhido pelos Quotistas em Assembleia Geral e desempenhará as seguintes atividades:

- a) Acompanhar e contribuir na elaboração do programa anual de plantio;
- b) Acompanhar e contribuir na elaboração do programa anual de manutenção das florestas;
- c) Pesquisar informações técnicas e adaptá-las para as condições locais;
- d) Analisar materiais genéticos e autorizações de uso;
- e) Indicar e buscar materiais genéticos/mudas para o plantio anual;

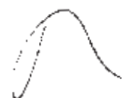


- f) Analisar e interpretar as planilhas de custos;
- g) Sugerir prestadores de serviços florestais;
- h) Elaborar relatórios de andamento das operações florestais, bem como monitorar a qualidade operacional de implantação e manutenção das florestas;
- i) Promover treinamentos, intercâmbios e visitas técnicas aos funcionários e colaboradores das Companhias Investidas.

4.8.3. O Consultor Florestal poderá ser substituído, a qualquer momento, pela Assembleia Geral após análise das razões apresentadas pelo solicitante, obedecido o quorum qualificado de titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação.

4.8.4. O Fundo contará, ainda, com um Consultor de Sustentabilidade, que deverá, necessariamente, ser especialista, com notório saber na área de sustentabilidade, de reputação ilibada, que será escolhido pelos Quotistas em Assembleia Geral e que terá as seguintes funções:

- a) avaliar e analisar resultados de avaliações do atendimento aos requisitos legais relacionados aos aspectos ambientais e sociais da Companhia Alvo e demais projetos;
- b) analisar impactos positivos e/ou negativos sobre as atividades da Companhia Alvo e demais projetos em relação à legislação vigente;
- c) validar, acompanhar se foram atendidos os objetivos, metas e programas ambientais e sociais vinculados aos investimentos do Fundo;
- d) buscar soluções para harmonizar os interesses da Companhia Alvo na criação e gerenciamento de Unidades de Conservação e Comitês de Gestão de Bacias Hidrográficas;
- e) analisar cenários, tendências, fatos, preocupações de partes interessadas;



17



117607721-05-10

- f) analisar a adequação dos procedimentos para minimizar, reaproveitar e dispor os resíduos sólidos;
- g) analisar nos indicadores vinculados à sustentabilidade e/ou ao comitê de sustentabilidade da Companhia Alvo, conforme o caso, especialmente aqueles relacionados a programas de melhoria ambiental; e
- h) acompanhar as discussões sobre mudanças climáticas e implementação do mercado de carbono, bem como as oportunidades de desenvolvimento de projetos pela Companhia Alvo.

4.8.5. O Consultor em Sustentabilidade poderá participar das reuniões do Comitê de Investimentos, em caráter consultivo, sem poder de voto e na condição de convidado.

#### **Seção V – Da Assembleia Geral de Quotistas e suas responsabilidades e atribuições**

5.1. – Observado o disposto nas Cláusulas 5.2. a 5.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força da regulamentação em vigor, deste Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- (iv) deliberar sobre a destituição ou substituição do Gestor e escolha de seu substituto;

18

2

- ate  
ces  
ula  
19  
1955  
1955

11716772-05-19

(xvi) aprovar despesas extraordinárias do Fundo não expressamente previstas neste Regulamento.

5.1.1. - Independentemente do disposto na Cláusula 5.1. acima, este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral ou de consulta aos Quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

5.2. - A convocação da Assembleia Geral será realizada (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme Cláusula 17.1.1. deste Regulamento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados na respectiva Assembleia Geral. As Assembleias Gerais serão realizadas na sede do Administrador ou, na impossibilidade de se realizarem na sede do Administrador, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador na carta de convocação.

5.2.1. - Independentemente da convocação prevista na Cláusula 5.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

5.3. - A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

5.4. - Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

5.5. - Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

5.6. - Observado o disposto na Cláusula 5.6.1. abaixo, as deliberações das Assembleias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que

20



representem a maioria das Quotas dos Quotistas presentes à respectiva Assembleia Geral.

5.6.1. - A deliberação sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iii), (iv), (v), (vi) e (viii) da Cláusula 5.1. acima dependerá de aprovação de Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

**Seção VI - Da formação e composição da carteira de investimentos do Fundo e outras regras aplicáveis aos investimentos do Fundo**

6.1. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados, como regra geral e exceto se de outra forma previsto neste Regulamento, durante o Período de Investimento, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados durante o funcionamento do Fundo por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

6.2. - A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários; e
- (ii) Outros Ativos.

6.2.1. - O Gestor não poderá manter parcela superior a 10% (dez por cento) do patrimônio do Fundo aplicado em Outros Ativos, a não ser que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos deste Regulamento, observada as exceções previstas em 6.3. abaixo.

6.2.2. - Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador e pelo Gestor na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos as variações de mercado, a riscos inerentes aos emitentes dos Valores Mobiliários e a riscos de crédito, não podendo o Administrador e o Gestor, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos integrantes da Carteira

ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas, salvo nos casos previstos neste Regulamento.

6.2.3. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto nesta Seção VI, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto nesta cláusula implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

6.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, observado o prazo acima, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de

22

pagamento de amortização de Quotas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas.

6.3.1. - Caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) da Cláusula 6.3. acima, o Administrador deverá propor ao Comitê de Investimentos para que decida sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) da Cláusula 6.3. acima ou (ii) a restituição aos Quotistas dos valores já aportados no Fundo e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Gestor e aprovados pela Assembleia Geral e não concretizados por qualquer razão.

6.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de despesas e encargos do Fundo.

6.5. - O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

6.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, membros dos comitês ou consultores do Fundo e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) com qualquer percentual do capital social da Companhia Alvo e/ou da Companhia Investida, quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia; ou
- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

#### **Seção VII – Dos critérios de avaliação da carteira de investimentos do Fundo**

7.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, nos termos da Instrução da CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, conforme alterada. O valor do patrimônio líquido do Fundo será calculado mensalmente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

7.2. – No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira serão avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Anexo II deste Regulamento.

7.3. – Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez no mercado serão objeto de reavaliação na ocorrência das seguintes situações e observado o disposto na Cláusula 7.4. abaixo:

- (i) sempre que o Gestor entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias;
- (ii) no prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de liquidação do Fundo; e
- (iii) sempre que houver emissão de novas Quotas.

7.4. – Em qualquer das situações previstas na Cláusula 7.3. acima, a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez será de responsabilidade

do Gestor, considerando o Estudo de Avaliação. O Estudo de Avaliação deverá ser preparado pelo Agente de Avaliação.

7.4.1. - A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita pelo previamente à ocorrência de um evento de reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez, sendo que, na hipótese de necessidade de reavaliação dos Valores Mobiliários por conta do evento descrito na Cláusula 7.3. acima, inciso (ii), tal escolha deverá ser feita em prazo não inferior aos 45 (quarenta e cinco) dias imediatamente anteriores à respectiva situação de liquidação do Fundo. Uma vez definida a empresa que funcionará como Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar a empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito pelos Quotistas, Administrador e pelo Gestor e será válido para todos os fins de direito.

7.5. - Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo naquela data, como sem nenhum valor.

#### **Seção VIII - Do período de investimentos para a formação da carteira do Fundo**

8.1. - O Fundo terá um Período de Investimento, que se iniciará na data do registro do Fundo na CVM e se estenderá por até 05 (cinco) anos, o qual pode ser prorrogado mediante deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta apresentada pelo Gestor, por um prazo máximo de mais 03 (três) anos, ou até a data em que o Gestor entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo. Como regra geral, a liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Gestor entenda ser no melhor interesse dos Quotistas, o Gestor poderá submeter à aprovação da Assembleia Geral, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, proposta para proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo, em observância ao disposto na Seção V deste Regulamento.

8.1.1. - Os recursos eventualmente obtidos mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento poderão ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, e/ou

reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos deste Regulamento, de acordo com proposta do Gestor e aprovação da Assembleia Geral.

8.1.2. – O Gestor poderá, a seu único e exclusivo critério, antecipar o término do Período de Investimento, conforme disposto na Cláusula 4.2.3.1., inciso (x), deste Regulamento, ao passo que a prorrogação do término do Período de Investimento dependerá de proposta apresentada pelo Gestor e que tenha sido aprovada pela Assembleia Geral, nos termos da Seção Cláusula 5.1., inciso (ix), deste Regulamento.

8.1.3. – Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito neste Regulamento.

8.1.4. – Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão da Assembleia Geral, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

#### **Seção IX - Do período de liquidação dos investimentos**

9.1. – A partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Gestor não realizará novos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto na Cláusula 8.1.4. acima, e envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições deste Regulamento.

9.1.1. – Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, toda e qualquer proposta do Gestor de desinvestimento de recursos do Fundo alocados em Valores Mobiliários dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.



11710772-05-10

#### **Seção X – Da distribuição de resultados**

10.1. - A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo será feita exclusivamente mediante a amortização de Quotas, observado o disposto nesta Seção X e na Seção XVI abaixo.

10.2. - O Administrador promoverá amortizações das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com o esquema de amortização das Quotas proposto pelo Gestor e aprovado pela Assembleia Geral nos termos da Cláusula 4.2.3.1., inciso (xi), na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. - Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 13.6.1.

10.4. - As amortizações poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal mediante aprovação da Assembleia Geral nos termos do item 10.2. acima.

10.5. - Em caso de não atendimento do requisito descrito em 10.4. acima, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

10.6. Quando do investimento pelo Fundo na primeira Companhia Alvo cujos valores mobiliários venham a integrar a carteira do Fundo, somente será permitida a amortização de quotas do Fundo depois de decorridos 6 (seis) meses contados de tal investimento, independente se a integralização nesta primeira Companhia Alvo ocorrer mediante aporte de recursos financeiros ou de valores mobiliários.

10.7. - A partir do investimento efetuado conforme descrito em 10.6. acima, (i) caso os investimentos subsequentes do Fundo em Companhias Alvo sejam formalizados mediante aporte de recursos financeiros, as distribuições realizadas com disponibilidades financeiras oriundas das Companhias Alvo respectivas poderão ocorrer a qualquer momento, e (ii) caso os investimentos do Fundo em

27



Companhias Alvo sejam formalizados mediante entrega de valores mobiliários, as distribuições realizadas com disponibilidades financeiras oriundas das Companhias Alvo respectivas somente poderão ocorrer depois de decorridos 6 (seis) meses contados dos investimentos correspondentes.

**Seção XI – Dos procedimentos de liquidação  
dos investimentos em Valores Mobiliários e do Fundo**

11.1. – A liquidação programada dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, conforme proposta do Gestor submetida à aprovação da Assembleia Geral nos termos deste Regulamento:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto na Cláusula 13.7.5.

11.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

11.2. – Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

11.3. – O Fundo poderá ser liquidado, antes de seu prazo de duração, na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou



117100024-05-10

- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. acima.

**Seção XII – Da composição do patrimônio do Fundo e das emissões de quotas**

12.1. – O patrimônio do Fundo será representado pelas Quotas, que serão de uma única classe. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nesta Seção XII e na Seção XIII deste Regulamento.

12.2. – O Patrimônio Inicial será formado por até 20.000 (vinte mil) Quotas com Preço de Emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o total de recursos captados pelo Fundo não poderá exceder a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

12.3. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento da emissão respectiva. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial Mínimo deverá ser realizada no prazo máximo de 1 (um) ano, renovável por igual período, contados da data de registro do Fundo na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

12.4. – As Quotas representativas de cada emissão de Quotas do Fundo que não forem subscritas até a Data de Encerramento da respectiva distribuição serão canceladas pelo Administrador.

12.5. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar novas Quotas na exata proporção da participação de cada um na composição do patrimônio líquido do Fundo.

**Seção XIII – Das características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das quotas**

**13.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais**

13.1.1. – As Quotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são de uma única classe.

29



13.1.2. - Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

13.1.3. - Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto neste Regulamento.

### 13.2. - Valor das Quotas

13.2.1. - As Quotas terão seu valor calculado mensalmente ou em menor periodicidade na hipótese de emissão de novas Quotas, e tal valor corresponderá à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

### 13.3. - Direitos de Voto

13.3.1. - Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada Quota a um voto.

### 13.4. - Emissão e Subscrição de Quotas

13.4.1. - Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável.

13.4.2. - As Quotas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento da emissão respectiva e serão integralizadas em ativos e/ou em moeda corrente nacional, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos da Cláusula 13.5.2. abaixo.

13.4.3. - No ato de subscrição das Quotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento e neste Regulamento, nos termos da

30



regulamentação aplicável.

### 13.5. – Integralização das Quotas

13.5.1. – As Quotas representativas do patrimônio do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com orientação do Gestor, em observância aos procedimentos descritos abaixo.

13.5.2. – Na medida em que o Gestor identifique necessidades de (i) investimento em Valores Mobiliários, desde que o respectivo investimento em Valores Mobiliários tenha sido previamente aprovado pela Assembleia Geral nos termos deste Regulamento, e/ou (ii) recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que realize Chamadas de Capital. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Gestor e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

13.5.3. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em ativos e/ou em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.5.4. – O procedimento disposto nas Cláusulas 13.5.1, a 13.5.3 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

13.5.5. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nas cláusulas acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos das cláusulas acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto na Cláusula 13.6. abaixo.

À 17:07:27-05-10

### 13.6. – Inadimplência dos Quotistas

13.6.1. – O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos da Cláusula 13.5.5. acima e terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de novas Quotas de emissão do Fundo e para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de novas Quotas de emissão do Fundo e para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário, conforme previsto neste Regulamento.

13.6.2. – Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas em período em que um Quotista seja considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata esta cláusula, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

### 13.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

13.7.1. – As Quotas serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Gestor para cada Companhia Investida e previamente aprovados pela Assembleia Geral nos termos deste Regulamento. Os cronogramas de amortização de Quotas serão disponibilizados pelo Administrador aos Quotistas, conforme orientação do Gestor, com antecedência prévia de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis. Inicialmente, o Fundo não pretende realizar amortizações de Quotas antes do término do Período de Investimento, mas amortizações antecipadas poderão ocorrer se o Gestor entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas, observado o disposto na Cláusula 8.1. deste Regulamento.

32

11710772\*-05-10

13.7.2. - Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização corresponderá ao valor do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

13.7.3. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

13.7.4. - Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.7.5. - Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembleia Geral referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio

cujas frações ideais de cada Quotista serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista (que não seja um Quotista Inadimplente) que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação.

#### 13.8. - Resgate das Quotas

13.8.1. - Salvo no caso do resgate compulsório de que trata a Cláusula 13.9.4. abaixo, as Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

#### 13.9. - Negociação das Quotas

13.9.1. - As Quotas serão registradas para negociação no SF. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante autorização do Gestor, registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

13.9.2. - Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas.





13.9.3. - Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

13.9.4. - Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com todos os requisitos descritos neste Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

13.9.5. - Caso um dos Quotistas venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Seção II deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

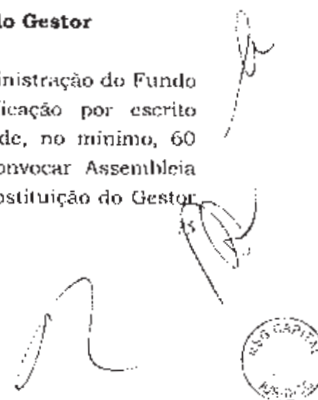
13.9.6. - Caberá ao Administrador, direta ou indiretamente, a verificação de eventuais restrições regulatórias existentes quanto à negociabilidade das quotas do Fundo pelo Quotista, especialmente restrições regulatórias decorrentes da oferta pública em que o Quotista tenha subscrito tais Quotas.

#### **Seção XIV - Situações de conflito de interesses**

14.1. - Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.6. acima, a Assembleia Geral deverá analisar e aprovar todo e qualquer Conflito de Interesses.

#### **Seção XV - Da substituição do Administrador e do Gestor**

15.1. - O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração do Fundo e gestão da Carteira, conforme o caso, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor.



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "FUNDOS DE CAPITAL" and "Nº 10-10".

117207321-03-10

(observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6.1. deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata essa cláusula. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo o Administrador e/ou o Gestor receber respectivamente a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor correspondente ao período em que permanecerem no cargo, conforme o caso, calculadas e pagas nos termos da Seção XVI abaixo.

15.1.1. - Caso a Assembleia Geral de que trata o item 15.1. acima: (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador ou o Gestor; ou (ii) não obtenha quorum suficiente, observado o disposto na Cláusula 5.6.1. acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou do Gestor, ou, ainda, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral.

15.1.2. - Além da hipótese de renúncia descrita na cláusula acima, o Administrador e/ou o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Seção V deste Regulamento e, exclusivamente no que diz respeito à destituição do Gestor, desde que configurada Justa Causa.

#### **Seção XVI – Da remuneração do Administrador e do Gestor**

16.1. - Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, será devida a Taxa de Administração equivalente a 2,0% a.a. (dois por cento) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

16.1.1. - A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor serão calculadas de acordo com o Contrato de Gestão.

36



16.2. - O Fundo não cobrará taxa de performance.

16.3. - Apesar do Fundo não cobrar taxa de performance, conforme descrito em 16.2. acima, o Gestor poderá ser remunerado pelas Companhias Investidas, por meio da aquisição de certificados de bônus de subscrição emitidos por tais Companhias Investidas, nos termos do artigo 75 e seguintes da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Certificados de Bônus de Subscrição").

16.4. - Observada Cláusula 16.4.1. abaixo, tendo em vista a existência de situação que caracteriza Conflito de Interesse, a aquisição de Certificados de Bônus de Subscrição pelo Gestor está condicionada à prévia aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 5.1., das características gerais dos Certificados de Bônus de Subscrição, especialmente quanto ao valor unitário e condições gerais para a subscrição dos Certificados de Bônus de Subscrição ("Características").

16.4.1. - Não obstante o disposto na Cláusula 16.4. acima, o Gestor poderá adquirir Certificados de Bônus de Subscrição, independente da aprovação prévia da Assembleia Geral, caso as Características de tais Certificados de Bônus de Subscrição reproduzam o disposto no Anexo III deste Regulamento.

16.5. - O pagamento da remuneração ao Gestor será efetuado diretamente pelo Fundo.

#### **Seção XVII - Da divulgação de informações sobre o Fundo**

17.1. - Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. - A divulgação de informações de que trata a Cláusula 17.1. acima será feita no jornal "Monitor Mercantil", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, a ser definido pelo Gestor, devendo todos os documentos q

117107921-06-10

informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. -- O Administrador do Fundo deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas, mediante o envio de correspondência aos Quotistas:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que se refere ao inciso (v) do item 4.2.2.1.;
- (c) os encargos debitados ao Fundo em conformidade com o disposto no item 18.1., devendo ser especificado seu valor; e
- (d) o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia qualificada dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e

38



117107721-05-10

- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

17.3. - As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

#### **Seção XVIII - Dos encargos do Fundo**

18.1. - Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da remuneração do Comitê de Investimentos, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;

39



117107727-05-10

- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, estruturação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e escrituração das Quotas;
- (xi) despesas, sem limitação de valor, com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive o Consultor de Sustentabilidade e o Consultor Florestal e outros, como de estruturação do Fundo e suas emissões; e
- (xii) reembolso de despesas dos membros do Comitê de Investimentos referente ao traslado e estadia em viagens de interesse do Fundo.

18.2. - Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. deste Regulamento.

18.3. - O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido por ele sub-contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

#### **Seção XIX - Das demonstrações contábeis**

19.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, do Gestor, bem como do custodiante do Fundo.

40

117107121-0-10

19.2. - O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

19.3. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 30 de setembro de cada ano.

19.4. - As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

#### **Seção XX - Da solução de conflitos**

20.1. - Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio das regras de arbitragem a ser administrada pela Câmara Brasil da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVIESPA, de acordo com o Regulamento da Câmara.

20.2. - A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

20.3. - Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

20.4. - Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

41



A17107721-0-10

20.5. - Em face da presente cláusula compromissória, acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

#### **Seção XXI - Das disposições gerais**

21.1. - A aquisição de Quotas pelo investidor configura, para todos os fins de direito, sua expressão ciência e concordância com todas as cláusulas do presente Regulamento, a cujo cumprimento estará obrigado a partir da aquisição de Quotas.

21.2. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o custodiante do Fundo e os Quotistas.

21.3. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas.

21.4. - Os Quotistas deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados, por escrito, de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

21.5. - Caso o Gestor entenda ser apropriado, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, e desde que não viole nenhuma lei ou regulamento, este

117207721-05-10

poderá oferecer aos Quotistas do Fundo oportunidades de participar dos investimentos do Fundo nas Companhias Alvo, na qualidade de co-investidores. Nesse caso, cada investidor terá o direito de participar de tais investimentos como co-investidor, na forma rateada entre os demais Quotistas aos quais o Gestor ofereça a participação como co-investidores do Fundo, de acordo com a proporção dos valores com que tiverem concorrido para o total dos recursos subscritos.

21.5.1. - Admite-se que qualquer Quotista que indique ao Gestor oportunidades de investimento tenha participação direta desproporcional aos demais Quotistas do Fundo na companhia por ele indicada, na hipótese de o Gestor oferecer participação aos Quotistas como co-investidores do Fundo, desde que atendidos todos os requisitos previstos neste Regulamento, observado o item 21.4.2. abaixo.

21.5.2. - O Gestor não tem qualquer comprometimento quanto à indicação e/ou avaliação de qualquer investimento feita por Quotistas, tampouco a obrigação de levar tal indicação ao conhecimento e votação do Comitê de Investimentos.



Handwritten signature and initials, including a large 'N' and 'MA', and a circular stamp with the text 'FUNDOS DE INVESTIMENTO' and '11/07/2011'.



117107721-00-10

**Anexo I - DEFINIÇÕES**

Para fins do disposto neste Regulamento, as expressões indicadas em letra maiúscula terão os respectivos significados a elas atribuídos a seguir:

<b>Administrador</b>	NSG Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 10.203, de 02 de janeiro de 2009, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.274.584/0001-47.
<b>Agente de Avaliação</b>	Empresa especializada na avaliação de ativos florestais escolhida pelo Comitê de Investimentos, conforme a Cláusula 7.4. acima, dentre uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes no mercado, a qual será responsável pela elaboração do Estudo de Avaliação.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>BOVESPA</b>	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP.
<b>Câmara</b>	Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP.
<b>Carteira</b>	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Chamadas de Capital</b>	Cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo

44



117107721-05-10

	Administrador, de acordo com orientação do Gestor, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
<b>Companhias Alvo</b>	As Companhias que atendam aos requisitos descritos neste Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.
<b>Companhias Investidas</b>	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo.
<b>Compromisso de Investimento</b>	Cada "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas.
<b>Conflito de Interesses</b>	Qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, pelo Fundo.
<b>Contrato de Gestão</b>	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários a ser celebrado entre o Administrador e o Gestor.
<b>CVM</b>	A Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
<b>Data de Encerramento</b>	Último dia útil do período de distribuição das Quotas em cada emissão.
<b>Estudo de Avaliação</b>	Relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pelo Agente de Avaliação em conformidade com métodos de avaliação adequados e apropriados sugeridos pelo próprio Agente de Avaliação e previamente aprovados pelo Gestor, nos termos da Cláusula 7.4. do Regulamento, para a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem

45

117109921-25-10

	liquidez.
<b>Fundadores</b>	Riverside Worldwide LLC, Renata Ferraz Ziegert, David Jeffrey Dewind, Roberto Paulo Ziegert Junior, João Carlos Hopp Junior, Luiz Eduardo de Paula, Pedro Paulo Wendel Gasparini, Ricardo Soares Ramos e Pedro William Blyth.
<b>Fundo</b>	Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações.
<b>Gestor</b>	Triscorp Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 760, de 10 de fevereiro de 2004, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, à Rua Visconde de Pirajá, n.º 250, sala 201 - Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.876.786/0001-66.
<b>Instrução CVM n.º 391/03</b>	Instrução CVM n.º 391/03, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 409/04</b>	Instrução CVM n.º 409/04, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Justa Causa</b>	Para fins de que trata este Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Gestor (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas funções e responsabilidades como Gestor, conforme o caso, ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Gestor, conforme o caso; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro nacional, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. A ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Gestor também será considerada justa causa.

117307725-05-10

<b>Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável</b>	Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.
<b>Outros Ativos</b>	Quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundo de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário.
<b>Partes Interessadas</b>	Serão consideradas partes interessadas: (i) Quotistas; (ii) Administrador; (iii) Gestor; e (iv) membros dos comitês e conselheiros do Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador ou pelo Gestor.
<b>Partes Relacionadas</b>	Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador e/ou pelo Gestor.
<b>Patrimônio Inicial</b>	Corresponde ao patrimônio do Fundo após a Data de Encerramento da primeira emissão de Quotas.
<b>Patrimônio Inicial Mínimo</b>	O patrimônio inicial mínimo para o início das atividades do Fundo será equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
<b>Período de Desinvestimento</b>	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, durante o qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas, exceto nas hipóteses previstas no Regulamento, e dará início a um processo de

11700721-05-10

	desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, observado que toda e qualquer proposta do Gestor de desinvestimento de recursos do Fundo alocados em Valores Mobiliários dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.
<b>Período de Investimento</b>	Período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na data de registro do Fundo na CVM e se estenderá por até 12 (doze) anos ou até a data em que o Gestor entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço inicial e unitário de emissão das Quotas correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
<b>Preço de Integralização</b>	O valor de integralização de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, correspondente ao Preço de Emissão. Após a integralização inicial, as integralizações subsequentes deverão ser feitas com base no valor da última Quota divulgada. A informação completa será divulgada pelo Administrador na Chamada de Capital.
<b>Quotistas</b>	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
<b>Quotista Inadimplente</b>	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento.
<b>Quotas</b>	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, representativas do patrimônio do Fundo.
<b>Regulamento</b>	Este regulamento do Fundo.

48



117107721-00-10

<b>Regulamento da Câmara</b>	Conjunto de regras que regem a atuação da Câmara.
<b>Remuneração do Administrador</b>	A remuneração devida ao Administrador em contraprestação ao serviço de administração do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.
<b>Remuneração do Gestor</b>	A remuneração devida ao Gestor em contraprestação ao serviço de gestão da Carteira, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.
<b>SF</b>	Sistema de Fundo - SF, mantido e operacionalizado pela CETIP.
<b>Taxa de Administração</b>	Taxa devida pela administração do Fundo e gestão da Carteira, equivalente a 2,0% a.a. (dois por cento) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.
<b>Valores Mobiliários</b>	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que poderão ser adquiridos pelo Fundo.



*Handwritten signature*

19

*Handwritten signature*



117000225510

## Anexo II - CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO

Ativo	Fontes
<b>Títulos Públicos</b>	Os títulos públicos são avaliados de acordo com os preços unitários de títulos públicos divulgados pelo mercado secundário da ANDIMA.
<b>Títulos Privados</b>	<p>A metodologia de avaliação de títulos privados observa necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>(a) Caso o título possua taxa divulgada pela ANDIMA, a referida taxa é utilizada no cálculo do PU de mercado;</p> <p>(b) Caso o título não possua taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado corresponde à mediana dos preços fornecidos por um <i>pool</i> de <i>players</i> com forte participação no mercado (PIC); e</p> <p>(c) Quando os dados fornecidos no âmbito do inciso (b) não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o título é precificado usando a metodologia de precificação de monitoramento de spread de crédito por <i>rating</i> e intervalos de <i>duration</i>. O centro do intervalo é dado pela mediana dos spreads de crédito por <i>rating</i> e intervalo de <i>duration</i> calculado a partir de todos os dados coletados pelo departamento de precificação. A largura do intervalo (I.) é de dois desvios padrão.</p> <p>(d) Quando não houver dados que possibilitem a precificação de acordo com os incisos acima ou o fluxo de amortização do título não seja pré-definido, a avaliação ocorrerá segundo a curva de aquisição do título.</p>
<b>Valores Mobiliários de renda fixa</b>	Os Valores Mobiliários de renda fixa integrantes da Carteira serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, pelo seu custo de aquisição atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas <i>pro rata temporis</i> .
<b>Valores Mobiliários de renda variável</b>	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas custo de aquisição.</p> <p>Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para</p>

50

117100724-0010

atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) de acordo com itens 7.3. e 7.4. deste Regulamento.



51



**Anexo III****CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CERTIFICADOS DE BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO****1) Quantidade de Bônus de Subscrição:**

A emissão dos Bônus de Subscrição confere aos titulares dos mesmos o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia Investida no montante equivalente a no máximo 20% do seu capital social após o aumento decorrente do exercício integral dos Bônus de Subscrição de cada nova emissão. Cada conjunto de 1.000 Bônus de Subscrição dá direito à subscrição de 1.000 ações de emissão da Companhia Investida quando de sua atribuição, observada a condição de ajuste da quantidade de ações descrita no item "Ajuste da Quantidade de Ações Objeto dos Bônus de Subscrição" abaixo. Desta forma, temos que:

$$\text{Quantidade de Bônus de Subscrição} = \text{QAs} \times 25\%, \text{ onde:}$$

QAs = Quantidade de Ações Subscritas Antes da Emissão do Bônus

25% = Percentual que confere ao Detentor do Bônus de Subscrição 20% do Capital Social da Companhia Investida Após Eventual Exercício

**2) Ajuste na Quantidade de Bônus de Subscrição:**

Na hipótese de serem emitidas pela Companhia Investida ações que não decorram do exercício de direitos conferidos pelos Bônus de Subscrição, tal como qualquer emissão de ações pela Companhia Investida, então a quantidade de ações às quais os Bônus de Subscrição conferem direito de subscrição será ajustada. O ajuste na quantidade de ações objeto dos Bônus de Subscrição deverá resultar em um aumento ou redução proporcional à quantidade de ações a serem emitidas ou às reduções de capital realizadas pela Companhia Investida relativamente à quantidade de ações existentes antes da emissão, de modo que os titulares de Bônus de Subscrição cujos direitos de subscrição não tenham ainda sido exercidos mantenham o direito de subscrever o mesmo percentual de participação no capital social que detinham antes de cada nova emissão de ações ou redução de capital, mesmo que os titulares dos Bônus de Subscrição deixem de exercer seus direitos de subscrição em determinados aumentos de capital. O número de ações decorrente do exercício dos Bônus de Subscrição também será ajustado para refletir desdobramentos, grupamentos e/ou bonificações em ações. As regras de ajuste aqui descritas aplicar-se-ão aos casos de emissão de novos Bônus de Subscrição, debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia Investida quando de sua conversão em ações. As frações eventualmente decorrentes do ajuste aqui descrito poderão ser agregadas pelos titulares dos Bônus de Subscrição para que possam representar números inteiros de ações.



11710722-05-10

**3) Valor Unitário e Condições para a Subscrição:**

O valor unitário para subscrição será calculado com base no valor da Companhia Investida, obtido por meio de laudo de avaliação a ser contratado por firma independente e especializada, e deverá considerar o valor total dos ativos da Companhia Investida, além de dívidas porventura existentes bem como o caixa da Companhia Investida ("Valor da Companhia Investida") apurado na data de Emissão do Certificado de Bônus de Subscrição ("Data"), devidamente atualizado pelo índice "IPCA" + 6% apurado *pro rata die* até o momento da efetiva conversão dos Bônus em ações da Companhia Investida.

Para se chegar ao valor unitário de subscrição, o aludido Valor da Companhia Investida, devidamente atualizado, deverá ser dividido pelo número de ações da Companhia Investida no momento de tal subscrição do Bônus de Subscrição. Desta forma, temos que:

$$\text{Valor Unitário} = VC / A, \quad \text{onde:}$$

VC = Valor da Companhia Investida

A = Número de Ações da Companhia Investida na data da subscrição

O Valor Unitário será corrigido pelo índice "IPCA" + 6% apurado *pro rata die* até o momento da efetiva subscrição do Bônus de Subscrição.

Valor nas Demais Emissões de Bônus de Subscrição: Para as demais emissões, o novo Valor Unitário será calculado com base no Valor da Companhia Investida reavaliado na data da nova emissão ("Nova Data"), dividido pela quantidade total de ações após a nova subscrição, devidamente atualizado pelo índice "IPCA" + 6% apurado *pro rata die* até o momento da efetiva subscrição do novo Bônus de Subscrição:

$$\text{Novo Valor Unitário} = VC_r / A_r, \quad \text{onde:}$$

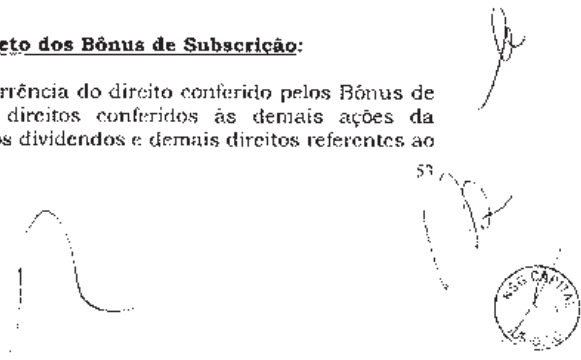
VC<sub>r</sub> = Valor da Companhia Investida reavaliado para a nova emissão

A<sub>r</sub> = Número total de Ações da Companhia Investida na data da "nova subscrição"

O Novo Valor Unitário será corrigido pelo índice "IPCA" + 6% apurado *pro rata die*, a partir da Nova Data até o momento da efetiva subscrição do Bônus de Subscrição.

**4) Características das Ações Objeto dos Bônus de Subscrição:**

As ações a serem subscritas em decorrência do direito conferido pelos Bônus de Subscrição farão jus aos mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia Investida, participando dos dividendos e demais direitos referentes ao

A handwritten signature is visible above a circular stamp. The stamp contains the text "ATA CANTAL" and some illegible markings.

117107721-09-10

exercício em que forem emitidas, calculados *pro rata temporis* a partir da data de subscrição. Sendo assim, qualquer evento corporativo que afete o preço por ação da empresa (exemplo: dividendos, juros sobre capital próprio, dentre outros) deve ser refletido no Valor Unitário e/ou Novo Valor Unitário no momento em que o evento ocorra ("Data de Ajuste"). Desta forma, temos que:

$$\text{Valor Unitário Ajustado} = [\text{VU e/ou NVU}] - \text{VE}, \quad \text{onde:}$$

VU = Valor unitário

NVU = Novo valor Unitário

VE = Valor por Ação do Impacto Monetário do Evento

O Valor Unitário Ajustado será corrigido pelo índice "IPCA" + 6% apurado *pro rata die*, a partir da Data de Ajuste até o momento da efetiva subscrição do Bônus de Subscrição.

#### 4. Disposições Gerais

Dividendos. As ações ordinárias emitidas pela Companhia Investida resultantes do exercício do direito conferido pelo Bônus de Subscrição, nos limites do capital autorizado, farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados pela Companhia Investida a partir da data de exercício do Bônus de Subscrição, referentes ao exercício social em que as ações forem subscritas.

Direito de Preferência. Os acionistas da Companhia Investida, nos termos da lei 6.404/76, e alterações posteriores, devem abrir mão do direito de preferência para subscrever a emissão de Bônus de Subscrição.



**Anexo V**

---

Declaração do Administrador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Declaração para fins de cumprimento do  
artigo 56 da Instrução CVM 400/03**

**NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 440, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.274.584/0001-47, neste ato representada por seus representantes legais, na qualidade de instituição responsável pela distribuição pública das quotas do **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.249.598/0001-73 ("Fundo"), vem declarar, no âmbito da distribuição pública ("Oferta") das quotas da segunda emissão do Fundo ("Quotas"), exclusivamente para fins do registro da Oferta na CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta; (b) o prospecto da Oferta ("Prospecto") contém as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo, bem como quaisquer outras informações do Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (c) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2010

**NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Luiz Eduardo Franco de Abreu  
Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Anexo VI**

---

Declaração do Distribuidor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



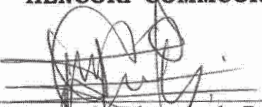


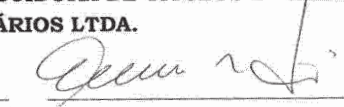
**Declaração para fins de cumprimento do  
artigo 56 da Instrução CVM 400/03**

**HENCORP COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Av. Paulista, nº 37, 11º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.788.147/0001-50, neste ato representada por seus representantes legais, na qualidade de instituição responsável pela distribuição pública das quotas do **TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 11.249.598/0001-73 (“Fundo”), vem declarar, no âmbito da distribuição pública (“Oferta”) das quotas da segunda emissão do Fundo (“Quotas”), exclusivamente para fins do registro da Oferta na CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta; (b) o prospecto da Oferta (“Prospecto”) contém as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo, bem como quaisquer outras informações do Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (c) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2.010

**HENCORP COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Por: Luiz Eduardo de Paula  
Cargo: diretor

  
Por: Licínio dos Santos Silva Neto  
Sócio Gerente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Anexo VII**

---

Situação das Terras do Projeto da Companhia Investida

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII  
Situação das Terras do Projeto da Companhia Investida

1. Relação dos contratos relativos às terras da AEP:

Leia atentamente o Item 3.17 do Prospecto relativo aos Riscos Fundiários.

Relação dos Contratos relativos às terras da AEP			
Fazendas	Matrícula	Terras Vendidas (ha)	Tipo de Contrato
Campo Alegre - Brejo da Volta II	1856	119,0	Aporte de Capital na forma de integralização de terras realizada em 17/03/2010 através de Instrumento Particular de 2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Agro Energia Piauí LTDA, levado a registro na JUCESP.
Campo Alegre - Baixão da Solta	1854	178,5	
Campo Alegre - Olho D'Água I	1852	297,5	
Sertão Verde	5459	2.446,2	
Campo Alegre III	1809	297,5	
Novo Horizonte - Região do Cerrado	1779	4.000,0	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Canaã - Região do Canto do Buriti	5107	6.553,5	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
	5108		
	5109		
	5110		
Olho D'água II - Região do Cerrado	1699	10.393,3	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Lagoa Negra I - Região do Cerrado	1710	2.139,0	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Fazenda Lagoa Negra <sup>(1)</sup>	1710	4.621,0	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Nova Alvorada - Região do Cerrado	1784	8.192,7	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Campo Alegre - Lagoa Negra IV	1804	897,6	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Montebello - Região do Canto do Buriti	5173	13.664,0	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Montebello - Região do Canto do Buriti <sup>(1)</sup>	5173	2.607,1	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Toscana	5430	7.293,6	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Campo Alegre - Brejo da Volta I	1855	880,2	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Campo Alegre - Baixão Grande	1851	180,1	
Campo Alegre - Lagoa Negra I	1850	535,2	
Campo Alegre - Lagoa Negra IV	1849	298,9	
Campo Alegre - Água Boa	1853	316,5	
Novo Horizonte - Região do Cerrado	1779	2.352,4	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Califórnia - Região do Canto do Buriti	1504	8.133,0	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Canto do Buriti - Região do Canto do Buriti	1503	11.651,9	Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
	1036		Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
	1075		Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel
Campo Alegre - Plator da Lagoa Negra I <sup>(1)</sup>	1805	595,0	Instrumento particular de compromisso de cessão de direitos aquisitivos relativos a bem imóvel
Total	-	88.643,6	-

(1) Aquisição pendente da capitalização da AEP mediante 2ª emissão de cotas do Fundo.

## 2. Cronograma Previsto de Aquisição das terras pela AEP:

Fase	Contrato Correspondente	Imóvel	Matrículas	Área
1ª Fase <sup>1</sup>	2ª ACS AEP Ltda.	Sertão Verde	5459	3.338,6
		Campo Alegre	1809, 1856, 1854 e 1852	
2ª Fase <sup>2</sup>	Cessão 1	Lagoa Negra IV	1804	897,6
	Cessão 3	Nova Alvorada	1784	8.192,7
	Cessão 4	Olho D'Água	1699	10.393,3
	Cessão 5	Lagoa Negra	1710	2.139,0
	Cessão 6	Novo Horizonte	1779	2.352,4
	Compra e Venda 1	Califórnia	1504	8.133,0
		Canto do Buriti	1503, 1036 e 1075	11.651,9
	Compra e Venda 2	Canaã	5107, 5108, 5109 e 5110	6.553,5
	Compra e Venda 3	Toscana	5430	7.293,6
	Compra e Venda 4	Campo Alegre	1855, 1851, 1850, 1849 e 1853	2.210,9
	Compra e Venda 5	Novo Horizonte	1779	4.000,0
	Compra e Venda 6	Monte Belo	5173	13.664,0
3ª Fase <sup>3</sup>	Cessão 2	Plator da Lagoa Negra I	1805	595,0
	Cessão 7	Lagoa Negra	1710	4.621,0
	Compra e Venda 7	Monte Belo	5173	2.607,1
Áreas pendentes de Regularização <sup>4</sup>	Cessão 6	Novo Horizonte	1779	278,1
	Compra e Venda 1	Califórnia	1504	1.117,5
<b>Total</b>	-	-	-	<b>90.039,2</b>

- (1) Conforme Instrumento Particular de 2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Agro Energia Piauí LTDA.
- (2) Direitos da AEP já estabelecidos sobre as terras.
- (3) Compromissos de aquisição de direitos futuros, assumidos pela AEP, sujeitos à capitalização da 2ª emissão do Fundo.
- (4) Compromissos de aquisição de direitos futuros, assumidos pela AEP, condicionados à capitalização da 2ª emissão do Fundo e, também, à regularização dos imóveis pelos promitentes vendedores.

### 3. Situação da certificação das terras da AEP:

Fazendas	Matrícula	Área	CCIR	Certificação INCRA	NIRF
1 - Califórnia – Região do Canto do Buriti	1504	8.133,0	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção	0.050.126-3
2 - Canto do Buriti – Região do Canto do Buriti	1503	11.651,9	2178857099	241003000002-91	1.668.914-3
	1036				6.918.341-4
	1075				5.829.940-8
3 - Canaã – Região do Canto do Buriti	5107	6.553,5	Em fase de obtenção	240909000012-98	2.438.008-3
	5108				7.222.012-0
	5109				7.222.021-0
	5110				7.222.025-2
4 - Montebello – Região do Canto do Buriti	5173	16.271,1	2783926096	2410005000002-44	3.196.607-1
5 - Sertão Verde	5459	2.446,2	7530522052	240912000003-27	
6 - Toscana	5430	7.292,6	2388248099	241003000008-87	1.758.261-0
7.1 - Campo Alegre - Lagoa Negra IV	1804	897,6	7453483051	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção
7.2 - Campo Alegre - Plator da Lagoa Negra I	1805	595,0	7324327053	Em fase de obtenção	7.650.342-9
7.3 - Campo Alegre - Campo Alegre IV	1809	299,8	7453497052	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	1.664.500-6
7.4 - Campo Alegre - Brejo da Volta II	1856	118,8	7324326057	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	0.093.779-7
7.5 - Campo Alegre - Brejo da Volta I	1855	880,2	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção	
7.6 - Campo Alegre - Baixão da Solta	1854	178,6	7453473056	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	1.488.178-0
7.7 - Campo Alegre - Baixão Grande	1851	180,1	Em fase de obtenção	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	Em fase de obtenção
7.8 - Campo Alegre - Lagoa Negra I	1850	535,2	7453476055	Em fase de obtenção	5.106.835-4
7.9 - Campo Alegre - Lagoa Negra IV	1849	298,9	Em fase de obtenção	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	Em fase de obtenção
7.10 - Campo Alegre - Olho D'água	1852	290,2	7324333053	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	1.231.766-7
7.11 - Campo Alegre - Água Boa	1853	316,5	Em fase de obtenção	Exigibilidade a partir de nov/2011 <sup>(1)</sup>	2.153.013-0
8 - Nova Alvorada – Região do Cerrado	1784	8.192,7	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção	7.656.533-5
9 - Olho D'água – Região do Cerrado	1699	10.393,3	Em fase de obtenção	24090700000-25	Em fase de obtenção
10 - Lagoa Negra – Região do Cerrado	1710	6.760,0	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção
11 - Novo Horizonte – Região do Cerrado	1779	6.352,4	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção	Em fase de obtenção
<b>TOTAL</b>	-	88.637,6	-	-	-

(1) Áreas abaixo de 500 ha dispensam Certificação do INCRA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Anexo VIII**

---

Relatório Preliminar de Auditoria Legal Propriedades Rurais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA LEGAL**  
**PROPRIEDADES RURAIS SITUADAS NO ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIOS DE CANTO DO BURITI E ALVORADA DO GURGUÉIA**

**TRISCORP INVESTIMENTOS LTDA.**

**FLEURY MALHEIROS, GASPARINI, DE CRESCI E NOGUEIRA DE LIMA**  
**ADVOGADOS**

Avenida Paulista, 1842, Torre Norte 2º andar  
Cetenco Plaza  
01310-923  
São Paulo - SP

**MARÇO DE 2010**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA LEGAL**  
**PROPRIEDADES RURAIS SITUADAS NO ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIOS DE CANTO DO BURITI E ALVORADA DO GURGUÉIA**

**ÍNDICE**

I - INTRODUÇÃO.....	3
II - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS NO BRASIL .....	4
III - PROPRIEDADES NO ESTADO PIAUÍ – CONTEXTO DOS IMÓVEIS.....	4
III.1. Origem Dominial .....	4
III.2. Georreferenciamento de Imóveis Rurais .....	6
III.3. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e Imposto Territorial Rural .....	7
III.4. Ônus, Gravames e demais restrições. ....	9
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....	11
ANEXO I – QUADRO COM PRINCIPAIS INFORMAÇÕES IMOBILIÁRIAS POR FAZENDA.....	13
ANEXO II – LISTA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS POR FAZENDA.....	65

## **I – INTRODUÇÃO**

O presente relatório preliminar<sup>1</sup> de auditoria legal foi preparado por Fleury Malheiros, Gasparini, De Cresci, Nogueira de Lima Advogados (“FGCN”) por solicitação da Triscorp Investimento Ltda. (“Triscorp”) e versa sobre 11 (onze) propriedades rurais, englobando 26 (vinte e seis) imóveis e uma área total de 90.033,2354 ha (noventa mil e trinta e três hectares), localizadas no Estado do Piauí, nos Municípios de Canto do Buriti e Alvorada do Gurguéia, assim denominadas: (i) Fazenda Califórnia; (ii) Fazenda Canto do Buriti; (iii) Fazenda Canaã; (iv) Fazenda Monte Belo; (v) Fazenda Sertão Verde; (vi) Fazenda Toscana; (vii) Fazenda Campo Alegre; (viii) Fazenda Nova Alvorada; (ix) Fazenda Olho D’Água; (x) Fazenda Lagoa Negra, e; (xi) Fazenda Novo Horizonte (em conjunto, “Imóveis”).

Tomou-se por base, para sua elaboração, documentos disponibilizados pelos proprietários dos Imóveis e informações que nos foram prestadas, escrita ou verbalmente, durante nossas visitas, ocorridas em julho, setembro e outubro 2009, aos Cartórios de Registros de Imóveis competentes, Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (“INCRA”), Instituto de Terras do Piauí (“INTERPI”) e Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, todos os últimos três em Teresina-PI.

O presente relatório de auditoria teve por escopo a avaliação da regularidade dos títulos de propriedade, levando em consideração suas características fundiárias, inclusive em relação à existência de eventuais ônus e gravames relativos aos Imóveis e, ainda, as respectivas cadeias dominiais até a origem mais remota. Não está inserida no escopo do presente relatório preliminar de auditoria a avaliação de potenciais passivos ambientais dos Imóveis, bem como a solvabilidade de proprietários atuais e pretéritos.

A análise contida neste relatório foi formulada a partir da documentação apresentada pelos proprietários até o dia 15 de Março de 2010 e em informações, escritas e/ou verbais, obtidas em nossas visitas, dentre elas, certidões de matrícula dos Imóveis, cópia de títulos aquisitivos, certidões de débitos, declarações e comprovantes de recolhimento de ITR (Imposto Territorial Rural), comprovantes de protocolo e documentos apresentados ao INCRA referente à certificação das poligonais dos Imóveis (“georreferenciamento”), além de certidões de aforamento emitidas pela Prefeitura Municipal de Canto do Buriti, Estado do Piauí, tudo conforme relacionado no Anexo II do presente Relatório.

---

<sup>1</sup> Diz-se preliminar pois há providências relativas aos imóveis que estão sendo adotadas pelos proprietários, que culminarão com alterações no presente relatório.

## **II – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS NO BRASIL**

Com o descobrimento do Brasil, em abril de 1.500, a coroa portuguesa adquiriu sobre todo o território nacional o título originário de sua posse. A fim de facilitar a exploração do território nacional, a administração colonial instituiu a concessão de glebas de terras aos colonos, denominadas “datas de sesmarias”, ou simplesmente de “sesmarias”. À época, cabia ao Capitão Donatário a distribuição de tais porções de terras aos beneficiários, os quais, por sua vez, tinham a função de cultivá-las e povoá-las.

O regime das sesmarias, também chamado de donatarialismo, perdurou até o advento da Lei nº 601 de 1.850, chamada Lei de Terras, que é o marco regulatório da propriedade no Brasil. Este diploma legitimou as posses mansas e pacíficas e, principalmente, determinou a separação do patrimônio público do privado, arrecadando para o patrimônio imperial todas as terras não ocupadas, criando o conceito de “terras devolutas”, regulamentando o procedimento de destaque destas.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1891 determinou a transferência das terras devolutas para os Estados Federados, estabelecendo, ainda, a titulação das terras a seus possuidores, que poderia ser feita por legitimação de posse, concessão gratuita, venda, ou aforamento.

Nas sucessivas Cartas Constitucionais, até os dias atuais, foram mantidos os princípios que regem a aquisição de propriedades cujas origens são terras devolutas, com importante aperfeiçoamento legislativo no que concerne a tais direitos de propriedade.

## **III – PROPRIEDADES NO ESTADO PIAUÍ – CONTEXTO DOS IMÓVEIS**

### **III.1. Origem Dominial**

A partir dos documentos que nos foram apresentados, não verificamos a existência de quaisquer irregularidades na forma de aquisição dos Imóveis objeto da presente análise, seja pelos atuais proprietários, bem como pelos seus antecessores. Em relação aos Imóveis descritos nos Quadros 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.11, 8 e 11 do Anexo I, vale notar que, muito embora pela legislação em vigor, a escritura pública seja necessária para a formalização da transferência de propriedade de bens imóveis, tais Imóveis foram adquiridos através de instrumentos particulares de compra e venda. Referidos instrumentos particulares tiveram acesso ao Registro Imobiliário de

Cristino Castro - PI por força de decisão da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, que determinou a abertura de matrículas, em decorrência de pleito formulado pelos atuais proprietários, quando da aquisição dos referidos imóveis.

Os Imóveis analisados, melhor detalhados no Anexo I deste Relatório, têm a sua origem dominial parte em decisões judiciais proferidas em Ações Demarcatórias e Divisórias, transitadas em julgado e parte em Cartas de Aforamento exaradas pelo Poder Público Municipal.

Dos 26 (vinte e seis) Imóveis objeto do Relatório, 17 (dezessete) Imóveis (Quadros 1, 2.1, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.11, 8, 9, 10 e 11 do Anexo I) têm a sua origem dominial em Ações Demarcatórias e Divisórias. Apesar da recente abertura de suas matrículas, por se tratar de aquisição originária decorrente de sentenças judiciais transitadas em julgado, sem qualquer oposição de terceiros, presume-se a regularidade de sua aquisição.

Em relação aos demais 09 (nove) Imóveis (Quadros 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4, 5, 6 do Anexo I), cuja origem dominial são Cartas de Aforamento emanadas do Poder Público Municipal, note-se que, anteriormente ao advento da Lei 8.666/93<sup>2</sup>, muitos municípios brasileiros, especialmente no Norte e Nordeste, utilizaram-se de Aforamentos, não obstante sua natureza jurídica originária (“cessão de domínio”), na modalidade de compra e venda ou até mesmo doação de tais imóveis a terceiros, a fim de garantir a colonização, desenvolvimento e ocupação desses territórios.

Nas propriedades aqui analisadas, foram constatadas a existência destes aforamentos devidamente transcritos nos respectivos livros registraes. Considerando o interregno temporal considerável (em média 25 anos, aproximadamente) desde os aforamentos até os dias de hoje, sem que houvesse qualquer tipo de contestação por terceiros ou qualquer autoridade estatal investida de poder para discutir a legalidade de tais transferências de propriedades, presume-se que tais instrumentos são legítimos. Não obstante a presunção de regularidade e legalidade ora atestada, qualquer transferência de imóvel que compõe o patrimônio público para terceiros particulares é em tese passível de discussão judicial para reversão dos bens ao patrimônio público e não está sujeita à prescrição, com as benfeitorias e acessões, eventualmente realizadas, indenizadas pelo poder público em se cogitando tais hipóteses.

Em relação aos Imóveis descritos nos Quadros 7.4, 7.5, 7.7, 7.8, 7.10 e 7.11 do Anexo I (imóveis cuja cadeia dominial teve origem na denominada “Data Campo Alegre”), verificou-se que, em decorrência do Pedido de Providência nº 386/2009 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do

---

<sup>2</sup> O Art. 17 da referida lei trata dos contratos entre entes públicos e particulares em relação à alienação de imóveis, determinando que a doação somente ocorrerá para cumprimento de um interesse público e desde que mantido o encargo, sendo que a venda e compra de tais imóveis será sempre precedida de licitação ou outras formas de concessão de direito de uso ou domínio sem a transferência da propriedade.



Piauí, a Corregedoria daquele Tribunal determinou a abertura das matrículas nº 1.856, 1.855, 1851, 1850, 1852 e 1853, do Registro de Imóveis de Cristino Castro que hoje representam parte a Fazenda Campo Alegre.

Determinou a mesma Corregedoria, ainda, o encerramento das matrículas originais nº 2.382, 2.685 e 429 do Registro de Imóveis de Bertolinia e nº 1.592, 1.594 e 1.558 do Registro de Imóveis de Cristino Castro.

Ao se cancelarem as matrículas em comento, não se observou, nas respectivas Serventias, que em 3 (três) das matrículas, a saber, nos Imóveis descritos nos Quadros 7.4, 7.5 e 7.10 do Anexo I, subsistiam hipotecas a favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A (item III.4. Ônus e Gravames abaixo) que não foram devidamente transportadas e apontadas para as novas matrículas hoje vigentes. Dessa forma, tais hipotecas permanecem gravando os imóveis, posto não ter havido o ato registral de baixa, ainda que as novas matrículas vigentes não façam qualquer alusão às hipotecas. Segundo informações colhidas junto aos proprietários, o valor das 3 hipotecas seriam, aproximadamente, R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), o que deverá ser verificado junto ao agente financeiro credor.

### **III.2. Georreferenciamento de Imóveis Rurais**

Não obstante a evolução legislativa que regula o sistema fundiário brasileiro, em especial o regular destaque de bens imóveis do patrimônio público para o privado dada a vasta extensão territorial nacional, bem como o desordenado processo de ocupação territorial por terceiros não legitimados, atualmente estão em vigor mecanismos de medição, demarcação, cadastro e registro da propriedade rural com o intuito de validar as propriedades e posses regularmente adquiridas por seus titulares.

Visando alcançar a segurança pretendida pelo Governo Federal, foi instituído o processo de descrição e levantamento topográfico georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro (“Georreferenciamento”) como forma de regularizar e atestar a higidez fundiária das propriedades e seus respectivos títulos.

De acordo com Lei nº 10.267/01 todos os imóveis rurais deverão se submeter ao procedimento de Georreferenciamento perante o INCRA, de acordo com os prazos definidos no Decreto nº 4.449/02 (artigo 10), que regulamenta a Lei nº. 10.267/01, alterado pelo Decreto nº 5.570/05. Tendo o dia 20 de novembro de 2003 como termo inicial para contagem dos prazos, o Georreferenciamento de imóvel rural passou a ser exigido nos seguintes prazos:

- (i) noventa dias, para os imóveis com área de cinco mil hectares, ou superior;

- (ii) um ano, para os imóveis com área de mil a menos de cinco mil hectares;
- (iii) cinco anos, para os imóveis com área de quinhentos a menos de mil hectares; e
- (iv) oito anos, para os imóveis com área inferior a quinhentos hectares.

Atualmente, a certificação do Georreferenciamento é obrigatória aos imóveis rurais com extensão acima de 500 (quinhentos) hectares, como condição ao registro, perante os Cartórios de Registro de Imóveis, de qualquer ato que implique em desmembramento, parcelamento, remembramento ou transferência de propriedade.

Durante as visitas feitas ao INCRA, na Cidade de Teresina, foi possível verificar que alguns dos Imóveis objeto da presente auditoria já apresentam regular certificação, tais como as Fazendas Canto do Buriti, Canaã, Monte Belo, Sertão Verde, Toscana e Olho D'Água (imóveis descritos nos Quadros 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4, 5, 6 e 10 do Anexo I), totalizando 54.608,6173 ha (cinquenta e quatro mil, seiscentos e oito hectares), representando 61% (sessenta e um por cento) do total de 90.033,2354 ha (noventa mil e trinta e três hectares) relativos às 11 (onze) propriedades auditadas, sendo certo que em relação à todos os demais Imóveis já foram apresentados e protocolados seus pedidos de certificação perante aquela Autarquia, estando em regular processamento perante o INCRA.

Anote-se, por fim, que não obstante os Imóveis indicados nos Quadros 7.3, 7.4, 7.6, 7.7, 7.9, 7.10 e 7.11 do Anexo I apresentarem área inferior a 500 hectares, foram também requeridas as respectivas certificações relativas ao Georreferenciamento junto ao INCRA

### **III. 3. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e Imposto Territorial Rural**

Os imóveis rurais, como cediço, sujeitam-se a três espécies de registro. O primeiro, comum a todas as propriedades, é realizado pelo Cartório de Registro de Imóveis. O segundo, que diz respeito unicamente a área rurais, é efetuado pelo INCRA por meio da emissão, feita a partir de requerimento do interessado, de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural ("CCIR"). Finalmente, o terceiro é o registro do imóvel junto à Secretaria da Receita Federal com vistas ao recolhimento do Imposto Territorial Rural ("ITR").

De acordo com a Lei nº 4.947/66, alterada pela Lei nº 10.267/01, sem a apresentação do CCIR referente ao último exercício exigível (2006/07/08/09), bem como ausente o comprovante da regular situação do imóvel perante a Receita Federal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos ao Imposto Territorial Rural -ITR, fica vedado, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais.

Até a data de emissão do presente relatório, possuíam CCIR's do exercício atual, 3 (três) propriedades rurais, representadas pelos Imóveis indicados nos Quadros 2.1, 2.2, 2.3, 4, 5 e 6 do Anexo I, sendo que os Imóveis descritos nos Quadros 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.6, 7.8, 7.10 possuíam CCIR's do exercício anterior, qual seja, 2003/04/05. Neste sentido, deverá ser providenciada a atualização dos CCIR's de tais imóveis.

Em relação aos demais Imóveis (Quadros 1, 3, 7.5, 7.7, 7.9, 7.11, 8, 9, 10 e 11 do Anexo I), verificamos que os mesmos ainda não se encontram cadastrados perante o INCRA e, por esta razão, não possuem CCIR. Para a devida regularização de tais imóveis perante o INCRA, se faz necessária a apresentação da certificação de seu Georreferenciamento, já protocolado conforme mencionado anteriormente, bem como, para os imóveis acima de 5.000 hectares, a necessária aprovação em procedimento de fiscalização cadastral.

Quanto à inscrição dos Imóveis junto à Secretaria da Receita Federal e apresentação das respectivas Certidões Negativa de ITR, com exceção dos Imóveis indicados nos Quadros 7.1, 7.7, 7.9, 9, 10 e 11 do Anexo I que ainda estão em processo de regularização perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dos Imóveis indicados nos Quadros 1, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 que apresentaram Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, todos os demais Imóveis apresentaram as respectivas certidões negativas de ITR.

De se notar que a Certidão Negativa de ITR é uma síntese das informações contidas na respectiva Declaração do Imposto Territorial Rural, as quais não foram analisadas no presente relatório de auditoria. Desta forma, ressaltamos que a presente análise, levou em consideração tão somente o conteúdo das referidas certidões ("Número do Imóvel na Receita Federal – NIRF", "Nome do Imóvel", "Município de Localização", "Área Total" e "Contribuinte/Proprietário") não tendo confrontado as mesmas com as respectivas Declarações de ITR.

No tocante aos Imóveis indicados nos Quadros 2.3, 4, 5, 6, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.8, 7.10 e 7.11, deverá ser regularizada sua situação cadastral perante a Receita Federal, vez que os mesmos ainda se encontram cadastrados em nome dos antigos proprietários.

Por fim, os Imóveis indicados nos Quadros 1, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 que apresentaram Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em que pese o Código Tributário atribuir o mesmo efeito desta certidão à certidão negativa, deverá ser requerida junto à Secretaria da Receita Federal, a certidão de restrição específica de débitos do ITR, de modo a certificar se há ou não débitos em aberto para estes Imóveis.

#### **III.4. Ônus, Gravames e demais restrições.**

Nos Imóveis descritos nos Quadros 1, 2.1, 4, 7.4, 7.5, 7.10, 9 e 11, do Anexo I do presente relatório foram constatados os seguintes ônus, gravames e demais restrições junto as suas respectivas matrículas:

- Fazenda Canto do Buriti: Única e especial hipoteca em garantia ao pagamento da dívida decorrente da Cédula Rural Hipotecária nº 56.2008.5348.2400, celebrada em 02 de fevereiro de 2009, entre a proprietária do Imóvel e o Banco do Nordeste S/A, conforme R.33-1.503 da matrícula do Imóvel descrito no Quadro 2.1 do Anexo I, hipoteca esta que decorre dos recursos obtidos no Banco do Nordeste (BNB) para o plantio no Imóvel;
- Fazenda Monte Belo: Única e especial hipoteca em garantia ao pagamento da dívida decorrente da última parcela do preço pela aquisição do imóvel, celebrada em 25 de fevereiro de 2010, entre a então proprietária/vendedora Tavfer Agronegócios e Indústria Ltda. e os atuais proprietários/compradores, conforme R.7-5.173 da matrícula do Imóvel descrito no Quadro 4 do anexo I, hipoteca esta em garantia ao pagamento do saldo final do preço de aquisição da fazenda, cuja quitação deverá ocorrer no mês de maio de 2010;
- Fazenda Olho D'Água: Ação de Nulidade de Ato Jurídico, movida pelo Sr. Vilson Viegas, promissário comprador, em face da então proprietária Zélia Martins da Rocha e Ricardo Soares Ramos, objeto do Processo nº 069/2008 da Comarca de Cristino Castro-PI relativa ao Imóvel descrito no Quadro 9 do Anexo I. Recebemos cópias dos autos da referida ação que foi julgada totalmente improcedente e o processo foi declarado extinto pelo juízo da Comarca de Cristino Castro. Mantemos, entretanto, no presente relatório a menção a essa ação uma vez que aguardamos ou ajuizamento de recurso por parte do autor da ação ou o trânsito em julgado da referida decisão;
- Fazenda Califórnia: Sobreposição de área. Foi constatada no processo administrativo de georreferenciamento perante o INCRA a sobreposição de 1.117,4881 ha (mil cento e dezessete hectares, quarenta e oito ares e oitenta e um centiares) referente à poligonal total do Imóvel descrito no Quadro 1 do Anexo I, com outro imóvel de terceiros, restando uma área incontroversa de 8.133 ha (oito mil cento e trinta e três hectares) para este imóvel. Fomos informados de que para efeito do Fundo de Investimento em Participação (FIP) que terá esse Imóvel também como ativo, a área objeto da sobreposição não integrará o FIP, até que resolvida a questão;

- Fazenda Novo Horizonte: Conforme o texto que se extrai da AV.2/1779 foram devolvidos para os antigos proprietários, 278,1276 ha (duzentos e setenta e oito hectares) da área total do Imóvel descrito no Quadro 11 do Anexo I. Tal averbação, no entanto, não identifica e sequer especializa a área que retornou ao patrimônio dos antigos proprietários, formando, para todos os fins de direito, um condomínio civil sobre este Imóvel. Desta forma, recomendamos o desmembramento dessa área devolvida, segregando-a do restante desse imóvel, extinguindo-se o referido condomínio. Fomos informados de que para efeito do Fundo de Investimento em Participação (FIP) que terá esse Imóvel também como ativo, a área objeto da devolução não integrará o FIP, até que resolvida a questão;
  
- Fazenda.Campo Alegre – Brejo da Volta I e II: Cédula Rural Pignoratícia relativa aos Imóveis descritos nos Quadros 7.4 e 7.5 do anexo I, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Sr. Ariosvaldo Eufrasino dos Santos, conforme matrículas nº 1592 e 1594 do Registro de Imóveis de Cristino Castro;
  
- Fazenda Campo Alegre – Olho D'Água: Única e especial hipoteca em garantia ao pagamento da dívida decorrente da Cédula Rural Hipotecária nº 06663335804, entre o então proprietário do Imóvel descrito e caracterizado no Quadro 7.10 do anexo I e o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com vencimento para 15 de setembro de 2006, conforme R3. da matrícula nº 429 do Registro de Imóveis de Bertolândia.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO**

Diante do exposto neste relatório preliminar, conclui-se que:

- A análise contida no presente relatório contempla os documentos mencionados no Anexo II e recebidos até 15 de março de 2010;
- Pela análise dos documentos fornecidos, visitas às respectivas Serventias, verificamos que a origem dominial dos Imóveis decorre tanto de decisões judiciais proferidas em Ações Divisórias e Demarcatórias, transitadas em julgado quanto de Cartas de Aforamento expedidas pelo Poder Público Municipal;
- As Fazendas Canto do Buriti, Canaã, Sertão Verde, Toscana, Monte Belo e Olho D'Água (Quadros 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4, 5, 6 e 10 do Anexo I), que totalizam 54.608,6173 ha (cinquenta e quatro mil, seiscentos e oito hectares), representando 61% (sessenta e um por cento) do total de 90.033,2354 ha (noventa mil e trinta e três hectares) relativos às 11 (onze) propriedades auditadas, possuem a regular certificação relativa ao Georreferenciamento. As demais 5 (cinco) propriedades estão com seus processos de Georreferenciamento em curso para as devidas certificações;
- Os Imóveis descritos nos Quadros 2.1, 2.2 e 2.3, 5 e 6 do Anexo I, possuem o CCIR vigente, referente ao exercício de 2006/07/08/09;
- Os Imóveis descritos nos Quadros 1, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4, 5, 6, 7.2, 7.3, 7.6, 7.8, 7.10, 7.11 e 8 do Anexo I, possuem Certidões Negativa de ITR, válidas até 21 de setembro de 2010;
- O presente Relatório não contempla a análise de questões ambientais envolvendo os Imóveis. Nos quadros que compõem o Anexo I foi feita mera indicação da averbação ou não de Reserva Legal (RL) nas matrículas apresentadas com finalidade unicamente informativa;
- Não recebemos qualquer documento ou informação que indique a existência de turbacão ou esbulho possessório relativos às áreas auditadas;
- Há menção acerca da existência de hipotecas nos imóveis descritos nos quadros 2.1, 4, 7.4, 7.5 e 7.10 do Anexo I, cujos valores atualizados, segundo informação dos proprietários, seriam de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais). A hipoteca relativa à Fazenda Canto do

Buriti, decorre da Cédula Rural Hipotecária nº 56.2008.5348.2400 (mútuo para o plantio de eucalipto).

## Anexo I – Quadro com principais informações imobiliárias por Fazenda

### 1. Fazenda Califórnia

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Califórnia” – “Glebas 1, 2 e 3 de terras no lugar Chapada do Desengano”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Fazenda Canto do Buriti Ltda. e Sócios da Fazenda Canto do Buriti Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Maurício Ramos Pinheiro até 19/12/2007; Banco do Brasil até 12/09/2007; Servtec – Engenharia Ltda. até 24/08/1999; Giovanni do Rego Barros e s/m, Irene de Carvalho do Rego Barros, Marcos Vinícios de Almeida Botelho e s/m, Maria Carmelita Pinto Botelho, Neide Cabral Montenegro e s/m, João Ribeiro de Matos Montenegro, até 25/01/1983.
<b>Matrícula</b>	Nº 1.504 do– 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI.  Origem: R2, R3 e R4 da Matrícula 819 do – 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não houve apresentação do CCIR.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 9.000,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	130.036.024.775-6, conforme indicado na Av.13 da matrícula 1.504, pois não houve apresentação de CCIR.
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA



<b>Georreferenciamento</b>	Não foi apresentado Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002865/2009-59, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 9.250,4881 hectares. Não obstante, na área acima apontada, foi constatada a sobreposição de 1.117, 4881 ha (mil cento e dezessete hectares, quarenta e oito ares e oitenta e um centiares) referente à poligonal total do Imóvel, restando uma área incontroversa de 8.133 ha (oito mil cento e trinta e três hectares).
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de ITR emitida em 25/03/2010, referente ao NIRF 0.050.126-3.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Deverá ser requerida junto à Secretaria da Receita Federal, a certidão de restrição específica de débitos do ITR, de modo a certificar se há ou não débitos em aberto para este Imóvel.

## 2. Fazenda Canto do Buriti

### 2.1.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Canto do Buriti I” - “Glebas 1, 2, 3 e 4 de terras no lugar Chapada do Pau Ferrado – Fazenda Malhada Bonita”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Fazenda Canto do Buriti Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Cledson Alves Evangelista e Maria Teresa Borges Evangelista até 22/05/2006; Banco do Brasil até 21/05/2004; Servtec – Engenharia Ltda. até 24/08/1999; Lauro Fiúza Pequeno e s/m, Maria Alice Linhares Fiúza, Lauro Fiúza Junior e s/m, Maria Beatriz Cunha Fiúza, Máximo Linhares Fiúza e s/m, Carlota Elizabeth Távora Fiúza; Luciano Cesar Cabral Montenegro e s/m, Maria Cecília Fiúza Montenegro, até 09/05/1984; COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí até 25/01/1983; Estado do Piauí, até 22/08/1979.
<b>Matrícula</b>	Nº 1.503 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: R2, R3, R4 e R5 da Matrícula 818 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 11.000,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	130.036.024.740-3.
<b>CCIR</b>	2178857099.

<b>Georreferenciamento</b>	Certificação N° 241003000002-91 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 11.651,9244 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a três áreas (itens 2.1, 2.2, e 2.3 do presente relatório), que serão unificadas perante o registro imobiliário competente.
<b>Retificação de Área</b>	De acordo com Av. 32/M1.503 – Unificação das glebas totalizando 11.000 hectares.
<b>Reserva Legal</b>	De acordo com o registro imobiliário, foi identificada na AV.8 Termo de Responsabilidade de Preservação de Floresta (2.308 ha), e na AV.31, Termo Responsabilidade de Manutenção de Projeto de Florestamento/Reflorestamento (2.080 ha).
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 1.668.914-3.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Conforme R.33-1.503, este imóvel está hipotecado em única e especial hipoteca em garantia ao pagamento da dívida decorrente da Cédula Rural Hipotecária n° 56.2008.5348.2400, celebrada em 02 de fevereiro de 2009, entre a Proprietária e o Banco do Nordeste S/A.

**2.2.**

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Canto do Buriti II” - “Uma Parte da Gleba denominada Bela Vista”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Fazenda Canto do Buriti Ltda
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Espólio de Flávio Alves de Alencar até 22/05/2006; Prefeitura Municipal de Canto do Buriti, até 17/09/1980, conforme.
<b>Matrícula</b>	Nº 1.036 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Carta de Aforamento nº 14/80 de 17/09/1980, expedida pela Prefeitura Municipal de Canto do Buriti –PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 170,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	130.036.024.740-3.
<b>CCIR</b>	2178857099
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 241003000002-91 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 11.651,9244 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a três áreas (itens 2.1, 2.2, e 2.3 do presente relatório), que serão unificadas perante o registro imobiliário competente.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.

<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida em 25/03/2010, referente ao NIRF 6.918.341-4.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	

2.3.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Canto do Buriti III” - “Lagoa Nova”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Fazenda Canto do Buriti Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	José Américo Ribeiro dos Santos e s/m, Helena Reichert Ribeiro dos Santos até 29/08/2006; José Lopes Filho e s/m, Manuelita de Carvalho Sousa Lopes, até 19/06/2006; Ana de Carvalho Bento Feitosa até 13/01/2000; Espólio de Almir Pereira Feitosa até 30/12/1983; Prefeitura Municipal de Canto do Buriti, até 06/11/1980, conforme Carta de Aforamento n° 22/80.
<b>Matrícula</b>	n° 1.075 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Carta de Aforamento n° 22/80, de 06/11/1980, expedida pela Prefeitura Municipal de Canto do Buriti –PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 200,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	130.036.024.740-3.
<b>CCIR</b>	2178857099
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação N° 241003000002-91 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 11.651,9244 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a três áreas (itens 2.1, 2.2, e 2.3) do presente relatório), que serão unificadas perante o registro imobiliário competente.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.

<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 5.829.940-8, em nome do Sr. José Lopes Filho.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- A Certidão Negativa de Débitos de ITR apresenta o Sr. José Lopes filho como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal.

### 3. Fazenda Canaã

#### 3.1.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Canaã I”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Brasil Bio Energia Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Paulo Marinho Falcão Filho e outros, até 12/02/2007; Cia. Agroindustrial de Alimentos do Nordeste, até 18/10/2005; Antonio de Araújo Neves até 16/02/1972; Patrimônio Municipal de Canto do Buriti até 30/04/1971, conforme Carta de Aforamento 1.873/71.
<b>Matrícula</b>	Nº 5.107 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Matrícula 875 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não foi apresentado CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 1.625,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	950.068.594.318-8, conforme indicado na Certificação de Georreferenciamento.
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA Processo já aprovado pelo setor de fiscalização cadastral do INCRA, pendente apenas da aprovação do Jurídico daquele órgão.



<b>Georreferenciamento</b>	Certificação N° 240909000012-98 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 6.553,4879 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a quatro áreas (itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do presente relatório), que serão unificadas após a obtenção do CCIR.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	De acordo com o registro imobiliário, 325 ha estão averbados como reserva legal (Av.1).
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Positiva como efeitos de Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 2.438.008-3.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Deverá ser requerida junto à Secretaria da Receita Federal, a certidão de restrição específica de débitos do ITR, de modo a certificar se há ou não débitos em aberto para este Imóvel.

3.2.

<b>Nome da Fazenda</b>	Fazenda Canaã II
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Brasil Bio Energia Ltda
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Paulo Marinho Falcão Filho e outros, até 12/02/2007; Cia Agroindustrial de Alimentos do Nordeste, até 18/10/2005; Antonio de Araújo Neves até 16/02/1972; Patrimônio Municipal de Canto do Buriti até 30/04/1971 conforme Carta de Aforamento 1.873/71.
<b>Matrícula</b>	nº 5.108, registrada pelo Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Matrícula 875 do Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não foi apresentado CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 1.625,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	950.068.594.318-8, conforme indicado na Certificação de Georreferenciamento.
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA. Processo já aprovado pelo setor de fiscalização cadastral do INCRA, pendente apenas da aprovação do Jurídico daquele órgão.
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 240909000012-98 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 6.553,4879 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a quatro áreas (itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do presente relatório), que serão unificadas após a obtenção do CCIR.

<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	De acordo com o registro imobiliário, 325 ha estão averbados como reserva legal.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 7.222.012-0.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Deverá ser requerida junto à Secretaria da Receita Federal, a certidão de restrição específica de débitos do ITR, de modo a certificar se há ou não débitos em aberto para este Imóvel.

3.3.

<b>Nome da Fazenda</b>	Fazenda Canaã III
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Brasil Bio Energia Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Paulo Marinho Falcão Filho e outros, até 12/02/2007; Cia Agroindustrial de Alimentos do Nordeste, até 18/10/2005; Antonio de Araújo Neves até 16/02/1972; Patrimônio Municipal de Canto do Buriti até 30/04/1971, conforme Carta de Aforamento 1.873/71.
<b>Matrícula</b>	nº 5.109, registrada pelo Cartório Manoel Barbosa e Silva – Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Matrícula 875 do Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não foi apresentado CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 1.625,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	950.068.594.318-8, conforme indicado na Certificação de Georreferenciamento.
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA. Processo já aprovado pelo setor de fiscalização cadastral do INCRA, pendente apenas da aprovação do Jurídico daquele órgão.
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 240909000012-98 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 6.553,4879 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a quatro áreas (itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do presente relatório), que serão unificadas após a obtenção do CCIR.

<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	De acordo com o registro imobiliário, 325 ha estão averbados como reserva legal.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 7.222.021-0.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Deverá ser requerida junto à Secretaria da Receita Federal, a certidão de restrição específica de débitos do ITR, de modo a certificar se há ou não débitos em aberto para este Imóvel.

3.4.

<b>Nome da Fazenda</b>	Fazenda Canaã IV.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Brasil Bio Energia Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	De acordo com o registro imobiliário, Paulo Marinho Falcão Filho e outros, até 12/02/2007; Cia Agroindustrial de Alimentos do Nordeste, até 18/10/2005; Antonio de Araújo Neves até 16/02/1972; Patrimônio Municipal de Canto do Buriti até 30/04/1971, conforme Carta de Aforamento 1.873/71.
<b>Matrícula</b>	nº 5.110, registrada pelo Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Matrícula 875 do Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não foi apresentado CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 1.625,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	950.068.594.318-8, conforme indicado na Certificação de Georreferenciamento.
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA. Processo já aprovado pelo setor de fiscalização cadastral do INCRA, pendente apenas da aprovação do Jurídico daquele órgão.
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 240909000012-98 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 6.553,4879 hectares, ainda não averbado à margem da matrícula deste imóvel. Por favor, note que este processo de Georreferenciamento é relativo a quatro áreas (itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do presente relatório), que serão unificadas após a obtenção do CCIR.

<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	De acordo com o registro imobiliário, 325 ha estão averbados como reserva legal.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 7.222.025-2.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Deverá ser requerida junto à Secretaria da Receita Federal, a certidão de restrição específica de débitos do ITR, de modo a certificar se há ou não débitos em aberto para este Imóvel.

#### 4. Fazenda Monte Belo

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Monte Belo Gleba B Remanescente”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município e Comarca de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Pedro Paulo Wendel Gasparini e s/m, Roberto Paulo Ziegert Júnior e s/m, Pedro William Blyth e s/m, Ronaldo Giestas Tristão e s/m e ZW Associados Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	Tavfer Agronegócios e Indústria Ltda. de 11/04/2006 até 15/03/2010; Osmar Guidolin; Cleuza Maria Costa Gomes Guidolin; Jaqueline Rogitski; Irondi Rogitski; Anselmo Pivatto; Marinês Salete Bertonecelli Pivatto; Alexandre Guidolin; Volmir Marini; Ana Marisa Schaefer Marini; Ivaldino Guidolin; Tereza Adeli Preto Guidolin; Darvil Pivatto; Maria Lucia Trentin Pivatto; Eloi Luiz Furlani; Ivone Gottardo Furlani; Arlindo Girolamo Bocchi; Lourdes Piva Bocchi; Leocir João Bocchi; Ediles Vuelma Bocchi; Lademir Antonio Bocchi; Claidi Buzatto Bocchi; Valdemar Guidolin; Eda Todeschini Guidolin; Clóvis Richetti; Nely Matilde Luvison Richetti - Proprietários de 15/09/2004 a 11/04/2006; Monte Belo Nordeste S/A, Agricultura, Indústria e Comércio - Proprietária de 14/03/1975 a 15/09/2004.
<b>Matrícula</b>	Nº 5.173, registrada pelo Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Matrícula 102 do Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 16.271,0512 hectares desmembrados de uma área maior georreferenciada.
<b>INCRA</b>	950.092.161.829-3
<b>CCIR</b>	02783926096



<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 241005000002-44 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 16.271,0512 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Pela análise da matrícula n. 5.173, verificou-se que o imóvel possui Reserva Legal averbada em 20%, conforme AV3. 5173.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR específica para a área da Matrícula 5.173. Contudo, apresentou-se Certidão Negativa de Débitos de ITR, emitida em 25/03/2010, referente à área originária (Fazenda Chaveslândia), objeto da matrícula originária nº 102, NIRF 3.196.607-1, ainda em nome dos antigos proprietários.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1- Conforme Av.1-5.173 recai sobre este imóvel uma servidão administrativa para passagem de linha de transmissão de energia elétrica, conforme Escritura Pública lavrada em 29/12/2005, no Tabelionato de Notas de Canto do Buriti – PI.</p> <p>2- Conforme R.7-5.173, este imóvel está hipotecado em única e especial hipoteca em garantia ao pagamento da dívida decorrente da última parcela do preço pela aquisição deste imóvel, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) a favor da Credora Tavfer Agronegócios e Indústria Ltda., celebrada em 25 de fevereiro de 2010, entre os Proprietários e a Credora acima referida.</p> <p>3- Recomendamos a regularização da situação cadastral do imóvel perante o INCRA e a Secretaria da Receita Federal, pois perante estes órgãos o mesmo ainda se encontra vinculado à área originária, bem como em nome dos antigos proprietários.</p>

## 5. Fazenda Sertão Verde - Chaveslândia

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Sertão Verde”, antiga Fazenda Chaveslândia.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município e Comarca de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Pedro William Blyth e Pedro Paulo Wendel Gasparini.
<b>Proprietários Anteriores</b>	<p>Helmut José Ferraz Fladt, Pedro William Blyth e Pedro Paulo Wendel Gasparini de 19/11/2008 até 30/11/2009.</p> <p>Osmar Guidolin; Cleuza Maria Costa Gomes Guidolin; Jaqueline Rogitski; Irondi Rogitski; Anselmo Pivatto; Marinês Salete Bertoncelli Pivatto; Alexandre Guidolin; Volmir Marini; Ana Marisa Schaefer Marini; Ivaldino Guidolin; Tereza Adeli Preto Guidolin; Darvil Pivatto; Maria Lucia Trentin Pivatto; Eloi Luiz Furlani; Ivone Gottardo Furlani; Arlindo Girolamo Bocchi; Lourdes Piva Bocchi; Leocir João Bocchi; Ediles Vuelma Bocchi; Lademir Antonio Bocchi; Claidi Buzatto Bocchi; Valdemar Guidolin; Eda Todeschini Guidolin; Clóvis Richetti; Nely Matilde Luvison Richetti - Proprietários de 15/09/2004 a 19/11/2008;</p> <p>Monte Belo Nordeste S/A, Agricultura, Indústria e Comércio - Proprietária de 14/03/1975 a 15/09/2004.</p>
<b>Matrícula</b>	<p>nº 5.459, registrada pelo Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI.</p> <p>Origem: Matrícula 102 do Cartório Manoel Barbosa e Silva - Primeiro Ofício da Comarca de Canto do Buriti – PI.</p>
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 2.446,2258 hectares.
<b>INCRA</b>	
	950.122.081.515-5.
<b>CCIR</b>	7530522052

<b>Georreferenciamento</b>	Certificação N° 240912000003-27 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 2.446,2258 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Conforme Av.2-5.459, a área original foi alterada de 6.957,7949 ha para 4.959,9939 ha. Conforme Av.3-5.459, em 30/11/2009 este imóvel foi desmembrado remanescendo aos proprietários a área de 2.446,2258 ha.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR específica para a área da Matrícula 5.459. Contudo, apresentou-se Certidão Negativa de Débitos de ITR, emitida em 25/03/2010, referente à área originária (Fazenda Chaveslandia), objeto da Matrícula 102, NIRF: No. 3.196.607-1, ainda em nome dos antigos proprietários.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Recomendamos a regularização da situação cadastral do imóvel perante a Secretaria Receita Federal, pois perante este órgão o mesmo ainda se encontra vinculado à área originária, bem como em nome dos antigos proprietários.

## 6. Fazenda Toscana

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Toscana”, antiga Fazenda Terra Nova.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município e Comarca de Canto do Buriti.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Pedro William Blyth e Pedro Paulo Wendel Gasparini.
<b>Proprietários Anteriores</b>	Indústria de Alimentos do Nordeste S/A – INASA até 25/08/2008; Duarte Coelho Pontual Neto até 16/06/1971; Patrimônio Municipal de Canto do Buriti até 30/04/1971 (Data da carta de aforamento 1.871/71).
<b>Matrícula</b>	Nº 5.430 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Transcrição nº 6.599 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 7.000,0000 hectares.
<b>INCRA</b>	130.036.902.241-2.
<b>CCIR</b>	2388248099
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 241003000008-87 expedida pelo INCRA, relativa a uma área de 7.292,6047 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida em 25/03/2010, referente ao NIRF 1.758.261-0, ainda em nome dos antigos proprietários.

<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- A Certidão Negativa de Débitos de ITR ainda apresenta a antiga proprietária Industria de Alimentos do Nordeste S/A como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal

## 7. Fazenda Campo Alegre

### 7.1.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre”- “Fazenda Lagoa Negra IV”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Noris Rocha de Almeida e seu marido Maurício Ribeiro de Almeida.
<b>Proprietários Anteriores</b>	Nilmar Vicente Pereira da Rocha, Heonir de Jesus Pereira da Rocha e Noris Rocha de Almeida; Iraci Moreira da Rocha; Espólio de Raimundo Alves Pereira da Rocha.
<b>Matrícula/Transcrição</b>	Nº 1.804, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 48/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 892,3689 hectares.
<b>INCRA</b>	950.114.666.092-6.
<b>CCIR</b>	07453483051, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002497/2009-02, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 897,5905 hectares.

<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Escritura Pública de Compra e Venda, ainda não levada a registro, referente à “Fazenda Lagoa Negra IV” – 892,3689 ha, datada de 26/02/2009, Vendedores - Noris Rocha de Almeida e Maurício Ribeiro de Almeida, Comprador - Roberto Paulo Ziegert Júnior.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1- Não houve apresentação de documentos que possibilitassem a análise da situação cadastral do imóvel junto à Receita Federal.</p> <p>2- O CCIR apresentado se encontra desatualizado.</p>

7.2.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” “Fazenda Plator da Lagoa Negra I”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Ricardo Soares Ramos.
<b>Proprietários Anteriores</b>	Petrônio Martins Falcão e Cleonice Benvindo Falcão até 15/02/2008;
<b>Matrícula/ Transcrição</b>	Nº 1.805 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 48/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 594,9157 hectares.
<b>INCRA</b>	950.114.093.866-3.
<b>CCIR</b>	07324327053, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002567/2009-14, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 594,9545 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.



<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida em 25/03/2010, referente ao NIRF 7.650.342-9.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- O CCIR apresentado se encontra desatualizado.

7.3.

<b>Nome da Fazenda</b>	Fazenda Campo Alegre IV.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Ricardo Soares Ramos.
<b>Proprietários Anteriores</b>	José Veras Filho e Joana Maria Veras, até 13/04/2009.
<b>Matrícula/ Transcrição</b>	Nº 1.809, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 297,4578 hectares.
<b>INCRA</b>	950.114.093.912-0.
<b>CCIR</b>	07453497052, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002474/2009-90, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 299,8194 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.

<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 1.664.500-6, em nome do Sr. José Veras Filho.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1- A Certidão Negativa de Débitos de ITR apresenta o Sr. José Veras Filho como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal.</p> <p>2- O CCIR apresentado se encontra desatualizado.</p>

7.4.

<b>Nome da Fazenda</b>	Fazenda Campo Alegre – Brejo da Volta II
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Ariosvaldo Eufrasio dos Santos e Maria Ceris de Carvalho Santos, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/ Transcrição</b>	Nº 1.856, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade
<b>Área Total</b>	118,9909 hectares
<b>INCRA</b>	950.114.093.874-4
<b>CCIR</b>	7324326057, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002478/2009-78, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 118,7910 hectares..
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.

<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 0.093.779-7, ainda em nome do Sr. Ariosvaldo Eufrasino dos Santos. Por favor notem que este NIRF também é relativo ao Imóvel descrito no quadro 7.5 abaixo.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1- A área objeto da matrícula tratada neste quadro, é a mesma área objeto da matrícula 1.592 do registro de imóveis da comarca de Cristino Castro - PI. Observem, ainda, que a matrícula 1.592 faz menção à existência do seguinte ônus: Cédula Rural Pignoratícia;</p> <p>2- O CCIR apresentado se encontra desatualizado.</p>

7.5.

<b>Nome da Fazenda</b>	Fazenda Campo Alegre – Brejo da Volta I
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Ariosvaldo Eufrasino dos Santos e Maria Ceris de Carvalho Santos, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/ Transcrição</b>	Nº 1.855, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Grande Propriedade
<b>Área Total</b>	892,4314 hectares
<b>INCRA</b>	Não foi apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não foi apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002498/2009-49, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 880,1750 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.

<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 0.093.779-7, ainda em nome do Sr. Ariosvaldo Eufrasino dos Santos. Por favor notem que este NIRF também é relativo ao Imóvel descrito no quadro 7.4 acima.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1 - A área objeto da matrícula tratada neste quadro, é a mesma área objeto da matrícula 1.594 do registro de imóveis da comarca de Cristino Castro - PI. Observem, ainda, que a matrícula 1.594 faz menção à existência do seguinte ônus: Cédula Rural Pignoratícia, conforme Av3. 1.594;

7.6.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” – Fazenda Baixão da Solta
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Eunice Silva Moraes da Costa, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/Transcrição</b>	Nº 1.854, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade
<b>Área Total</b>	178,4747 hectares.
<b>INCRA</b>	950.114.666.114-0
<b>CCIR</b>	7453473056, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002475/2009-34, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 178,6014 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.



<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada à margem da matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 1.488.178-0, ainda em nome da Sra. Eunice Silva Moraes da Costa.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1 - A Certidão Negativa de Débitos de ITR apresenta a Sra. Eunice Silva Moraes da Costa como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal.</p> <p>2 - O CCIR apresentado se encontra desatualizado.</p>

7.7.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” – Fazenda Baixão Grande
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Eugênio Saraiva Leal, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/Transcrição</b>	Nº 1.851, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não foi apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	178,4747 hectares.
<b>INCRA</b>	Não foi apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não foi apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002477/2009-23, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 180,1219 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada à margem da matrícula.

<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1 - Não houve apresentação de documentos que possibilitassem a análise da situação cadastral do imóvel junto à Receita Federal.

7.8.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” – Fazenda Lagoa Negra I
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	João Gonçalves de Assis; Luisa Maria de Assis, Ângelo Assis da Costa e outros, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/Transcrição</b>	Nº 1.850, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade
<b>Área Total</b>	535,4241 hectares.
<b>INCRA</b>	950.114.666.106-0
<b>CCIR</b>	7453476055, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002551/2009-10, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 535,2490 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.

<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada à margem da matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 5.106.835-4, em nome do Sr. João Gonçalves de Assis.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1- A Certidão Negativa de Débitos de ITR apresenta o Sr. João Gonçalves de Assis como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal</p> <p>2 - O CCIR apresentado se encontra desatualizado.</p>

7.9.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” – Fazenda Lagoa Negra IV
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Maria Amélia de Jesus Gonçalves e outros herdeiros de Pedro Gonçalves de Assis, até 13/10/2009.
<b>Matrícula</b>	Nº 1.849, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não houve apresentação do CCIR.
<b>Área Total</b>	297,4578 hectares
<b>INCRA</b>	Não Informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não Informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.00.2601/2009-51, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 298,8859 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.

<b>Reserva Legal</b>	Não consta Reserva Legal averbada à margem da matrícula
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1- Não houve apresentação de documentos que possibilitassem a análise da situação cadastral do imóvel junto à Receita Federal.

7.10.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” – Fazenda Olho D’Água.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Luiz Pereira Lima, Maria Rocha Lima, Adalberto Pereira da Rocha e outros, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/Transcrição</b>	Nº 1.852, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade.
<b>Área Total</b>	297,4578 hectares
<b>INCRA</b>	126.101.024.929-7.
<b>CCIR</b>	07324333053, referente ao exercício antigo (2003/04/05).
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.00.2476/2009-89, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 290,2140 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.



<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 1.231.766-7, ainda em nome do Sr. Luiz Pereira Lima.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1 - A área objeto da matrícula tratada neste quadro é a mesma área objeto da matrícula 429 do registro imobiliário da Comarca de Bertolândia. Observem, ainda, que a matrícula 429 faz menção à existência do seguinte ônus: Hipoteca em garantia da Cédula Rural Pignoratícia com vencimento em 15/09/2006, conforme R3. 429;</p> <p>2 - A Certidão Negativa de Débitos de ITR apresenta o Sr. Luiz Pereira Lima como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal</p> <p>3 - O CCIR apresentado se encontra desatualizado.</p>

7.11.

<b>Nome da Fazenda</b>	“Campo Alegre” – Fazenda Água Boa
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	Ricardo Soares Ramos e Roberto Paulo Ziegert Júnior
<b>Proprietários Anteriores</b>	Roque Antônio Strak e Ana Strak, até 13/10/2009.
<b>Matrícula/Transcrição</b>	Nº 1.853, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, objeto do Pedido de Providencias 386/2009, junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Média Propriedade.
<b>Área Total</b>	297,4578 hectares
<b>INCRA</b>	Não informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não Informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.00.2552/2009-56, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 316,4563 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.

<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 2.153.013-0, ainda em nome do Sr. Roque Antônio Strak.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre a existência de contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1 - A Certidão Negativa de Débitos de ITR apresenta o Sr. Roque Antônio Strak como contribuinte, devendo tal informação ser retificada perante a Secretaria da Receita Federal

## 8. Fazenda Nova Alvorada

<b>1. Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Nova Alvorada”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Roberto Paulo Ziegert Júnior.
<b>Proprietários Anteriores</b>	Herdeiros de Cinobelino José Benvindo (Emídio Benvindo de Sousa, Inemar Nonato Benvindo, José de Arimatéia Benvindo, Piremar Marques Benvindo, Tompson Nonato Benvindo, Palmeron Nonato Benvindo, Vitomar Nonato Benvindo, Miremar Nonato Benvindo, Vidina Marques Benvindo e Raimundo Nonato Benvindo), de 1958 até 30/09/2008. Cinobelino José Benvindo, até 26/11/1953.
<b>Matrícula</b>	Nº 1.784, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Taquari, da Comarca de Bertolândia, objeto do Pedido de providência 448/2008, junto à Corregedoria Geral de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não houve apresentação do CCIR.
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 7.796,7250 hectares.
<b>INCRA</b>	Não Informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.000138/2009-57, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 8.192,7456 hectares.

<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR expedida em 25/03/2010, referente ao NIRF 7.656.533-5.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	

## 9. Fazenda Olho D'Água

<b>Nome da Fazenda</b>	“Olho D’Água II”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Zélia Martins da Rocha.
<b>Proprietários Anteriores</b>	Oacir Alves Pereira da Rocha até 26/03/2006
<b>Matrícula</b>	Nº 1.699 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Canto do Buriti – PI. Origem: Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, em 26/03/2006.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não houve apresentação do CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 10.569,2721 hectares.
<b>INCRA</b>	Não houve apresentação de CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não houve apresentação de CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Certificação Nº 240907000004-25, expedido pelo INCRA, relativa a uma área de 10.393,3233 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR

<p><b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b></p>	<p>Conforme Av.6 – M.1.699, há um Contrato Particular de Compra e Venda firmado entre a Sra. Zélia Martins Rocha e o Sr. Ricardo Soares Ramos, registrado em 05/03/2008.</p> <p>Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 05/02/2009, referente ao imóvel matriculado sob nº 1.699, com área de 10.569,2721 ha., figurando como Vendedora, Zélia Martins da Rocha, e, como Comprador, Ricardo Soares Ramos, ainda não levada a registro.</p>
<p><b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Conforme consta das averbações nº. 2, 3, 4, 5, e 7 da matrícula do Imóvel, o Sr. Wilson Viegas, promissário comprador, move uma Ação de Nulidade de Ato Jurídico, em face da proprietária Zélia Martins da Rocha e Ricardo Soares Ramos, objeto do Processo 069/2008 da Comarca de Cristino Castro-PI. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, por sentença datada de 17.04.10, que determinou o cancelamento das restrições averbadas na Matrícula do Imóvel. No momento aguarda-se notícia de eventual recurso por parte do autor da ação ou o trânsito em julgado da decisão em comento.</li> <li>2- Não houve apresentação de documentos que possibilitassem a análise da situação cadastral do imóvel junto à Receita Federal.</li> </ol>

## 10. Fazenda Lagoa Negra

<b>Nome da Fazenda</b>	“Plator da Lagoa Negra I”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, Agroflorestal Novo Horizonte Ltda.
<b>Proprietários Anteriores</b>	
<b>Matrícula</b>	Nº 1.710, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Campo Alegre, processo 769/2002 do 1º Ofício Cível da Comarca de Cristino Castro, em 26/03/2006.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não houve apresentação do CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 6.621,4115 hectares.
<b>INCRA</b>	Não Informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não apresentado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002473/2009-45, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 6.760,0151 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.



<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	<p>1 - Conforme Av.1 – 1.710, há um Contrato Particular de Compra e Venda celebrado entre Agroflorestal Novo Horizonte Ltda e Ricardo Soares Ramos, João Hopp Neto e Roberto Paulo Ziegert Junior.</p> <p>2 - Escritura Pública de Compra e Venda datada de 05/02/2009, referente ao imóvel matriculado sob nº 1.710, com área de 6.621,4115 ha, “Fazenda Plator da Lagoa Negra I”, figurando como Vendedora, Agroflorestal Novo Horizonte, e, como Compradores, Ricardo Soares Ramos, João Carlos Hopp Neto e Roberto Paulo Ziegert Júnior, ainda não levada a registro.</p>
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	<p>1- Não houve apresentação de documentos que possibilitassem a análise da situação cadastral do imóvel junto à Receita Federal.</p>

# 11. Fazenda Novo Horizonte

<b>Nome da Fazenda</b>	“Fazenda Novo Horizonte”.
<b>Localização</b>	Estado do Piauí, Município de Alvorada do Gurguéia.
<b>Proprietário Atual</b>	De acordo com o registro imobiliário, João Carlos Hopp Júnior proprietário da fração ideal de 95.81 %, equivalente a 6.352,3827 ha (seis mil trezentos e cinquenta e dois hectares e trinta e oito ares e vinte e sete centiares); e Manoel Saraiva Rocha e Gonçalo Saraiva Rocha, na proporção de 4,19 %, equivalente a 278,1277 ha (duzentos e setenta e oito hectares, doze ares e setenta e sete centiares).
<b>Proprietários Anteriores</b>	Aureliano Barros dos Santos e sua esposa Elisa Maria da Silva, Egidio Gomes de Miranda e sua esposa Georgina da Silva Miranda, Antonio Valadão Sobrinho e sua esposa Aristéia Rocha Sobrinho, Manoel Nascimento Rocha e sua esposa Maria Jaci Silva da Rocha, Jodi Rocha e sua esposa Eudina Barbosa Lopes Rocha, Estevão Pereira da Silva e sua esposa Maria Alves Pereira, Rita Rocha Crispi, Francisco Rocha da Silva e sua esposa Araci Rocha da Silva, Maria Isabel da Rocha, João Saraiva da Rocha e sua esposa Ana Luiza da Rocha, Manoel do Nascimento Rocha e sua esposa Raimunda Pereira de Miranda Rocha, Cantidio Araujo Silva e sua esposa Elisa Maria Damasceno, Lucas Nascimento e sua esposa Minervinda Maria da Conceição, Cristina da Rocha Silva, Gonçalo Saraiva Rocha e sua esposa Rita Saraiva Rocha, Francisco Pereira de Sousa e sua esposa Ornelinda Pereira da Silva até 22/08/2008.
<b>Matrícula</b>	nº 1.779, registrada pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro – PI. Origem: Decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos de ação demarcatória e divisória da Data Taquari, da Comarca de Bertolândia, objeto do Pedido de providência 401/2008, junto à Corregedoria Geral de Justiça do Piauí.
<b>Classificação conforme CCIR</b>	Não houve apresentação do CCIR. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Área Total</b>	De acordo com o registro imobiliário, 6.630,5104 hectares.

<b>INCRA</b>	Não Informado. Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>CCIR</b>	Não apresentado Em fase de obtenção junto ao INCRA
<b>Georreferenciamento</b>	Não recebemos o Georreferenciamento certificado e aprovado pelo INCRA, entretanto, obtivemos acesso ao Processo Administrativo de Georreferenciamento junto ao INCRA-PI, nº 54.380.002903/2009-82, e constatamos a existência de planta e memorial descritivo com 6.630,5104 hectares.
<b>Retificação de Área</b>	Não foi informada qualquer retificação de área.
<b>Reserva Legal</b>	Não consta reserva legal averbada na matrícula.
<b>Imposto Territorial Rural</b>	Não foi apresentada Certidão Negativa de Débitos de ITR.
<b>Existência de Compromisso de Compra e Venda e/ou Cessão de Direitos</b>	Não fomos informados sobre contratos desta natureza.
<b>Ressalvas (sem prejuízo de outras considerações feitas neste Relatório)</b>	1 - Não houve apresentação de documentos que possibilitassem a análise da situação cadastral do imóvel junto à Receita Federal. 2- Por força da AV.2 foram deduzidos 278,1276 ha da área originalmente registrada. Tal averbação, no entanto, não identifica e especializa a área que foi deduzida, formando um condomínio. Desta forma, este imóvel deverá ser desmembrado para separar a fração ideal do Sr. João Carlos Hopp Junior, dos demais condôminos.

## **Anexo II – Lista dos Documentos Apresentados por Fazenda**

### **1. – Fazenda Califórnia**

- (i) Cópia do título aquisitivo - Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 16/11/2007, referente a três glebas de terra denominadas “Glebas 1, 2 e 3” - Chapadões do Desengano com 3.000 ha cada, totalizando 9.000,00 ha, Vendedor Maurício Ramos Pinheiro, Compradora Fazenda Canto do Buriti Ltda..
- (ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.
- (iii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.
- (iv) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.
- (v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **2. – Fazenda Canto do Buriti**

#### **2.1**

- (i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda “Fazenda Malhada Bonita” – 11.000,00 ha, lavrada em 17/05/2006 – Vendedores Cledson Alves Evangelista e s/m Maria Teresa Borges Evangelista, Compradora Fazenda Canto do Buriti Ltda..
- (ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.
- (iii) Certidão da propriedade (inteiro teor), expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.
- (iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.
- (v) Certificação de Georreferenciamento, expedida pelo INCRA.
- (vi) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.
- (vii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

## **2.2**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda “Uma parte da Gleba denominada BELA VISTA” – 170,00 ha, lavrada em 17/05/2006 – Vendedor Espólio de Flávio Alves de Alencar, Compradora Fazenda Canto do Buriti Ltda..

(ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 13/05/09.

(iii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.

(iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

## **2.3**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda “Lagoa Nova” – 200,00 ha, lavrada em 18/08/2006 – Vendedores José Américo Ribeiro dos Santos e s/m Helena Reichert Ribeiro dos Santos, Compradora Fazenda Canto do Buriti Ltda..

(ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 13/05/09.

(iii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.

(iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

## **3. - Fazenda Canaã**

### **3.1**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 08/02/2007, referente a quatro glebas de terra denominadas “Fazenda Canaã I, II, III e IV”, com 1.625 ha cada, totalizando 6.500,00 ha. - Vendedores Paulo Marinho Falcão Filho, João Marinho Falcão Filho, Maria de Oliveira Marinho e Ana Oliveira Marinho, Compradora Brasil Bio Energia Ltda..

(ii) Cópia autenticada de Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.

(iii) Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.

(iv) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **3.2**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 08/02/2007, referente a quatro glebas de terra denominadas “Fazenda Canaã I, II, III e IV”, com 1.625 ha cada, totalizando 6.500,00 ha. - Vendedores Paulo Marinho Falcão Filho, João Marinho Falcão Filho, Maria de Oliveira Marinho e Ana Oliveira Marinho, Compradora Brasil Bio Energia Ltda..

(ii) Cópia autenticada de Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.

(iii) Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.

(iv) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **3.3**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 08/02/2007, referente a quatro glebas de terra denominadas “Fazenda Canaã I, II, III e IV”, com 1.625 ha cada, totalizando 6.500,00 ha. - Vendedores Paulo Marinho Falcão Filho, João Marinho Falcão Filho, Maria de Oliveira Marinho e Ana Oliveira Marinho, Compradora Brasil Bio Energia Ltda..

(ii) Cópia autenticada de Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.

(iii) Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.

(iv) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **3.4**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 08/02/2007, referente a quatro glebas de terra denominadas “Fazenda Canaã I, II, III e IV”, com 1.625 ha cada, totalizando 6.500,00 ha. - Vendedores Paulo Marinho Falcão Filho, João Marinho Falcão Filho, Maria de Oliveira Marinho e Ana Oliveira Marinho, Compradora Brasil Bio Energia Ltda..

(ii) Cópia autenticada de Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.

(iii) Cópia autenticada da Certidão de Registro de Imóvel com Filiação Vintenária e Negativa de Ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.

(iv) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal emitida em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **4. - Fazenda Monte Belo – Tavfer**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 10/03/2006, referente ao imóvel denominado Fazenda Chaveslândia, com área de 20.193,8292 ha – Vendedores Osmar Guidolin e 25 outros, Compradora Tavfer Agronegócios e Indústria Ltda.

(ii) Cópia do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 25/02/2010, referente ao imóvel denominado Fazenda Monte Belo Gleba B Remanescente, com área de 16.271,0512 ha – Vendedora Tavfer Agronegócios e Indústria Ltda. e Compradores Pedro Paulo Wendel Gasparini e s/m, Roberto Paulo Ziegert Júnior e s/m, Pedro William Blyth e s/m, Ronaldo Giestas Tristão e s/m e ZW Associados Ltda,

(iii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 28/04/09.

(iv) Cópia da certidão da propriedade (inteiro teor), expedida pelo Cartório de Registro de Imóvel de Canto do Buriti em 24/03/2010.

(v) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal referente à área total originária, 27.080,7ha (Fazenda Chaveslândia) em 25/03/2010.

(vi) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.

(vii) Certificação de Georreferenciamento, expedida pelo INCRA

(viii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

(ix) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural referente à área total anterior ao desmembramento, 27.080,7ha, exercício antigo 2003/04/05.

#### **5. - Fazenda Sertão Verde (Chaveslândia).**

(i) Cópia autenticada do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda “Fazenda Chaveslândia” – 6.957,7949 ha, lavrada em 11/11/2008 – Vendedores Osmar Guidolin e Outros e Outros, Compradores Helmut José Ferraz Fladt, Pedro William Blyth e Pedro Paulo Wendel Gasparini.

(ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 26/05/09.

(iii) Certidão da propriedade (inteiro teor), expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 11/02/2010.

(iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal referente à área total originária, 27.080,7ha (Fazenda Chaveslândia) em 25/03/2010.

(v) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.

(vi) Certificação de Georreferenciamento, expedida pelo INCRA.

(vii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **6. - Fazenda Toscana**



- (i) Uma via do título aquisitivo, Escritura Pública de Compra e Venda “Fazenda Toscana” – 7.000,00 ha, lavrada em 08/08/2008, Vendedora Industria de Alimentos do Nordeste S/A – INASA, Compradores Pedro William Blyth e Pedro Paulo Wendel Gasparini.
- (ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 31/03/09.
- (iii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Canto do Buriti em 10/02/2010.
- (iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010.
- (v) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.
- (vi) Certificação de Georreferenciamento, expedida pelo INCRA.
- (vii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

## **7. - Fazenda Campo Alegre**

### **7.1**

- (i) Cópia de Escritura Pública de Compra e Venda “Fazenda Lagoa Negra IV” – 892,3689 ha – Vendedores Noris Rocha de Almeida e Maurício Ribeiro de Almeida, Comprador Roberto Paulo Ziegert Júnior.
- (ii) Certidão de propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, referente à matrícula 1.804, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010
- (iii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, exercício antigo 2003/04/05.
- (iv) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **7.2**

- (i) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da matrícula 1.805 expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 29/05/2009.

(ii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias da matrícula 1.805, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010.

(iii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo INCRA exercício antigo 2003/04/05.

(v) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010.

(vi) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **7.3**

(i) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade da matrícula 1809, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 29/05/2009.

(ii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias da matrícula 1.809, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010.

(iii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo INCRA exercício antigo 2003/04/05.

(iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

### **7.4**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1856, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Certidão da propriedade inteiro teor e ônus da matrícula 1592, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 18/02/2010.

(iii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo INCRA exercício antigo 2003/04/05.

(iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.5**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1855, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Certidão da propriedade inteiro teor e ônus da matrícula 1594, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 18/02/2010.

(iii) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010

(iv) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.6**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1854, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo INCRA exercício antigo 2003/04/05.

(iii) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010.

(iv) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.7**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1851, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.8**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1850, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal, em 25/03/2010.

(iii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo INCRA exercício antigo 2003/04/05.

(iv) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.9**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1849, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.10**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1852, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Certidão da propriedade inteiro teor e ônus da matrícula 429, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Bertolândia em 11/02/2010.

(iii) CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo INCRA, exercício antigo 2003/04/05.

(iv) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **7.11**

(i) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias matrícula 1853, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 13/10/2009.

(ii) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(iii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **8. - Fazenda Nova Alvorada**

(i) Cópia da Escritura Pública indicada como título aquisitivo lavrada em 05/10/2008.

(ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 26/05/09.

(iii) Cópia autenticada da certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 29/04/09.

(iv) Certidão da propriedade (inteiro teor), expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010.

(v) Certidão Negativa de Débitos de ITR emitida pela Secretaria da Receita Federal em 25/03/2010.

(vi) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **9. - Fazenda Olho D'Água**

(i) Cópia simples de Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 05/02/2009, referente ao imóvel matriculado sob nº 1.699, com área de 10.569,2721 ha, ainda não levada a registro.

(ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 26/05/09.

(iii) Certidão da propriedade (inteiro teor), expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010.

(iv) Certificação de Georreferenciamento, expedida pelo INCRA.

(v) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **10. - Fazenda Lagoa Negra**

- (i) Cópia simples de Escritura Pública de Compra e Venda datada de 05/02/2009, referente ao imóvel matriculado sob nº 1.710, com área de 6.621,4115 ha, ainda não levada a registro .
- (ii) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 26/05/09.
- (iii) Certidão da propriedade (inteiro teor) com negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010.
- (iv) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **11. - Fazenda Novo Horizonte**

- (i) Cópia autenticada da certidão de filiação vintenária da Propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 23/01/2009.
- (ii) Certidão da propriedade (inteiro teor), expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cristino Castro em 11/02/2010.
- (iii) Cópia do protocolo referente ao Processo Administrativo para obtenção da Certificação do Georreferenciamento Junto ao INCRA.

#### **12 – Autos de Demarcação e Divisão e Pedidos de Providência Junto à Corregedoria Geral de Justiça do Piauí.**

- (i) Cópia simples dos autos de demarcação e divisão da Data Campo Alegre, processo 769/2002 da Comarca de Cristino Castro.
- (ii) Cópia simples do Pedido de Providência 401/2008 da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí.
- (iii) Cópia simples do Pedido de Providência 448/2008 da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí.
- (iv) Cópia simples do Pedido de Providência 48/2009 da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí.
- (v) Cópia simples do Pedido de Providência 386/2009 da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí.



**ADMINISTRAÇÃO**

**NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Praia de Botafogo, nº 440, 6º andar, Rio de Janeiro - RJ

**DISTRIBUIÇÃO DE COTAS**

**NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Praia de Botafogo, nº 440, 6º andar, Rio de Janeiro - RJ

**HENCORP COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Paulista, nº 37, 11º andar, Bela Vista - São Paulo - SP

**GESTÃO**

**TRISCORP INVESTIMENTOS LTDA.**

Rua Visconde de Pirajá, nº 250, sala 201, Rio de Janeiro - RJ

**AUDITORIA**

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES**

Rua Alexandre Dumas, nº 1.981, São Paulo - SP

**ASSESSORIA LEGAL**

**CEPEDA, IGLESIAS, AVINO E BANDEIRA DE MELLO ADVOGADOS**

Rua Joaquim Floriano, nº 100, 10º andar, São Paulo - SP

**FLEURY MALHEIROS, GASPARINI, DE CRESCI E NOGUEIRA  
DE LIMA ADVOGADOS**

Avenida Paulista, nº 1.842, 2º andar, São Paulo - SP

**CUSTÓDIA E TESOURARIA**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Núcleo Administrativo

Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco - Estado de São Paulo - SP



Luz Publicidade



(11) 3121-5555